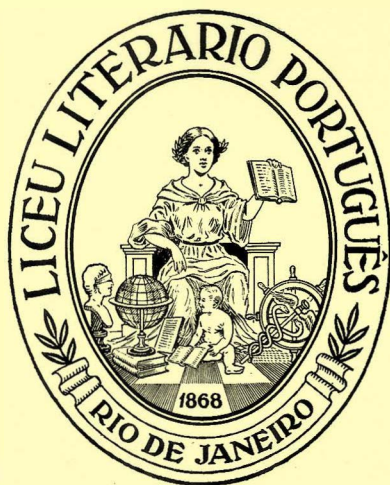


CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

"Per multiplum ad unum"



N.º 7 - 1.º semestre de 1994 - Rio de Janeiro

CONFLUÊNCIA

"Per multiphūm ad unum"

*"As armas e padrões portugueses
postos em África, e em Ásia, e em
tantas mil ilhas fora da repartiçam
das três partes da terra, materiaes
sam, e pode-as o tempo gastar: però
nã gastará doutrina, costumes,
linguagem, que os portugueses
nestas terras leixarem."*

*(João de Barros, Diálogo em louvor
da nossa linguagem)*



N.º 7 - 1.º semestre de 1994 - Rio de Janeiro

CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS
Presidente: Edison Chini

CENTRO DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS
Diretor: Antonio Gomes da Costa

DIRETORIA DO I.L.P.
Edison Chini (Presidente)
Sílvio Elia (Vice-Presidente)
Gladstone Chaves de Melo
Maximiano de Carvalho e Silva
Evanildo Bechara
Antônio Basílio Rodrigues

CONFLUÊNCIA
Diretor: Evanildo Bechara
Comissão de Redação:
Sílvio Elia
Gladstone Chaves de Melo
Maximiano de Carvalho e Silva
Antônio Basílio Rodrigues

Produção Gráfica
Editora Lucerna Ltda

Pede-se permuta
Pídese canje
On demande l'échange
Si chiede lo scambio
We ask for exchange
Man bitte um Austausch

Endereço para correspondência:
Liceu Literário Português
Rua Senador Dantas, 118
CEP 20031-201 - Rio de Janeiro - RJ
Brasil

A matéria da colaboração assinada é da responsabilidade dos autores.

Este número de *CONFLUÊNCIA* contou com o apoio especial da Secretaria de Estado da Cultura de Portugal, da Federação das Associações Portuguesas e Luso-brasileiras e da Tap – Air Portugal.

SUMÁRIO

| | Pág. |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|
| Editorial (<i>Antônio Gomes da Costa</i>)..... | 5 |
| Homenagem a Amadeu Amaral | 7 |
| Amadeu Amaral (<i>Silvio Elia</i>) | 9 |
| ARTIGOS | |
| A propósito do recente <i>Dicionário da literatura medieval, galega e portuguesa</i> (<i>Heitor Megale</i>) | 19 |
| Convite a ler Vieira (<i>Gladstone Chaves de Melo</i>) | 33 |
| Mário Pereira de Souza Lima – <i>Gramática Portuguesa</i> (<i>Valter Kehdi</i>) | 39 |
| O ritmo em poesia (<i>Ricardo Cavaliere</i>) | 45 |
| Crítica Textual: conceito – objeto – finalidade (<i>Maximiano de Carvalho e Silva</i>) | 57 |
| <i>A nossa português casta linguagem. Para a diacronia de um fato morfológico</i> (<i>Evanildo Bechara</i>) | 65 |
| NOTAS E COMENTÁRIOS | 71 |
| REGISTRO BIBLIOGRÁFICO | 75 |
| RESENHAS CRÍTICAS | |
| <i>Ian Roberts e Mary A. Kato. Português brasileiro: uma viagem diacrônica</i> (<i>Silvio Elia</i>) | 83 |
| <i>F. Adolfo Coelho. Obra Etnográfica</i> (<i>Evanildo Bechara</i>) | 93 |
| <i>Rodolfo Ilari. Lingüística Românica</i> (<i>Evanildo Bechara</i>) | 95 |
| <i>Dieter Messner. Dicionário dos dicionários portugueses</i> (<i>A. G. Cunha</i>) | 105 |
| NOTICIÁRIO | 107 |
| COLABORADORES DESTE NÚMERO | 117 |

EDITORIAL

Dá-nos gosto e orgulho trabalhar ao lado de Homens que têm ideais e uma imensa vocação de servir. Aprendemos com eles todos os dias, e, ao mesmo tempo, somos atraídos irresistivelmente para novos projetos e realizações. Ouvimo-los e ficamos conquistados por seu magistério. Seguimos seus passos e enriquecemos os caminhos do futuro.

Parece ter sido ontem que criamos, graças à colaboração decisiva de alguns Mestres, o Instituto de Língua Portuguesa no Liceu Literário Português. Mas, desde então, fizeram-se tantas coisas; a sementeira ficou tão extensa; os frutos já os sentimos maduros nas mãos, que, por vezes, dá-nos vontade de parar por instantes e sair no enaltecimento dos méritos e das canseiras desses brasileiros ilustres, que nos impressionam com seu saber e nos encantam com sua entrega generosa e desinteressada às causas da Cultura e da Língua portuguesa.

O Instituto promoveu cursos e "mesas-redondas"; organizou o Colóquio Internacional de Língua Literária, com a participação de especialistas e professores universitários de todas as partes do mundo; criou a revista *Confluência*, para ser o repositório de pesquisas, estudos e resenhas críticas; programou aulas de Latim, de Grego e do Vernáculo; realizou debates sobre questões da Gramática, os métodos da Crítica textual, as regras da nova ortografia; enfim, transformou-se num foco permanente de aprendizagem e de aperfeiçoamento intelectual.

Enquanto isso, no semanário *Mundo Português*, passou a ser publicada a coluna "Na ponta da língua", com lições magníficas ministradas pelos mesmos Mestres. Os leitores seguem-nas todas as semanas e vão aprendendo desde o uso da crase à conjugação dos verbos, da sintaxe à lexicologia.

Agora, é o Colóquio sobre a situação do Português na África que se prepara para ser realizado no Rio de Janeiro nos próximos meses; são as tentativas para iniciarmos o "ensino à distância" com os módulos da "Universidade Aberta" de Lisboa; são novos cursos e novas iniciativas que se planejam. É fazer e fazer.

Isso para já não nos referirmos ao projeto das "bibliotecas-itinerantes", que foi interrompido, porque no dia em que inauguramos a primeira delas, no "campus" da Universidade, fomos surpreendidos com o roubo do veículo, das estantes e dos livros, na rua, depois de termos lançado uma experiência fascinante, a merecer aplausos e agradecimentos dos alunos e dos professores. (Que o ladrão tenha lido as obras, nas horas vagas, são os nossos votos, para a perda não ser total).

Mas com isto só queremos justificar a falta por não termos prestado até hoje a Sílvia Elia, a Gladstone Chaves de Melo, a Maximiano de Carvalho e Silva, a Evanildo Bechara, e a Antônio Basílio Rodrigues as nossas homenagens e ter-lhes dito o quanto nos sentimos felizes e estamos agradecidos por tudo o que têm feito, isoladamente ou em conjunto, em prol da irradiação da Cultura portuguesa e do aprimoramento da Língua. Eles não nos deixaram parar para lhes agradecer.

Confessamos hoje a dívida, na esperança de que um dia possamos dizer-lhes "obrigado". Ainda que se diga que não se agradece a quem se ama.

A. Gomes da Costa

NÚMERO EM HOMENAGEM A AMADEU AMARAL



Amadeu Amaral
(1875 – 1929)

AMADEU AMARAL

Sílvio Elia

Seu nome completo era Amadeu Ataliba Arruda Amaral Leite Penteadado. Nasceu no Estado de São Paulo, no Município de Capivari, a 6 de novembro de 1875 e faleceu na capital do Estado, a 24 de outubro de 1929. Foram seus pais o Sr. João Arruda Leite Penteadado e D. Carolina de Arruda Leite Penteadado; o sobrenome “Amaral” era de linha materna. Fez os estudos primários em sua terra natal, Capivari. Aos doze anos transferiu-se para São Paulo, onde frequentou o Curso Anexo da Faculdade de Direito, que não concluiu. Cedo dedicou-se ao jornalismo, pois, por volta de 1892, portanto com dezessete anos, deve ter ingressado na redação do *Correio Paulistano*, onde ficou até 1905. Em 1901 casara-se com uma prima, e dessa união nasceram quatro filhos. Já era então autor de um livro de versos: *Urzes* (1899). Do *Correio Paulistano* passou-se para o jornal *São Paulo*, de cuja fundação participou, ao lado de pequeno grupo de vibrantes intelectuais. Mais tarde demitiu-se da folha e foi residir no interior do Estado, em São Carlos, onde trabalhou como professor primário. Foi nessa cidade redator do *Correio de São Carlos*. Mas não teve sorte e viu-se obrigado a fechar o colégio. Voltou então para São Paulo, para trabalhar em outro jornal, o *Comércio de São Paulo*, onde chegou a secretário. Lançada a idéia da fundação da Academia Paulista de Letras, Amadeu Amaral aplaudiu-a e nela ocupou a cadeira n.º 33, patrono Teófilo Dias. Pouco depois (1910) ingressava na redação de *O Estado de São Paulo*, a convite de seu diretor-proprietário Júlio Mesquita. Nesse mesmo ano, publica o seu segundo livro de versos: *Névoa*. Foi por isso homenageado por um grupo de amigos, tendo sido saudado pelo poeta Vicente de Carvalho. Participou também nessa época do corpo redatorial da revista humorística *A Farpa*. Depois colaborou no *Estadinho* e a seguir no *Queixoso*, revista satírica de sucesso. Em 1916, é fundada a *Revista do Brasil* por um grupo de paulistas ilustres (Luís Pereira Barreto, Júlio Mesquita, Alfredo Pujol, Armando de Sales Oliveira), dentre os quais Amadeu Amaral. Por morte do poeta Olavo Bilac, em 1918, foi eleito na sua vaga para a Academia Brasileira de Letras. Em 1920 vem a lume o seu famoso estudo dialectológico *O dialeto caipira*. Desse mesmo ano são as *Letras floridas*, coletânea literária. Em 1917 fundara com outros correligionários a *Liga Nacionalista* e aí começará novo aspecto de sua biografia; a tentativa de carreira política. Foi então que se fez maçom. Não teve êxito, porém. Duas vezes candidato a deputado (em 1922 e 1928), em ambas as eleições viu-se derrotado. Em 1923 mudou-se para o Rio de Janeiro, tendo trabalhado no jornal *Gazeta de Notícias*, onde chegou a secretário e foi um dos diretores. Na *Gazeta* escrevia artigos de fundo e fazia crítica literária de rodapé. Mas em breve surgiram incompatibilidades de natureza política entre Amadeu Amaral e a alta direção do jornal, que apoiava o situacionismo, na pessoa do Presidente da República, Dr. Ar-

tur Bernardes. Amadeu Amaral chegou a não comparecer a uma audiência marcada com o Presidente Bernardes; mas, diga-se em seu abono, que a combinaram sem o seu consentimento. Voltando a São Paulo, vai lecionar Português num ginásio da capital. Continuou, porém, a colaborar na imprensa. Muito contribuiu então para reativar o funcionamento da Academia Paulista de Letras, então em longo e apático recesso. Em 1924, quando ainda no Rio, publicou: *O elogio da mediocridade*, *Luís de Camões* e *Lâmpada antiga* (poesias). Em 1929 sempre fiel à sua incoercível vocação de jornalista (trabalhava em *O Estado de São Paulo* e no *Diário da Noite*), vítima de febre tifóide, veio a falecer.

Do ponto de vista físico, o seu principal biógrafo, Paulo Duarte, assim o descreve: “Alto, magro mas espadaúdo, cabelo e pelos claros, herança da mãe, muito loura, descendente talvez de holandeses, denunciava a sua serenidade até no andar. Olhos azuis, garços, muito grandes, davam a impressão de estar olhando ao longe, mesmo quando fitava alguém. Sua voz era um pouco rouca, sempre baixa e muito calma”.

A atividade intelectual de Amadeu Amaral pode ser dividida em duas fases, com o ano de 1920 por divisor.

Até essa data, temos o poeta e o literato. Relembremos que os seus livros de versos se situam nesse período: *Urzes* (1899), *Névoa* (1910), *Espumas* (1917). *Lâmpada antiga* é de 1924, mas a maioria dos versos coligidos devem ter sido compostos por volta de 1920. Não esqueçamos que, em 1922, houve em São Paulo um acontecimento literário e artístico marcante na vida intelectual brasileira: a *Semana de Arte Moderna*. A *Semana* é o impacto inicial do movimento “modernista” brasileiro. A poesia modernista representou em muitos pontos uma ruptura com o passado, e Amadeu Amaral sentiu-se literariamente inatual. As suas poesias foram de início de cunho simbolista, mas, aos poucos, retornavam às formas parnasianas. O nome de seu último livro de versos – *Lâmpada antiga* – bem mostra que se sentia em descompasso com a época.

O início da segunda fase de sua carreira de escritor coincide também com a sua vinda para o Rio de Janeiro (1923). A continuidade entre as duas fases vai ser mantida pela constante atividade jornalística. Nota-se, porém, que, no jornalismo, o que procurava era um meio de divulgação de suas idéias e ideais. O jornalismo era então, entre nós, um refúgio de intelectuais carecentes de veículos de comunicação com o meio cultural do país. Foi, p. ex., nas páginas da *Revista do Brasil* que Amadeu Amaral publicou os estudos que se iriam converter no *Dialeto caipira* (1920) e em órgãos da imprensa diária estampou o material que constitui a publicação póstuma *Tradições populares* (1948), bem como os seus trabalhos de crítica literária.

Com o *Dialeto caipira* tem início a fase científica da dialectologia brasileira. Desse livro disse o prof. Antenor Nascentes: “Amadeu Amaral, com o *Dialeto caipira*, imprime as verdadeiras diretrizes aos estudos dialectológicos; infelizmente poucos seguidores contou” (*Estudos filológicos*, 39). Um desses poucos seguidores

foi o próprio professor Nascentes, com o seu *Linguajar carioca*, de 1922. A mesma opinião exprimiram os professores Renato Mendonça e Gladstone Chaves de Melo.

O **caipira** é um falar do interior paulista, em vias de desaparecimento. “Hoje”, diz o A. na *Introdução*, “ele acha-se acantado em pequenas localidades que não acompanharam de perto o movimento geral do progresso e subsiste, fora daí, na boca de pessoas idosas, indelevelmente influenciadas pela antiga educação” (p. 12). A pesquisa de A. A. restringiu-se, segundo informação de Paulo Duarte constante da introdução à 2.^a ed. do *Dialeto*, às zonas de Capivari, Piracicaba, Tietê, Itu, Sorocaba e São Carlos.

Foi o *Dialeto caipira* organizado no tipo das monografias vigentes na época. Recolhido o material, distribuiu-o pelos seguintes capítulos: I – **Fonética**; II – **Lexicologia**; III – **Morfologia**; IV – **Sintaxe**; V – **Vocabulário** (a parte mais extensa do trabalho). Deve-se ponderar que, na época, ainda não se haviam desenvolvido os estudos propriamente “fonológicos” e que a Geografia Lingüística se achava em seus primórdios, sem qualquer repercussão, aliás, no Brasil. Portanto, tendo em vista essas limitações, o estudo de A. A. pode e deve ser considerado pioneiro. Daremos alguns exemplos.

A. A. observa que o caipira, como todos os paulistas (e podemos estender a observação a todos os brasileiros), pronuncia claramente as vogais átonas. Essa lição é também a de autores modernos, como Celso Cunha, em livro recente (*Língua portuguesa e realidade brasileira*): “...as línguas classificam-se em vocálicas ou consonânticas, segundo a tensão que exigem na pronúncia das vogais e das consoantes. Uma língua ou se apóia nas vogais e relaxa as consoantes, ou, pelo contrário, tem o consonantismo forte e o vocalismo débil” (p. 82). E acrescenta: “O português era uma língua de base vocálica, e assim continua na modalidade brasileira”. Confirma, portanto, Amadeu Amaral.

Ainda dentro dessa perspectiva, A. A. trata do conhecido fenômeno da diferente colocação dos pronomes pessoais átonos no português do Brasil e assim a comenta: “A diferenciação relativa à colocação dos pronomes oblíquos, no Brasil, deve explicar-se, em parte, pelo ritmo da fala e pelo alongamento das vogais” (p.19). E cita, em seu abono, “o notável trabalho do prof. Said Ali”. Ora isso num jornalista e autodidata, que só lecionou língua portuguesa precariamente, é realmente de admirar, tomando-se em consideração ainda que muitos “especialistas”, na época nem sabiam da existência de Said Ali.

A exposição que faz A. A. das alterações fonéticas sofridas pela língua padrão do Brasil na boca dos caipiras é bastante clara e objetiva e ainda hoje válida. Relembre-se, p. ex., o que diz a respeito da pronúncia do /l/ nos grupos de oclusiva + l, nos quais o /l/ passa a /r/: **claro** > **craro**. **Vício** dos mais radicados “frequente entre muitos dos que se acham, por educação ou posição social, menos em contato com o povo rude”; tendência, ainda hoje, aliás, não de todo desaparecida.

Na parte referente ao léxico, observa que “o fundo do dialeto representa um estado atrasado [= arcaico] do português” (p. 32), o que mais tarde confirmaria o prof. Révah em comunicação apresentada ao III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros (Lisboa, 1957): “Até prova em contrário consideraremos os falares populares brasileiros como falares **portugueses**” (p. 278 das *Actas*, I).

A respeito da propalada influência do tupi no português do Brasil (por enquanto apenas localizada no vocabulário) assim se exprime: “**refugium** de tantos que se cansam a procurar as razões de fatos obscuros e complicados da linguagem nacional” (p. 48). Confronte-se, p. ex., o que diz Révah na citada comunicação: “Para todos os fatos que estudamos, é absolutamente impossível ou inútil invocar a influência do tupi ou das línguas africanas: trata-se de arcaísmos perfeitamente caracterizados”. Já anteriormente Serafim da Silva Neto asseverara: “No português brasileiro não há, positivamente, influência de línguas africanas ou ameríndias” (*Introdução*, p. 107). Afirmção, contudo, que me parece um tanto cortante (não há demonstração do asserto, a não ser para o vocabulário, onde, aliás, a influência é positiva).

A respeito da pretensa “lei” da queda do -s final na pronúncia popular brasileira, A. A. diz o seguinte, ao tratar da flexão de número: “Se bem que se trate aqui de flexões, é impossível separar o que se passa com o s final, tomado como sinal de pluralidade, do que sucede com ele em outras circunstâncias; e difícilimo se torna reconhecer, em tais fatos, até aonde vai e onde cessam a ação puramente fisiológica, do domínio da fonética, e a ação analógica, do domínio das formas gramaticais” (p.51).

Esse cuidado não teve, p. ex., o prof. Révah, que, na citada comunicação dá como “lei fonética” “a queda de -s no fim das palavras paroxítonas e proparoxítonas”. E cita como exemplo **duas casa**, onde ocorre uma palavra paroxítona com -s final conservado.

No que diz respeito à Sintaxe, recordemos o conhecido fato do emprego de **ele**, **ela** como objetos diretos. Quanto a esse ponto, assim se refere A. A.: “Dele se encontram alguns exemplos em antigos documentos da língua; mas é claro que o brasileirismo se produziu independentemente de qualquer relação histórica com o fenômeno que se verificou, sem continuidade, no período anteclassico do português” (p. 59).

É claro, diz o A., por uma espécie de sentimento da realidade lingüística brasileira. Na verdade, esse conhecido fenômeno merece uma explicação estrutural e não histórica. Foi possivelmente a variedade das formas enclíticas **o**, **lo**, **no** (acrescida da dificuldade da intercalação nos futuros) que levou a língua transplantada a uma simplificação morfológica, com a criação da forma universal **ele**, o que provocou repercussão em todo o sistema pronominal (**ele**, obj. dir. da pessoa de quem se fala; **lhe**, obj. dir. ou ind. da pessoa com quem se fala; **a ele**, ob. ind. da pessoa de quem se fala).

Relativamente ao vocabulário, diremos apenas que *O dialeto caipira* continua indispensável para quem quer que deseje conhecer ou estudar o léxico popular da língua portuguesa no Brasil.

O valor do livro, mormente para a época e tendo em consideração as condições pessoais do seu A., é extraordinário. A ele assim se referiu com autoridade o prof. Révah: “O ponto de partida (da Dialectologia brasileira) foi assinalado pelo belo livro, aparecido em 1920, de Amadeu Amaral, *O dialeto caipira*: livro tanto mais notável quanto tem por autor um poeta e um folklorista, e não um dialectólogo profissional” (p. 276, da citada comunicação).

Essa referência ao folk-lorista nos põe em contato com o segundo livro de Amadeu Amaral que também se inclui no círculo de suas cogitações lingüísticas: *Tradições populares*.

O seu principal biógrafo, Paulo Duarte, considera-o, como pesquisador, um folk-lorista e inclui dentro dessa vertente o estudo que empreendeu sobre o dialeto caipira, pois este nada mais foi que um dos aspectos sob os quais encarava a “cultura popular”.

Tradições populares são um livro póstumo. Constitui o primeiro volume de uma série de “obras completas” programada para dez volumes pelo Instituto Progresso Editorial S.A. (IPE), de São Paulo, mas, infelizmente, nem a série, nem a Editora continuaram (*O dialeto caipira*, como diremos no final, ainda logrou 2.^a ed.).

O material que o constitui (dois terços, aproximadamente) foi coligido de artigos na imprensa paulista, particularmente em *O Estado de São Paulo*. Outra parte é constituída de originais em poder da família, ou então de folhas datilografadas que A.A. confiara a seu amigo Paulo Duarte. O nome “Tradições populares” vem do título geral que o A. deu aos seus artigos em *O Estado de São Paulo* (V. o estudo introdutório de P.D. às *Tradições*, p. XXVII). Deve-se observar que boa parte da obra inédita de A. A. infelizmente se perdeu.

Foi grande o interesse, o entusiasmo e a dedicação de A. A. pelos estudos folk-lóricos. Nas viagens que tinha de fazer não deixava de levar um caderninho para as anotações da fala e dos costumes populares. Em São Paulo lutou pela fundação de uma “Sociedade Demológica”. E, no Rio de Janeiro, a única proposta que apresentou à Academia Brasileira de Letras foi no sentido da constituição de um órgão destinado à supervisão dos estudos folk-lóricos no Brasil. Essa proposta teve o parecer favorável de João Ribeiro e Gustavo Barroso, mas não produziu efeitos práticos. O discurso então pronunciado por A. A. teve o nome de “Folklore e Dialectologia”. Deve-se, pois, colocar Amadeu Amaral entre os primeiros grandes folkloristas brasileiros, ao lado de João Ribeiro, Sílvio Romero, Lindolfo Gomes, Melo Moraes Filho e poucos mais.

Em *Tradições populares* a recolta foi variada: cantos e contos populares, paremiologia, adivinhas, superstições, romanceiro. Amadeu Amaral pretendia mesmo editar um “cancioneiro caipira”.

Não tinha ele do folk-lore uma concepção romântica e até a ela se opunha. Não era dos que proclamavam, como Sílvio Romero, que “poesia é no povo”. Ou que exclamavam como Jaime Cortesão: “Que grande poeta é o povo!”. Amadeu Amaral era mais prudente: “Nada tão freqüente como se verem comovidos, ardentes elogios à musa popular, à sua simplicidade graciosa de flor do campo, ao seu lirismo sincero e forte, aos pensamentos profundos que ela encerra e até à filosofia a que ela chega a alçar-se com asas geniais...” (p. 99 das *Tradições*). Para A.A. há exagero nisso, pois tais cantigas em geral não são tão belas e, quando o são, talvez não sejam “populares”. “Porque há muito verso que se dá como popular, por o terem ouvido a um ou dois indivíduos mais inteligentes, mais espertos, ou mais em contato com as camadas cultas e com a literatura, mas que de fato não tem maior popularidade do que aquela que se lhe proporcionou pela imprensa, entre a gente que lê (p. 102).

A. Amaral procurou também exercer um ofício a que poucos se dedicaram (e se dedicam) no Brasil, e o fez com a probidade e competência costumeiras. Refirmo à crítica literária. Os seus estudos (artigos e conferências) sobre vultos importantes de nossas letras, contemporâneos ou não, acham-se enfeitados em dois livros infelizmente pouco lidos: *Letras floridas* (1920) e *O elogio da mediocridade* (1924).

O primeiro compreende os seguintes capítulos: *Raimundo Correia, Árvores e poetas, Epigramas e madrigais, A cigarra e a formiga, Espinhos e flores da arte, A literatura da escravidão e As promessas do escotismo*.

A matéria, como se vê, com exceção do último artigo, é toda de caráter literário. A. Amaral abre o livro com o elogio poético de Raimundo Correia, estudo que julga o mais importante da coletânea. No entanto, pela originalidade, parecidos que a pesquisa mais importante é a referente à literatura da escravidão. Essa vergonhosa instituição deixou muitas marcas em nossa realidade social, mas durante muito tempo não mereceu a atenção dos especialistas, mais preocupados com a atividade e a influência das elites. A. Amaral, vencendo esse preconceito, fez um primeiro balanço do que o tema quase proibido havia inspirado a alguns de nossos poetas, dentre os quais um verdadeiramente grande, Castro Alves.

O nome do volume – *Letras Floridas* – assim o justifica o A.: “... isto é, letras jocundas e leves, de ócio e divertimento, sem espinhos e sem fruto, – eis o que se encontrará neste volume”.

Isso nos leva ao título do outro trabalho, sem dúvida curioso (particularmente por se tratar do estudo de autores que, por suposto, devem ser de valor): *O elogio da mediocridade*. Trata-se do nome do primeiro artigo, que traz o subtítulo “Carta a um crítico”. Aí define a sua posição: “A mediocridade é necessária, absolu-

tamente necessária – quer no sentido de coisa inevitável, quer no sentido de coisa útil. É, porque tem de ser; além disso é benéfica.” E exemplifica: “Dante não teria feito a *Comédia*, nem Camões os *Lusíadas*... se não fosse a enorme legião dos pigmeus sem nome nem lustre. Os mediocres, por assim dizer, são aqueles que adubam o terreno onde florescerão os gênios. Demais os gênios são em muito menor número do que certos críticos têm feito crer. E não são gênios continuamente, pois apresentam também muito bagaço em sua obra literária. Sem esquecer que é por contraste com os mediocres que os gênios se definem”.

Essa posição crítica de A. Amaral é bem expressiva do seu anti-romantismo. A idéia do gênio-milagre-da-Natureza lhe era estranha. A. Amaral acreditava no talento, sim; não, porém, no talento inculto, nativo, força telúrica que se impõe pelo poder irresistível de suas virtualidades. Os dons da Natureza têm de ser apurados, aperfeiçoados, polidos e repolidos pelo esforço constante e metódico do estudo. O esforço dos mediocres, p. ex., exige um esforço maior e mais profundo do que o daqueles que pretendem superá-los.

Outros estudos do mesmo volume: *Brasil, terra de poetas...*, *Linguagem e caráter*, *A comédia ortográfica*, *Olavo Bilac*, *Machado*, *de Assis*, *Machado de Assis e Joaquim Nabuco*, *Pe. Antônio Vieira*, *Gonçalves Dias*, *Martins Fontes*, *Cecília Meireles*, *Academia Brasileira*. Vê-se, pois, que, apesar do título do volume, A. Amaral sabia escolher os autores que estudava.

No artigo *Brasil, terra de poetas...*, A. Amaral combate o preconceito (também romântico) de que os poetas medram em solo brasileiro espontânea e abundantemente. Essa era outra faceta do seu caráter, consequência do espírito científico de que era dotado: o combate incansável aos preconceitos, aos lugares-comuns, às pseudo-verdades, aceitas à força de repetidas, mas para as quais nem os fatos, nem a reflexão encontravam fundamento.

A. A. foi um grande pesquisador e os seus estudos se caracterizam pela contribuição pessoal num domínio onde tudo estava por fazer. A coleta de provérbios que empreendeu, a comparação com similares em outras línguas, a interpretação que tentou, tudo isso era inteiramente novo naqueles dias. E não se julgue que fazia esse trabalho com espírito amadorista, simples colecionador de curiosidades, diligente e talentoso. Para a época e dentro das limitações que o meio impunha, sem cursos superiores de letras, procurava informar-se nas melhores fontes. Conhecia Pidal, Pedro Salinas, van Gennep, Sébillot, Teófilo Braga, Jaime Cortesão, Pitré, Milá y Fontanals. Na bibliografia que acompanha *O dialeto caipira*, vê-se que era bom o seu conhecimento da dialectologia brasileira e portuguesa da época. Em resumo, foi Amadeu Amaral um espírito culto e uma lídima vocação de pesquisador e homem de ciência, que só não produziu mais e melhor em razão das limitações culturais do meio e da época em que viveu.

*

BIBLIOGRAFIA

a) Trabalhos de Amadeu Amaral:

1. *Urzes* (versos). São Paulo, 1899.
2. *Névoa* (versos). São Paulo, Livraria Magalhães Editora, 1910.
3. *Espumas* (versos). São Paulo, Edição de “A Cigarra”, 1917.
4. *A pulseira de ferro* (novela). São Paulo, Sociedade Editora Olegário Ribeiro, 1920.
5. *Letras floridas* (conferências literárias). Rio de Janeiro, Leite Ribeiro & Maurílio, 1920.
6. *O dialeto caipira* (estudo dialectológico). São Paulo, Casa Editora “O Livro”, 1920.
7. *Lâmpada antiga* (versos). São Paulo, Imprensa Metodista, 1924.
8. *Luís de Camões* (estudo biográfico e crítico). Rio de Janeiro, Edição da Revista de Língua Portuguesa, 1924.
9. *O elogio da mediocridade* (estudos literários). São Paulo, Nova Era, 1924.
10. *Memorial de um passageiro de bonde* (obra póstuma). São Paulo, Edições Cultura Brasileira, 1938.
11. *Tradições populares* (coletânea de artigos folk-lóricos). São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1948.
12. *O dialeto caipira*, 2.^a ed. São Paulo, Anhembi, 1955.

Nota: Estes dois últimos trabalhos faziam parte de uma anunciada publicação das “obras completas” de Amadeu Amaral em dez volumes. Os oito volumes restantes, que até hoje não foram publicados, tinham os seguintes títulos: *Poesias completas*, *Política humana*, *Letras floridas*, *Bilac*, *Arredores da crítica*, *Memorial de um passageiro de bonde*, *Elogio da mediocridade e correspondência*.
O editor era Paulo Duarte.

b) Trabalhos sobre Amadeu Amaral:

1. ALBUQUERQUE, Medeiros e. In *Páginas de críticas*, Rio de Janeiro, Leite Ribeiro & Maurílio, 1920 (pp. 421-429).
2. ALMEIDA, Guilherme de. “Elogio de Amadeu Amaral”. In *Discursos acadêmicos*, vol. II, Rio de Janeiro, ABC, 1937 (pp. 239-257).

3. ANDRADE, Mário de. In *O empalhador de passarinho*, São Paulo, Martins, 1946 (pp. 155-158).
4. BARRETO, Plínio. In *Páginas avulsas*, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1958 (pp. 107-116).
5. DUARTE, Paulo. Estudo in *Tradições populares*, São Paulo, 1948 (pp. IX-XLVI).
6. FERRAZ, Bento Prado de Almeida. *A poesia de Amadeu Amaral*. In *Revista da Academia Paulista de Letras*, n.º IX/34, de junho de 1946 (pp. 156-166).
7. LEITE, Manuel Cerqueira. *Amadeu Amaral* (poesias). Introdução, seleção e notas. São Paulo, Editora Assunção, 1945.
8. MENUCCI, Sud. “Amadeu Amaral”. In *Cadernos da hora presente*, série I, n.º 6, Rio de Janeiro, 1940 (pp. 58-94).
9. SILVA, João Pinto da. In *Vultos do meu caminho*, 2.ª série. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1926 (pp. 94-103).
10. SOUSA, Alberto. *Amadeu Amaral*. São Paulo, Imparcial, 1918, 45 pp.

Nota: Para a bibliografia de/sobre Amadeu Amaral, consultar o livro de Cerqueira Leite (v. supra) e a *Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira*, de Otto Maria Carpeaux (pp. 236-237, na 3.ª ed., Rio de Janeiro, Editora Letras e Artes, 1964).

ARTIGOS

A PROPÓSITO DO RECENTE DICIONÁRIO DA LITERATURA MEDIEVAL GALEGA E PORTUGUESA¹

Heitor Megale
USP

Todo estudioso e todo pesquisador dos textos medievais galegos e portugueses, de seus autores, e das circunstâncias de produção e difusão de suas obras, hão de sentir-se gratificados com a riqueza de informações com que se defrontam, ao abrir e ler este *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, formato 18,00 cm. por 25,50 cm., de 698 páginas, em duas colunas (menos no prefácio, em citações bibliográficas abreviadas, e no índice de colaboradores e colaborações), com encadernação em capa dura, trazendo sobrecapa de papel couché, ilustrada em policromia, com a iluminura de monge copista, do códice alcobacense 455, fol. 265, da Biblioteca Nacional de Lisboa. O colofão, impresso no verso da página de rosto, acusa uma tiragem de três mil exemplares e data a impressão de novembro de 1993.

Seus organizadores e coordenadores, Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, em atitude, declarada afetuosa, mas não menos científica, agradecem, no prefácio, ao Dr. Zeferino Coelho ter ideado o *Dicionário* e ter-lhes dado toda a confiança, toda a liberdade e todas as facilidades de que necessitavam.

O rol dos colaboradores abrange 85 nomes, – e não 84, como se declara no prefácio e se repete na primeira orelha – entre os quais autoridades já internacionalmente reconhecidas, que se acompanham de jovens investigadores, demonstrando estes a filiação, tanto pela linha de pesquisa, como pela segurança com que trabalham.

De Portugal, trouxeram colaboradores a Universidade Clássica de Lisboa: J. Leon Acosta, Isabel Adelaide Almeida, Teresa Amado, Francisco da Gama Caiiro, Pedro Calafate, Ivo Castro, Angela Correia, João Dionísio, Raul Miguel Rosado Fernandes, Elsa Gonçalves, Maria Isabel Rebelo Gonçalves, Rita Marquilhas, Maria Helena Mira Mateus, Osório Mateus, Margarida Vieira Mendes, Augusto Aires Nascimento, Leonor Curado Neves, João David Pinto-Correia, Maria Ana Ramos, Cristina Almeida Ribeiro e Cristina Sobral; a Universidade Nova de Lisboa: Maria de Lurdes Crispim, Luís Fagundes Duarte, Manuel Pedro Ferreira, João Amaral Fração, Rita Costa Gomes, Luís Kruz e José Mattoso; a Universidade de Coimbra: José

Antunes, Ana Maria e Silva Machado, Antônio Resende de Oliveira, Américo da Costa Ramalho, André Crabé Rocha, Leonina Ventura, Evelina Verdelho e Telmo Verdelho; a Universidade do Algarve: António Branco; a Universidade dos Açores: Paulo Meneses; a Universidade do Minho: José de Azevedo Ferreira; a Universidade do Porto: Luís Adão da Fonseca e Maria Cândida Monteiro Pacheco; a Universidade Aberta: Maria João Marques da Silva; a Universidade Autónoma Luís de Camões: Cecília de Freitas Goucha Soares; a Escola Superior de Tecnologia de Tomar: Horácio Peixeiro. Há pesquisadores vinculados a Bibliotecas: Luís Cabral, diretor da Biblioteca Pública Municipal do Porto; Adelino Almeida Calado, da Biblioteca da Universidade de Aveiro; Isabel Villares Cepeda, Manuela D. Domingos e Valentina Sul Mendes, da Biblioteca Nacional de Lisboa; Maria Isabel Cid, diretora da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Evora; Francisco G. Cunha Leão, diretor da Biblioteca da Ajuda. Há o investigador Joaquim Mendes, e José Manuel da Costa Rodrigues Garcia, da Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses.

Entre as universidades espanholas, trouxeram colaboradores a Universidade de Alcalá de Henares: Carlos Alvar; a Universidade Central de Barcelona: Vicente Beltran; a Universidade de Santiago de Compostela: Mercedes Bréa López, José Luís Couceiro, José Manuel Díaz Bustamante, Manuel Díaz y Díaz, Francisco Fernández Campo, Pilar Lorenzo, Ramón Lorenzo e Serafin Moralejo; a Universidade de Granada: Ana Díaz Ferrero, e a Universidade de Cádiz: Antonia Viñez Sanchez.

Além de instituições e universidades portuguesas e de universidades espanholas, sendo que entre essas, obviamente, deveriam destacar-se as situadas na Galiza, como de fato destaca-se a Universidade de Santiago de Compostela, algumas outras, com reconhecidos centros de estudos da literatura medieval portuguesa e galega, ou que abrigam pesquisadores de matéria portuguesa ou galega trouxeram igualmente sua contribuição. Estão presentes as Universidades: da Bahia, com Rosa Virgínia Matos e Silva; de Bari, com Maria Luísa Indini e com Vincenzo Minervini; da Califórnia, com Arthur Askins, com Harvey Sharrer e com Stefano Asperti; do Colorado, com Frede Jensen; de Pisa, com Gemma Vallin, com Mario Barbieri, com Sergio Vatteroni e com Valeria Bertolucci Pizzorusso; de Roma, com Ana Ferrari, com Aurelio Roncaglia, com Ettore Finazzi-Agrò, com Giulia Lanciani e com Giuseppe Tavani; de Siena, com Pietro G. Beltrami; de Veneza, com Manuel Simões, e de Zurique, com Luciano Rossi. Há também um investigador não vinculado a universidade: Marco Buonocore, da Biblioteca Apostólica Vaticana.

Entre todos, – os que já construíram vasta obra, conquistando o reconhecimento internacional, e os que, promissoramente, a estão construindo –, os organizadores e coordenadores destacam Elsa Gonçalves, José Mattoso e Augusto Aires Nascimento, por, além de trazerem seus inúmeros verbetes, terem contribuído para a excelência do acabamento do conjunto.

Caracteriza-se o *Dicionário* pelo alto interesse das informações que traz, das origens da literatura do Noroeste e do Oeste peninsular a 1516, ano da publicação

do *Cancioneiro Geral*, de Garcia de Resende. É possível avaliar a dificuldade da escolha dessa data final. Passando o *Cancioneiro* de Resende, haveria muita matéria medieval ainda, como o teatro vicentino, por exemplo; António José Saraiva que o diga com seu *Gil Vicente e o fim do teatro medieval*.² Antes, porém, do ocaso do teatro vicentino, já ocorriam manifestações do **dolce stil nuovo** e da temática renascentista. Certamente a ausência daquele teatro é criticável, mas com ele, acabaríamos por exigir as redondilhas camonianas. M. Simões, no verbete dedicado à composição *Redondilha*, lembra que eram então chamadas de medida velha as composições em heptassílabos ou pentassílabos. Se Camões tivesse entrado, atingiria o *Dicionário* o fim do século XVI, visto que as *Rhythmas*, onde estão suas redondilhas, foram impressas em 1595. Há de haver sido essa a dificuldade, e impunha-se uma opção.

Teria sido possível abrir duas entradas para Gil Vicente. Uma para os dados biográficos: *Gil Vicente* e outra específica para seu teatro: *Teatro vicentino*. Nenhuma das duas haveria de sobrepor-se à entrada *Teatro*, assinada por P. Lorenzo. Camões poderia não ter uma entrada de cunho biográfico, mas talvez lhe coubesse a entrada: *Camões (suas composições medievais)*. Essa solução seria similar a outras que o *Dicionário* pratica: *Crônica* é entrada que não prejudica nem se sobrepõe às diversas outras entradas: *Crônica Breve do Arquivo Nacional*, *Crônica da Conquistista do Algarve*, *Crônica da fundação do mosteiro de Jesus do Aveiro*, *Crônica da tomada de Lisboa aos mouros e da fundação do mosteiro de São Vicente*, *Crônica de Dom Fernando*, *Crônica de Dom João I*, *Crônica de Dom Pedro*, *Crônica de 1404*, *Crônica de Portugal de 1419*, *Crônica do Condestabre*, *Crônica do mouro Rasis*, *Crônica Geral de Espanha de 1344*, *Crônica Geral e Crônica de Castela*, *Crônica Troiana*, *Crônica Breves de Santa Cruz*, sendo que outras entradas, como *Crônica da tomada de Ceuta* e *Crônica de Dom João II*, por exemplo, chegam a ter entrada, mas apenas para remeter aos verbetes *Zurara*, *Gomes Eanes de e Rui de Pina*, respectivamente autores, onde encontram-se as informações acerca da obra. Outro exemplo de solução análoga passa-se com a entrada *Hagiografia*, que não impediu diversas outras entradas como: *Vida de Santo Aleixo*, *Vida de S. Barlaão e de S. Josafá*, *Vida de S. Bernardo*, *Vida de S. Frutuoso*, *Vida de S. Geraldo*, *Vida de S. Gonçalo de Amarante*, *Vida de S. Teotônio*, *Vida de Santa Eufrosina*, *Vida de Santa Maria Egípcia*, *Vida de Santa Pelágia*, *Vida de Santa Tarsis*, *Vida do Cativo Monge Confesso*.

Tais soluções não implicam eliminar-se a referência a um **terminus ad quem**, que poderia ser mesmo o ano do *Cancioneiro Geral*. Bastaria uma explicação precisa a justificar a inclusão de manifestações medievais do século XVI, mesmo porque, se se imaginasse, na seqüência desse, um *Dicionário* de literatura clássica portuguesa, por exemplo, abrangendo os séculos XVI, XVII e XVIII, (não haveria razões para associá-la à Galega, na era clássica), a dificuldade para se incluir Gil Vicente e Teatro vicentino, como entradas, seria muito maior, embora, com relação a Camões, a presença da produção medieval, associada ao conjunto de sua obra, talvez incomodasse menos. Como disse, era necessário escolher um caminho, e a opção foi feita.

Neste *Dicionário*, encontram-se biografadas todos os poetas galego-portugueses, praticamente todos os do *Cancioneiro Geral*, os autores conhecidos de textos históricos, hagiográficos, filosóficos, apologéticos e outros. Mereceram biografia também os reis que, de modo especial, envolveram-se na vida cultura de seu povo, como Afonso III, o segundo rei português a ter entrada (o primeiro é seu irmão Sancho II), e D. Denis, o rei trovador. Do lado castelhano, servem de exemplo, Afonso X, das *Cantigas de Santa Maria*, e Alfonso XI, a quem o Conde de Barcelos legou o seu *Livro das Cantigas*, e que, na expressão do autor do verbete, V. Beltran, abandona o galego-português puro dos seus antecessores.

Aos dados biográficos fornecidos, seguem-se invariavelmente as fontes, e apresentam-se, no pé em que estão atualmente, matérias controvertidas, ou que já o foram, como se pode comprovar, por exemplo, no verbete *Pai Soarez de Taveirós*, da autoria de G. Vallín. O verbete "Afonso III", assinado por V. Beltran, termina apontando as pesquisas recentes, segundo as quais "hoje parece muito provável que tenha sido a corte de Afonso III, certamente familiarizado com as letras francesas, a via de entrada da *vulgata* artúrica em prosa na Península Ibérica". Só que houve aí um cochilo da impressão ou do próprio V. Beltran, visto que a informação exata das recentes pesquisas está no verbete *Matéria da Bretanha*, de Ivo Castro, onde se lê: "Se o ciclo da *Vulgata* não parece ter tido divulgação no Ocidente da Península Ibérica, muito pouca teve o ciclo do *Tristão*." E mais adiante: "A maior fortuna no Ocidente peninsular coube ao ciclo da *Post-Vulgata*". O verbete de Ivo Castro chega a considerar "suficientemente estabelecido que a tradução do original francês do ciclo foi feita para o português por Joam Vivas, frade da ordem de Santiago, residente em Lisboa e freqüentador, pelo menos, da corte de Sancho II".

A informação de V. Beltran, de que a *Vulgata* veio com Afonso III colide com a do especialista e editor do *Livro de José de Arimatéia*, Ivo Castro, o que é raro neste *Dicionário*, que prima pelo cruzamento de informações exatas entre verbetes afins, dado confirmador da feliz escolha de colaboradores e da acertada atribuição das matérias.

A evolução das pesquisas arturianas, como se depreende dos dados fornecidos por Ivo Castro, parece que deixa definitivamente superada a causa da profícua polémica entre Manuel Rodrigues Lapa e P. Bohigas Balaguer, os denodados arturianos que, como Mário Martins, desbravaram a floresta do Graal na Península Ibérica, para lembrar o título metafórico do ensaio de Pierre David: *Sentiers dans la forêt du Graal*.³ Esses dois pesquisadores terçaram armas, a partir da tese "Los textos españoles y gallego-portugueses de la *Demanda del Santo Grial*",⁴ do autor catalão, a que se opôs o opúsculo de Lapa, "*A Demanda do Santo Graal*: prioridade do texto português".⁵

Mas a imprecisão que V. Beltran veicula atinge igualmente a quem considera o ciclo que foi traduzido em Portugal como um *Lancelot-Graal*, portanto, a própria *Vulgata*. Gaston Paris, em 1886, ao editar o *Huth-Merlin*, e, em 1887, ao encontrar numa livraria a edição parcial da *Demanda do Santo Graal*, feita por Reinhard-

stöettner, deixou a exata descrição do novo ciclo, em sua recensão dessas duas obras, na *Romania*.⁶ E em Portugal, Pierre David, em 1945, ao recensar a edição Magne da *Demanda do Santo Graal*, de 1944, confirmou a perspectiva de Gaston Paris.⁷

É pois fato que, em obras desta natureza, merecem todo o cuidado os verbetes que, de alguma forma, apresentam afinidade. Neste caso específico, caberia a V. Beltran, que aliás reconhece na corte de Afonso III a "porta de entrada de correntes francesas na península", verificar essas próprias correntes. Acabaria encontrando os estudos de Ivo Castro: "Sobre a data da introdução na Península Ibérica do ciclo arturiano da Post-Vulgata", e "Remarques sur la tradition manuscrite de l'*Estoire del Saint Graal*".⁸

A Société Anciens Textes Français está editando, desde 1991, a reconstituição da *Post-Vulgata*, com os fragmentos franceses dispersos e as traduções peninsulares. Ao terminar a edição, serão quatro volumes, em cinco tomos, a confirmar a tese de Fanni Bogdanow. Com um dos oponentes dessa tese, aprende-se o modo científico de objetar. O recentemente falecido arturianista francês, Jean Charles Payen, havia escrito, em sua recensão do livro *The Romance of the Grail*, de Fanni Bogdanow: "Il reste que l'on peut toujours, faute de preuve absolue, mettre en doute l'existence d'un *Roman du Graal*, tel que Fanni Bogdanow en postule la nécessité."⁹ Mas depois de pretender demolir a tese da pesquisadora, soube reconhecer, no final de seu artigo, o rigor científico da discípula de Eugène Vinaver: "Sachons plutôt gré à Fanni Bogdanow de sa modestie et de sa rigueur: elle suggère plus qu'elle n'affirme, dès qu'il s'agit de conjecturer; mais lorsqu'elle énonce des faits, elle pratique l'analyse juste et le recours à des documents précis. Remercions-la aussi d'avoir édité en appendice des textes fondamentaux et jusqu'à présent inaccessibles."¹⁰

Como não poderia deixar de ser, em todas as entradas de cunho biográfico, os nomes dos autores da época aparecem na forma documentada nos testemunhos antigos, com entrada sempre pelo primeiro nome: Estevan, Fernan, Johan, Martin, Roi, se trovadores ou jograis; Fernão, João, Martim, Rui, se autores da segunda metade do século XIV em diante. Já os estudiosos e os pesquisadores medievalistas, excluídos os vivos, têm a entrada sempre pelo último sobrenome, como: Cintra, Luís Filipe Lindley; Lapa, Manuel Rodrigues; Martins, Mário Gonçalves; Nunes, José Joaquim; Vasconcelos, Carolina Michaelis de; Vasconcelos, José Leite de; figurando nesse rol, entre muitos outros autores: Angelo Colocci, Aubrey Bell, Celso Ferreira da Cunha, Cesare de Lollis, Ernesto Monaci, Francisco Adolfo Varnhagen, Giulio Bertoni, Henry Lang, Jole Ruggieri Scudieri, Oskar Nobiling, Ramón Menéndez Pidal, Silvio Pellegrini e William Entwistle, mas não têm entrada, por exemplo: Augusto Magne, Enrico Molteni, Francesco d'Ovidio, Hugo Schuchardt, Joseph Huber, Jules Cornu, Karl von Reinhardstöettner, Otto Klob, Pierre David e Serafim da Silva Neto.

É possível que algumas dessas ausências, com estatuto de entrada, se justifiquem por terem os estudiosos trazido, para os limites do *Dicionário*, uma contribuição menor, bastando então a referência a seu nome junto à contribuição. Seria o caso de Reinharsdtoëttner, autor da primeira edição parcial (os 70 primeiros fólios) da *Demanda do Santo Grall*, edição, aliás, que já andou sendo indevidamente promovida a integral. Neste *Dicionário*, Ivo Castro, na entrada "*Demanda do Santo Graal*" oferece a informação correta. Certamente, não é o caso de Augusto Magne, nem de Serafim da Silva Neto.

Augusto Magne, para ficar apenas em seus trabalhos diretamente ligados à época medieval, deixou notáveis estudos na *Revista de língua portuguesa*, numa série de sete artigos sob a rubrica *Apostilas etimológicas*; na *Revista de filologia e história*, outra série de dez artigos, entre os quais destacaria "Um trovador do período pós-dionisino, Dom Afonso Sanches"; uma terceira série de artigos na revista *Verbum*; colaboração assídua no *Boletim de filologia*, do Rio de Janeiro. Além dessa atividade em periódicos, os demais trabalhos de Augusto Magne já vêm lembrados nas respectivas entradas: *Bosco deleitoso*, *Demanda do Santo Graal*, *Vita Christi*, além de seus dicionários iniciados, que encontram registro em Lexicografia.¹¹

Quanto a Serafim da Silva Neto, o esquecimento é mais grave, porquanto do autor de *História da língua portuguesa*, cujos méritos são continuamente lembrados. Se não bastasse essa obra, Serafim da Silva Neto, nascido em 1917 e falecido em 1960, nesses quarenta e três anos, produziu *Fontes do latim vulgar*, 1938; *Manual de gramática histórica portuguesa*, 1942, *A santa vida e religiosa conversação de Frei Pedro, edição fac-similada do único exemplar conhecido, com transcrição, introdução e notas*, 1947; *Diálogos de São Gregório, edição crítica segundo os três manuscritos conhecidos*, 1950; *Manual de filologia portuguesa. história. Problemas. Métodos*, 1952; *Textos medievais e seus problemas*, 1956; *Ensaio de filologia portuguesa*, 1956; *Introdução ao estudo da filologia portuguesa*, 1956; *História do latim vulgar*, 1957; *História da língua portuguesa*, 1957; *Bíblia medieval portuguesa I – Histórias d'abreviado testamento velho, segundo o Meestre das Histórias Escolásticas*, 1958, para nos limitar exclusivamente ao recorte do *Dicionário*, sem entrar em detalhes das edições e reedições dos títulos. Além desses trabalhos, há uma vasta colaboração, em assuntos medievais, na *Revista filológica*, na *Revista de cultura*, no *Boletim de filologia*, em *Humanitas*, na revista *Brasília*, na *Revista portuguesa de filologia*, na *Revista da Universidade de Minas Gerais*, na *Revista brasileira de filologia*, na *Orbis*, na *Verbum*, na *Revista filológica*, na *Revista do livro*, na *Revista de Portugal*, na *Etymologica*, bem como em diversas *Miscelâneas*, publicações de homenagem, como a de Francisco Adolfo Coelho, M. Said Ali, Hernâni Cidade, Walther von Wartburg e Iorgu Iordan. Serafim da Silva Neto recebeu o título de doutor *honoris causa* pela Universidade de Lisboa, depois de nela haver regido uma cátedra.¹²

Os títulos das obras vêm, frequentemente, numa grafia modernizada nas entradas: *Bosco deleitoso*, *Livro de José de Arimatéia*, *Vida de S. Barlaão e S. Josafá*,

havendo a entrada *Barlaão e Josafá* que remete a *Vida de S. Barlaão e de S. Josafá*, ou na forma abreviada como é mais conhecida: *Vida Christi*, por *Vita Domini Nostri Jesu Christi ex quattuor evangeliiis*, ou ainda conserva-se o título de impressão que teve a obra, como em *Autos dos apóstolos*. São critérios perfeitamente aceites, principalmente levando-se em conta que as entradas duplas dirimem todo tipo de desencontro.

No verbete *Lapa*, *Manuel Rodrigues*, da autoria de J. Dionísio, a referência à opinião de Walter Mettmann, que considera modelar a antologia das *Cantigas de Santa Maria*, que o autor publicou em 1934, bem como a menção do comentário bem humorado de Mário Martins às *Cantigas de escárnio e maldizer*; no verbete *Braga*, *Teófilo*, do mesmo J. Dionísio, os comentários sobre o trabalho do autor, principalmente sobre a edição do *Cancioneiro da Vaticana*, são exemplos de eficiente diálogo de informações ou de ensinamento, que J. Dionísio ministra com segurança, como no último caso, em matéria de crítica textual, deixando longe o biografismo inócuo encontrado em obras dessa natureza.

Instituições culturais da época, universidades, ordens religiosas, bibliotecas propiciam entradas, como: *Universidade Medieval Portuguesa, Alcobça, Alcobcense (Historiografia), Franciscanos, Mosteiros, Regras monásticas, Regras dos monges, Frei João Álvares, Frei João Claro, Biblioteca Apostólica Vaticana, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Biblioteca Nacional, Biblioteca da Ajuda, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora. Embaixadores e legados régios* é um verbete assinado por Aires A. Nascimento, que explora o intercâmbio entre os poderosos e as cortes da época, enumera as reuniões conciliares, casamentos principescos e embaixadas de obediência papal, avaliando as expressões literárias de circunstância que tenham permanecido.

Os movimentos literários não têm entrada, o que, de fato, não faz falta, visto que as informações a eles pertinentes ficam bem em verbetes como *Trova, Trovador, Jogra, Segrel, Gil Vicente (No Cancioneiro Geral)*; ou tornam-se mais úteis no conjunto dos verbetes dedicados às cantigas – em todas as suas modalidades –, aos diversos *Cancioneiros*, à novela, à cavalaria, à novela de cavalaria, à matéria de Bretanha, à hagiografia, às crônicas, aos cronistas; ou convêm melhor em verbetes específicos, como *Drama litúrgico, Historiografia medieval, Literatura de viagens, Poesia cortês, Poesia lírica, Locus amoenus, Impossibilia, Oratória e Retórica*. Aliás marca fortemente o *Dicionário* a ausência de rótulos, o que é muito a seu favor. Prefere o critério científico de oferecer ao interessado as informações atualizadas, fruto das pesquisas dos autores, a repetir um conhecimento diluído atrás de rótulos nem sempre muito precisos. É examinar, por exemplo, os verbetes *Cancioneiro Geral*, de M. Vieira Mendes e *Cuidar e sospirar*, de M. Simões, para perceber a objetividade com que se estampa o resultado da pesquisa e a preocupação em informar, que não deixam espaço para prolixidades, cabendo ao consulente perceber o inteligente diálogo entre ambos. E os verbetes não são da mesma autoria. Quando o são, como no caso de Ivo Castro, com a matéria da Bretanha, e Ramón Lorenzo, principalmente em suas entradas sobre crônicas, é fácil perceber o

cruzamento de informações a revelar o domínio absoluto da matéria aliado à atualização das informações.

As tendências filosóficas marcantes da Idade Média, aristotelismo, agustinismo e platonismo constituem entradas, em que a gama de informações revela pesquisa no sentido de documentar sua presença e sua influência em Portugal. É o que se continua a avaliar em verbetes como *Apologética*, *Bíblia*, *Boécio*, *Patrologia*, *Judaísmo e cristãos novos*.

Os gêneros poéticos, todas as modalidades de cantigas: – de amigo, de amor, de escarnho e maldizer, de mestria, pastorela, de refram, de romaria, de seguir, seranilha, de vilão, de Santa Maria, alba, bailada ou bailia, barcarola (ou marinha), balada (provençal), – as formas de expressão poética, como: tenção, kharja, muwaxaha, vilancete, ou as espécies de sátira literária, sátira moral, sátira política, – seus recursos técnicos, passando por entradas como *Arte de trovar*, *Arte Maior*, *Arte Menor*, *Atá fiinda*, *Cobra*, *Decassílabo*, *Desacordo*, *Dobre*, *Fiinda*, *Leixa-pren*, *Medida Velha*, *Mozdobre*, *Octossílabo*, *Palavra perduda*, *Paralelismo*, *Redondilho*, *Refram*, *Rondel*, satisfazem o consulente, trazendo-lhe as mais recentes notícias, inclusive quanto à informação acerca da música das cantigas, com o verbebo *Pergaminho Sharrer* das cantigas de D. Denis com notação musical, que antecede o *Pergaminho Vindel*.

Está ainda por receber o merecido valor e por produzir os esperados resultados a descoberta de Harvey Sharrer, de que se dá notícia completa, com impressão do códice, em *Actas do IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval*.¹³ Do lado de cá do Atlântico, deu notícia do achado Cecília Nami Adum, no artigo *Poesia medieval musicada*.¹⁴ Na entrada *Música*, deste *Dicionário*, à página 469, há três exemplos de transcrição musical em pentagrama das notações musicais conhecidas incluindo o Pergaminho Sharrer: cantigas IV e V de Martin Codax, as primeiras frases da Cantigas de Santa Maria e o começo da cantiga VI de D. Denis.

Todas as entradas que nos ocuparam até o momento desenvolvem assuntos situados dentro do quadro de expectativas que o *Dicionário* cria. O tratamento criterioso que cada matéria recebe assinala a diretriz científica, inteiramente comprometida com a modernidade, a garantir a excelência do conjunto. Além disso, porém, entradas não muito freqüentes em dicionários desta natureza, tornam-se mais claramente reveladoras de sua caracterização: o *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, fortemente marcado pela veiculação de resultados de pesquisa que fazem dele um instrumento de trabalho, na linha de publicações especializadas em oferecer os subsídios necessários, diria mesmo indispensáveis, para a compreensão dos textos medievais. De fato, o estudioso – seja-me permitido pensar particularmente no estudante de Letras – defronta-se com suas dificuldades, quando o objeto de seu estudo é um texto em português antigo. A língua é a primeira, e a segunda é a busca de informações acerca da autoria ou anonimato, da biografia do autor, de sua época, do ambiente em que viveu, da produção e da difusão da obra, da tradição manuscrita e da tradição impressa do texto.

Pois aí está o *Dicionário*, cujos colaboradores foram por ele, o estudioso, aos arquivos e bibliotecas, aos catálogos, às fontes primárias, aos autógrafos, apógrafos ou ideógrafos, aos incunábulos, às edições, aos vocabulários críticos, aos mais variados tipos de repertórios biográficos e bibliográficos. E depois de oferecerem-lhe o fruto da pesquisa, passam-lhe as fontes na bibliografia, ao final de cada verbete, propiciando-lhe, se for necessário, e se para tanto tiver fôlego, a oportunidade de percorrer ele mesmo novamente o trajeto, que, visto por novos olhos, poderá, quem sabe, trazer novas revelações.

O consulente que abre e lê este *Dicionário*, imediatamente percebe que não tem em mãos apenas mais um Dicionário de literatura, concluindo tratar-se de obra especializada. De fato, a época em questão, a Idade Média, exige que uma série de assuntos tenham estatuto de entrada, assim como outra época exigiria o mesmo de outra gama de assuntos. *Autor*, por exemplo, na expressão de E. Finazzi-Agrò, que assina o verbete, "na estética medieval, é noção que parece ainda estar ligada à visão clássica do escritor como mediador entre tradição e criação, entre memória e invenção". Outros verbetes que desenvolvem o estudo dos recursos dessa produção do autor medieval comparecem: *Bilingüismo / plurilingüismo na poesia lírica, Escrita / oralidade, Influências e intertextualidade, Plurilingüismo, Traduções*. O trabalho artesanal de fixação e difusão dos textos é desenvolvido em verbetes como: *Manuscritos, Códice, Circulação do livro manuscrito, Iconografia e ilustração, Livro, Tipografia, Incunábulo*. Extremamente úteis, e descrevendo produções específicas, os verbetes *Cartografia medieval, Exemplo, Fábula, e Gramática*.

No bojo da discussão acerca da língua de determinadas obras galegas e portuguesas, dada a forte tendência em não mais nivelá-las ao galego-português ou galaico-português, talvez se tenha perdido uma bela ocasião, com o lançamento deste *Dicionário*, para entradas como *Galego, Galaico-português, Português antigo, Galego antigo* ou outras que fossem mais convenientes, visto que conhecidos pesquisadores da matéria, – vide particularmente o título VI da introdução à edição de *Crónica Troiana*, de Ramón Lorenzo: "A língua da *Crónica Troiana* e as diferenças entre os copistas"¹⁵, e a opinião de Clarinda de Azevedo Maia, a respeito, em sua *História do galego-português*¹⁶ – possivelmente teriam uma síntese de suas investigações para oferecer. Suscita essa questão a diferença de tom entre o tratamento dado à entrada *Crónica Troiana* por Lindley Cintra, em 1969, no *Dicionário de literatura portuguesa, brasileira, galega e estilística literária*,¹⁷ e agora, neste *Dicionário*, por Ramón Lorenzo. Cintra abre o verbete caracterizando a obra como versão galega, e ao encerrá-lo, diz textualmente: "... esta *Crónica Troiana* parece ser a única obra em língua galego-portuguesa totalmente consagrada a este assunto"¹⁸; enquanto Ramón Lorenzo fica com: "tradução galega do século XIV", alertando para a "importância capital do texto para se conhecer o estado da língua no século XIV".

Por fim, e certamente da mais relevante importância, é o conjunto de entradas que desenvolvem a matéria de crítica textual. São entradas específicas *Edição crítica, Tavola Colocciana, Tradição manuscrita da poesia lírica*, Mas a matéria é

tratada ainda na prática por editores especializados, como J. Mendes, em *Crónica da tomada de Lisboa aos mouros e da fundação do mosteiro de São Vicente*, com a estemática traçada; por Ivo Castro, que preparou a muito esperada edição do *Livro de José de Arimatéia*, nos verbetes da matéria arturiana; por Elsa Gonçalves, no próprio verbete *Tradição manuscrita da poesia lírica*, onde reproduz os estemas de Tavani para os *Cancioneiros* da poesia trovadoresca; por Ramón Lorenzo, o editor de *Crónica Troiana*, entre outros trabalhos seus de crítica textual; por C. Sobral, na entrada *Vida de Santa Maria Egípcíaca*, em que estabelece a comparação entre as fontes, com vistas à reconstituição das relações de parentesco. Quando a entrada não comporta o estema traçado, é de se notar que as informações correspondem ao resultado de uma *recensio*, como se pode observar em *Vida de Santa Pelagia*, *Vida de Santa Tarsis*, verbetes assinados por Luís Fagundes Duarte, e em muitos outros. O consulente, via de regra, recebe as informações acerca das fontes primárias.

Um último traço da harmonia de seu conjunto há de estar na excelente qualidade das reproduções fac-similares que traz. A cores, em páginas não numeradas de papel couché, podem ser admirados ou lidos o fôlio 265v do Códice Alcobacense 455 e o fôlio 10r dos *Autos dos apóstolos* (BN, Alc. 280), entre as páginas 24 e 25; o fôlio 1r do incunábulo da *Bíblia* de Gutemberg (BN, Inc. 305) e o fôlio br do incunábulo *De Consolatione*, de Boécio (BN, Inc. 190), entre as páginas 48 e 49; o fôlio 56r da *Cancioneiro da Ajuda* (B. da Ajuda) e, em página dupla, uma carta do Mediterrâneo, anônima, do início do século XVI, encontrada no Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Cabeço de Vide, entre as páginas 132 e 133; o fôlio 1r do Códice Iluminado do Foro Real, (BN, Il. 111) e os fôlios 251v e 252r das Tábuas de contar (BN, Alc. 426), entre as páginas 276 e 277; uma iluminura do *Livro das aves* do Mosteiro de Lorvão, 1183 (ANTT, Casa-Forte, n° 90), entre as páginas 408 e 409; o fôlio 3r do *Livro de Horas* da Rainha Dona Leonor (BN, Il. 165), entre as páginas 432 e 433; o fôlio 3r do *Livro dos milagres de São Vicente* (BN, Alc. 420) e os fôlios 12v e 13r do *Sermão de São Jerônimo* (BN, Alc. 149), entre as páginas 468 e 469; o fôlio 1r do incunábulo da *Vita Christi* (BN, Inc. 1161) e dois fôlios do Pergaminho Vindel, ms. 979 da Pierpont Morgan Library, entre as páginas 672 e 673. São fac-símiles em preto e branco: o fôlio 3r de um incunábulo de obra de Aristóteles, em grego (BN, Inc. 926), página 61; o fôlio 3r do *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*, que reproduz o início da *Arte de trovar*, página 67; o fôlio 1r do *De civitate Dei*, de Santo Agostinho (BN, Alc. 332), página 73; o rosto do *Bosco Deleitoso*, do exemplar da Livraria de D. Manuel II, página 108; o fôlio do *incipit* do *Cancioneiro de Baena* (Biblioteca Nacional de Paris ms. esp. 37), página 127; um fôlio não numerado da *IV Crônica Brege de Santa Cruz* (Biblioteca Pública Municipal do Porto), página 195; o fôlio 1 a e b da *Demanda do Santo Graal* (Cód. 2594 da Biblioteca Nacional de Viena), página 205; o fôlio 9 do *Cancioneiro da Vaticana*, que reproduz cantiga de D. Denis, página 207; o *incipit*, que é o rosto do *Espelho de Cristina* (BN, Res. 404), página 243; o rosto do *Flos Sanctorum em lingoagem portugues* (BN, Res. 157A), página 280; o fôlio do *incipit* do *Livro da Ensinança de bem cavalgar toda sela*, de D. Duarte, códice da Biblioteca Nacional de Paris, página 401; página não numerada de cópia sobre papel de 1626, do *Livro de montaria*, de D. João I (BN, Cód. 4352), página 432; o fôlio 300r do cód. 3217

Vat. lat., que é o início da *Tavola Colocciana*, página 617; o fólio 25r do ms. 9249 da Biblioteca Nacional de Madrid, "Tenção entre Afonso Sanchez e Vasco Martins de Resende", página 623; o fólio 1r do incunábulo do *Tratado de confissão* (BN, Inc. 1484), página 637; um fólio da *Vida de S. Frutuoso*, datada de fim do século XIII, não numerado na legenda, havendo o número 49 no alto da coluna A do facsimile (BN, Alc. 454), página 667; um fólio não numerado, início do *Livro da virtuosa benfeitoria*, de D. Pedro, sem indicação da procedência, página 682 e um fólio não numerado do prólogo da *Crônica da tomada de Ceuta*, de Gomes Eanes de Zurara, (ANNT, Casa-Forte, n° 355), página 689. Além dessas reproduções facsimilares de texto, há duas ilustrações, sendo a primeira, a fotografia de uma pintura do busto de Ângelo Colocci, da Biblioteca Universitária de Bolonha, à página 165, e a outra a fotografia do sarcófago de Pedro de Portugal, Conde de Barcelos, da Igreja de São João de Tarouca, à página 522.

Se algo está faltando neste *Dicionário* são os índices, peças de primeira utilidade para o consulente, conservando-se, é claro, a "Lista de colaboradores e colaborações", que, do final do volume, poderia vir para o início, tanto mais que, a rigor, ela não é de fato um índice, pois não remete a páginas nem do autor, nem das entradas. Seriam de extrema utilidade dois índices: um dos títulos de obras, no qual figurariam com destaque os títulos que têm estatuto de entrada no *Dicionário*, e outro dos autores, este sem destaque para os colaboradores, visto que a "Lista dos colaboradores e das colaborações", no início do volume, já os honra. Poder-se-ia acrescentar um terceiro índice: o das ilustrações que, para ficar precioso e rico, poderia oferecer ao consulente, quando for o caso, informações, ainda que muito reduzidas, acerca do suporte, pergaminho ou papel, bem como da letra. A única informação a respeito de suporte, em legenda, é dada na cópia do *Livro da montaria*, na reprodução da página 413. É claro que ela não autoriza o consulente a deduzir que todas as demais reproduções são de códices pergamináceos.

Se para todos os tempos, e não apenas em literatura, é fundamental trabalhar-se com texto fidedigno, para a época em questão neste *Dicionário*, a autenticidade do texto é, sem dúvida, mais exigente de implicações, não apenas para os estudiosos de literatura, mas sobretudo para os investigadores da história da língua, para os interessados na escrita e na oralidade e também para quem difunde a cultura medieval, para não correr o risco de veicular, por exemplo, que *estória* é anglicismo criado por Guimarães Rosa, por certo imaginando-se atribuir, com isso, um mérito ao autor de *Grande-Sertão: Veredas*, o que, se ele pudesse, de pronto recusaria. Neste *Dicionário*, uma entrada com o título modernizado *História de Vespasiano*, logo traz o original *Estória do muy noble Vespesiano emperador de Roma*, e a palavra **estória** volta em outros verbetes, que testemunham ocorrências muito freqüentes nas origens da língua portuguesa. Esta fantasiosa "etimologia" de **estória** como anglicismo do século XX é um entre inúmeros outros exemplos que poderiam ser trazidos e que só tendem a multiplicar-se, à medida em que a história da língua, sob o pretexto de que fenômenos lingüísticos atuais ficariam sem descrição, viesse a limitar-se à chamada România Nova.

Os estudos medievais estão com toda a força, não apenas na Europa. Talvez onde mais se estuda a Idade Média, hoje, seja nos Estados Unidos. O espírito desse estudo está no rigor científico, acima exemplificado com o trabalho de Fanni Bogdanow, com a crítica ousada e respeitosa, portanto do melhor nível, de Jean Charles Payen, e de similares que há em língua portuguesa. Se Eugène Vinaver perseguiu as trilhas apontadas por Gaston Paris, a Fanni Bogdanow coube continuar a pesquisa de seu mestre. Estudos medievais não comportam imediatismo, vide o longo trabalho de Cintra com a *Crônica Geral de Espanha de 1344*, cujo último volume só apareceu em 1990. O volume I saiu em 1951. Leia-se a "Nota Final", do volume IV, datada de 13 de junho de 1989, para se fazer uma idéia do que são estudos medievais e de qual é o seu ritmo.¹⁹

Vale a pena mencionar apenas dois acontecimentos de grande importância, e mais próximos de nós do que os Estados Unidos. A Universidade Nacional Autónoma do México criou uma revista especializada, *Medievalia*, que já vai pelo número 15 e promove este ano "Jornadas Medievales", congresso internacional, com presença marcante de pesquisadores sul-americanos. Bem mais perto de nós, a UNICAMP acaba de criar um Programa de Estudos Medievais, o PEM, dentro do Núcleo de Estudos de Culturas de Expressão Portuguesa, NECEPO, no Instituto de Estudos da Linguagem, IEL, a funcionar como um órgão centralizador e promotor de atividades, congregando os trabalhos de pesquisadores do Estado de São Paulo e demais Estados brasileiros, interessados em contribuir, dentro do espírito de trabalho em equipe e de colaboração interdisciplinar, para o desenvolvimento dos estudos medievais. Isto para não falar do grande número e da qualidade de publicações, como traduções, edições críticas, ensaios, obras especializadas e obras de divulgação. Os livros não são sempre, nem apenas de Literatura, vão à História, à Filosofia, atingem a vida social, a religião, a arte, os costumes, a alimentação, as doenças, a morte, enfim toda a cultura medieval que vem despertando interesse crescente, por razões aliás muito óbvias.²⁰ E agora este *Dicionário*! Será necessário buscar testemunho mais eloqüente do alto interesse que Idade Média desperta, nesta virada de milênio?

Enfim, para quantos se dedicam a esses estudos ou venham a eles dedicar-se, este *Dicionário* é instrumento valiosíssimo de trabalho. Suas entradas são verdadeiras portas abertas para o pesquisador, para o estudioso, para o estudante, e também para o consulente simplesmente interessado.

*

NOTAS

1. LANCIANI, Giulia, e TAVANI, Giuseppe. (Org. e Coord.) 1993. *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, Lisboa, Caminho, 698 p.
2. Antônio José Saraiva. *Gil Vicente e o fim do teatro medieval*, Lisboa, 1942. Ver também o magistral estudo da linguagem de Gil Vicente: Paul Teyssier, *La langue de Gil Vicente*, Paris, Klincksieck, 1959. Outra expressão que afirma o espaço medieval do teatro vicentino, encontramos em Segismundo Spina, *Obras primas do teatro vicentino*, 3.ª ed., São Paulo, Difel, 1959: "... permaneceu um homem do outono da Idade Média, de cultura escolar e teológica, divorciado do saber científico, oferecendo uma concepção teocêntrica do mundo, um ideal social hierárquico e uma ética fortemente baseada na ascese: desnudar o homem, mostrar-lhe as misérias e apontar o caminho para a redenção", glosando o pensamento de Joaquim de Carvalho, cuja obra menciona em nota: *Estudos sobre a cultura portuguesa do século XVI*, II, Coimbra, 1948, p. 208. Enfim, é vasta a bibliografia a confirmar tal perspectiva.
3. Pierre David. *Sentiers dans la forêt du Graal*. Coimbra, Ed. Coimbra, 1943.
4. Pere Bohigas Balaguer. *Los textos españoles y gallego-portugueses de la Demanda del Santo Graal*, *Revista de Filología Española* anejo VII, Madrid, Imprenta Clásica Española, 1925.
5. Manuel Rodrigues Lapa, *A Demanda do Santo Graal*: prioridade do texto português, In: *A Língua Portuguesa*, I, 1929-30, p. 266-279 e 305-316. Esse artigo circula em *separatum* dessa revista, tem sua versão francesa do próprio autor, no *Bulletin des études portugaises et de l'Institut français au Portugal*, Coimbra, 1931, p. 137-160, e integra o livro *Miscelânea de língua e literatura portuguesa medieval*, de Manuel Rodrigues Lapa, Rio de Janeiro, INL, MEC, 1965, p. 105-133. Recentemente corroboram as opiniões de Lapa exaradas nesse ensaio, entre outras autoridades no assunto: Colette-Anne van Coolput, *Aventures querant et le sens du monde*, Leuven, Leuven University Press, 1986, ao traçar, à p. 199, seu estema da *Quête da Post-Vulgata*. Em artigo ainda inédito, que nos autorizou citar, Fanni Bogdanow é explícita: "The complete Post-Vulgate was translated at the end of the thirteenth century into Galician-Portuguese and from the Portuguese into Castilian." Esse texto da arturiana inglesa está no prelo, no Brasil.
6. Gaston Paris. "Comptes-rendus, I. *Merlin*, roman en prose du XIII.^{ème} siècle publié avec la mise-en-prose du roman de *Merlin* de Robert de Boron, d'après le manuscrit appartenant à M. Alfred H. Huth, par Gaston Paris et Jacob Ulrich. Paris, Didot, 1886. II. *A história das cavalleiros da mesa redonda e da demanda do santo Graall*, Handschrift n.º 2594 der K. K. Hofbibliothek zu Wien, zum ersten male veröffentlicht von Karl Von Reinhardstoëttner. Erster Band. Berlin, Haack, 1887." In: *Romania*, volume XVI, 1887, p. 582-586.
7. Pierre David, "Augusto Magne. *A Demanda do Santo Graal*", in: *Bulletin des études portugaises et de l'Institut français au Portugal*, nouvelle série, t. X, fasc. 1, p. 235-239.
8. Ivo Castro, "Sobre a data da introdução na Península Ibérica do ciclo arturiano da Post-Vulgata", in: *Boletim de Filologia*, XXVIII, 1983, p. 81-98. Ivo Castro, "Remarques sur la tradition manuscrite de l'*Estoire del Saint Graal*", in: *Homenagem a Joseph M. Piel por ocasião do seu 85.º aniversário*, ed. D. Kremer, Tubingen, Max Niemayer, 1988, p. 195-206.

9. Jean Charles Payen, "Survie et mort des textes médiévaux", *Le Moyen Age*, LXXVIII, 1972, n.º 2, p. 325-339.
10. Idem, *Ibidem*.
11. A respeito de Augusto Magne, v. *Verbum*, t. XXXIII, fasc. 3 (set. 1966), Rio de Janeiro, Universidade Católica. Em destaque o artigo de J. F. Leite: "Augusto Magne, S. J., e a filologia no Brasil", p. 275-286, em que o autor arrola 11 títulos de trabalhos importantes de Magne, na área.
12. A respeito de Serafim da Silva Neto, Sílvio Elia oferece a biografia e a "Sinopse cronológica da produção científica", nas páginas iniciais da terceira edição do *Manual de filologia portuguesa*, Presença, Rio de Janeiro, 1977.
13. Harvey L. Sharrer, "Fragmentos de sete cantigas d'amor de D. Dinis, musicadas – uma descoberta", in: *Actas do IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, v. I, Lisboa, Cosmos, 1991, p. 13-29.
14. Cecília Nami Adum, "Poesia medieval musicada" in: *DO Leitura*, São Paulo, 11 (126), novembro 1992, p. 14-15.
15. Ramón Lorenzo, *Crónica Troiana, A Coruña*, Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1985, p. 81-167.
16. Clarinda de Azevedo Maia, *História do galego-português. Estado lingüístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (Com referência à situação do galego moderno)*, Coimbra, INIC, 1986.
17. Luís Filipe Lindley Cintra, *Crónica Troiana*, in *Dicionário de literatura*, v. I, org. Jacinto do Prado Coelho, edição de Figueirinhas, Porto, 1969, p. 241-242.
18. Idem, *Ibidem*.
19. Luís Filipe Lindley Cintra, *Crónica Geral de Espanha de 1344*, v. I-IV, Lisboa, 1951, 1954, 1961 e 1990 (e não 1980, como informa a bibliografia do verbete).
20. Ter em mente o tipo de **Historiografia que hoje se faz** e voltar a Huizinga, Johan, *Le Déclin du Moyen Age*, trad. de J. Bastin, Paris, Payot, 1967, obra que revela o teor de vida da alta Idade Média.

CONVITE A LER VIEIRA

Gladstone Chaves de Melo
UFF

Sou um devoto de Vieira. E não só eu, mas numerosíssimos no passado e, infelizmente, raríssimos hoje em dia. Como contribuição modesta e quase imperceptível para melhorar esta triste situação, atrevemo-nos a duas edições críticas e anotadas de textos vieirianos. A primeira foi do célebre *Sermão da Sexagésima*, que abre a riquíssima coleção das peças oratórias do grande pregador e onde, indiscutivelmente, se acham expostas suas idéias sobre a parenética.

O trabalho que então realizamos como “pesquisa”, para atender à obrigação que corre a professores de tempo integral, veio a ser considerado digno de figurar na iniciante coleção de livros e opúsculos lançados pela editora da Universidade Federal Fluminense. Aí, estabelecemos o texto segundo a **editio princeps**, de 1679, e amplamente o anotamos, com vistas a facultar ao leitor-comum clara inteligência do que escreveu o mais perfeito prosador da nossa língua.

Tempos depois fizemos o mesmo com uma das mais fascinantes orações do Crisóstomo Português, o *Sermão do Bom Ladrão*. Esta peça, não há dúvida, desperta e mantém o interesse, do princípio ao fim, sobretudo por sua gritante atualidade. O tema é a dilapidação dos dinheiros públicos por parte de homens públicos, que, em vez de servirem, se servem dos cargos para se enriquecerem à custa do erário, para isto usando todos os meios e praticando todas as artimanhas que a cupidez e o demônio lhes sugerem.

É uma tremenda e esmagadora objurgatória contra os corruptos e corruptores impunes, que violam o sétimo mandamento com muito maior culpa do que a do ladrão vulgar, inimigo e lesador da propriedade privada. Este furta e rouba com risco; os outros, pelo contrário, inteiramente a seu seguro. Uns são infamados, outros ficam celebrados. Uns “furtam e são enforcados, outros furtam e enforcam”, como diz o nosso autor.

O impressionante quadro que aí se nos desvela retrata, ainda que palidamente (se pensarmos no **quantum**), os nossos dias em nossa terra, marcados pela mais ruinosa voragem dos tranqüilos assaltantes da fazenda pública. Daí o gosto com que se lê tal Vieira, implacável vingador da Justiça Distributiva, mais alta e mais exigente que a Justiça Comutativa.

Só não se deleita no *Sermão do Bom Ladrão* quem tem culpa no cartório ou quem nunca leu. Gostaria muito de diminuir o número destes últimos.

*

Uma cabível palavrinha sobre o autor.

Claro que não vamos aqui traçar uma biografia, ainda que sumaríssima, do Padre Antônio Vieira (Lisboa, 1608 - Bahia, 1697). Nada há que acrescentar às obras de João Lúcio de Azevedo ou de Hernâni Cidade. Nem sequer à síntese elaborada para o *Dicionário de Literatura*, coordenado por Jacinto do Prado Coelho, abrangente, como se sabe, das letras portuguesas, brasileiras e galegas.

Apontaremos aqui tão só que, de certo modo, Vieira é mais brasileiro do que português, porque para esta terra veio aos seis anos de idade, na Bahia estudou, na Bahia se formou, aí e noutros lugares adquiriu justa fama de orador insigne, e quando torna a Portugal, em 1641, a levar a obediência da Colônia ao monarca da Restauração, D. João IV, é já homem feito e célebre. Por outro lado, exerceu no Brasil vários cargos e recebeu múltiplos encargos, não lhe faltando este, comovente, de ser chamado a catequizar índios rudíssimos, em remotos climas, de difícil acesso, como a Serra do Ibiapaba, no Ceará, onde teve de aprender, do zero, a língua dos silvícolas. Bateu-se, com indômita bravura e grave risco pessoal, pela liberdade dos índios, denunciou, com palavras candentes, a ignomínia da escravidão negra e empenhou-se a fundo na educação do Brasil nascente, fiel ao programa traçado pelo primeiro superior inaciano aqui aportado ainda nos primórdios, o Padre Manuel da Nóbrega: “esta terra é nossa empresa”.

Não me levem a mal os irmãos portugueses, mas, sem lhes negar a glória de contar, nas suas letras, o maior pregador e, na sua história, o maior lusíada do século XVII, reivindicamos para nós a mesma excelência. Demo-nos, pois, fraternalmente as mãos e façamos dele nosso patrimônio comum, traço-de-união entre as duas pátrias, homem grande bastante para ser cidadão de dois mundos.

Apesar de considerar “cadáveres” os seus sermões, restituídos e escritos a partir dos setenta e um anos, peças frias, “sem a voz que os animava”, Antônio Vieira ainda hoje nos desperta entusiasmo, nos arrepia a pele e freqüentemente nos obriga a degustá-lo ensaiando eloquência, tão difícil nos fica sendo a leitura silenciosa. O ritmo, a cadência, o ajustado da expressão, a propriedade vocabular, a ordenação do pensamento fazem dele mestre incontestável da nobre e mal servida arte da palavra.

Mais: não usou do verbo para brilhar e para nos encantar o senso estético, senão para ensinar as verdades cristãs, combater erros e desatinos, estimular à virtude.

Dirão talvez alguns que exagero, que lhes quero transfundir um entusiasmo pessoal, certamente incomunicável a quem pensa pela própria cabeça. Na realidade se

trataria de um velho retórico, pretendente a inculcar idéias obsoletas, a convocar a um moralismo perempto, a falar de céu e inferno aos emancipados homens deste fim de século, firmemente convencidos de que cada um é o deus de si mesmo, o legislador de si mesmo, o construtor do novo paraíso terrestre, sem frutos proibidos, sem demônios nem querubins, jardim de todas as delícias, deliciosamente permitidas pelos três bilhões de deuses...

Quem ainda não chegou a este estado de degradação, quem ainda crê na transcendência, quem ainda conserva o gosto da boa língua, quem ainda não se embotou no circundante dialeto crioulo que aceleradamente se vai formando, deformando o belo idioma a nós gratuitamente legado, esse lerá Vieira com curiosidade, com interesse, com admiração e pode ser que com devoção. E, ao fim e ao cabo, será grato a quem lho tenha “impingido”.

L'appétit vient en mangeant, com boa razão dizem os franceses. Experimentemos um pedacinho de Vieira, nem que seja o começo do *Sermão do Bom Ladrão*, com sua provocante **captatio benevolentiae**, experimentemo-lo, mastiguemo-lo, e vejamos quão longe nos acharemos já dos meias-línguas glorificados por certa imprensa suspeita. Lembremo-nos da fábula “A raposa e as uvas”, e entenderemos por que se desdenha de um Antônio Vieira.

Se se repuser o grande seiscentista no alto pedestal a que tem direito, que será dos gaguejantes plumitivos que têm de “apelar” para a obscenidade, o desbrío e o rastejante culto às modas para se fazerem ouvidos? E até – quem sabe! – admirados?

Un sot trouve toujours un plus sot qui l'admire. Não sejamos destes parvos maiores!

*

É a clássica estrutura do *Sermão do Bom Ladrão*, estrutura detectável em quase todas as peças oratórias de Vieira: tema, exórdio, narração, confirmação, confutação, peroração. O tema é sempre tirado da Sagrada Escritura.

O desenvolvimento, a argumentação, a resolução das dificuldades e objeções levantadas pelo próprio autor, a peroração – tudo se funda na Bíblia (que Vieira sabe, por assim dizer, de cor), nos Santos Padres, nos teólogos, nos exegetas e nos filósofos mais categorizados, capazes de conduzir o raciocínio com lógica rigorosa. Prova cabal da tese, para convencer as inteligências; variados apelos à consciência, à sensibilidade, às reais e altas vantagens, para mover as vontades.

Não é outro, aliás, o fim da oratória, gênero literário eminentemente **impres-sivo**, para falar como Charles Bally.

Já que estamos focalizando o *Sermão do Bom Ladrão*, a tese é que, sem restituição do roubado ou furtado, não pode ser absolvido o pecador e que, portanto, quem não restitui, podendo fazê-lo, não se salva, condena-se ao inferno.

Vejamos agora, na mesma pauta e sumariamente, como Vieira aqui tratou sua matéria, cuja explicitação distribuiu por quatorze partes, subdivididas em quarenta e duas alíneas, a que quase sempre corresponde um parágrafo, eventualmente longuíssimo.

Aí vai:

- I O lugar do sermão – Igreja da Misericórdia de Lisboa – não afina com a matéria dele, muito mais adequado à Capela Real: fala-se de Rei, de petição, de despacho imediato. Sim, porque o texto evangélico invocado é a passagem em que, na cruz, o Bom Ladrão pede a Cristo que se lembre dele quando subir ao céu, recebendo como resposta: “Hoje estarás comigo no paraíso” (Luc. 23, 43). O argumento desta primeira parte é que nem os reis podem ir ao paraíso sem os ladrões, nem os ladrões ir para o inferno sem consigo levarem os reis.
- II É um assunto novo, que, em bom direito, deveria ser muito antigo e constante na palavra dos oradores sacros, o que, infelizmente, não acontece.
- III Sem restituição do roubado não pode haver perdão, nem, conseqüentemente, salvação. Comparem-se dois ladrões, Dimas e Zaqueu. O primeiro se salvou sem devolver o que furtou, porque estava impossibilitado, reduzido à extrema pobreza; o segundo só pôde ouvir a promessa de salvação, por parte de Cristo, depois que se propôs devolver em quádruplo o que adquirira ilicitamente.
- IV Não apenas os súditos mas também os reis são obrigados à restituição. É o que ensinam Santo Tomás de Aquino e Santo Agostinho, que, aliás, afirma serem os reinos nada mais que “ladroeiras” grandes. O mesmo diz Sêneca, aproximando reis e piratas.
- V Não se ocupará Vieira dos ladrõezinhos modestos e ocasionais, a quem a penúria tem levado a furtar, mas, sim, dos de “maior calibre”, aos quais os reis confiam a administração das cidades ou o governo dos povos. Diógenes, na Grécia, e Sidônio Apolinário, em Roma, coincidem em observar que os ladrões grandes enforcam os pequenos.
- VI Como e por que levam os reis para o inferno esses ladrões graúdos? Porque daqueles estes recebem cargos e poderes, com que roubam e despojam os governados. Para “escandalizar” o auditório, exemplifica Vieira com Deus, que, tendo escolhido Adão, depois ladrão, pagou Ele o furto, encarnando-se e morrendo crucificado.

- VII Não se podem exculpar os reis com este exemplo de Deus, porque Ele não escolhe os homens para os ofícios pelo que no futuro serão, mas pelo que são agora: é o caso de Judas. A porta por onde legitimamente se entra num cargo público é só o merecimento. Os que entram pela janela já são ladrões, porque furtam o ofício.
- VIII Crítica da “piedade bem intencionada”, que oferece um cargo bom a um fidalgo pobre: ele vai enriquecer-se à custa de empobrecer os subordinados. Em seguida vem a hilariante glosa da conjugação do verbo **rapio**, na Índia, em Portugal e no Brasil.
- IX A obrigação que têm os reis de demitir, sem detença, os que furtam no desempenho do cargo. Lição da parábola evangélica do administrador infiel e esperto: para tentar fugir à demissão, fez dos devedores do senhor outros tantos ladrões, e assim o que de começo era um acaba por serem muitos ladrões.
- X Compara-se aqui, com fina ironia, a sorte dos ladrões de baixa condição com os altamente situados na escala social.
- XI Comentários à parábola evangélica do rei, que, indo à guerra, entregou a administração de sua fazenda a três empregados, dos quais um a decuplicou, outro a quintuplicou e o terceiro devolveu intacta a parte que lhe coube, mas sem nada crescer. Por que não teria Cristo incluído na parábola um empregado de mão leve, que furtasse algo do que lhe fôra confiado? Isaías diz dos príncipes de Jerusalém que são companheiros dos ladrões – **socii furum**. Terrível é a sentença de Deus contra governantes desse tipo: “Dessas mesmas ladroíces que tu vês e consentes hei de fazer um espelho em que te vejas”. “Neste mundo argüirei a tua consciência, como agora a estou argüindo; e no outro mundo condenarei a tua alma ao inferno, como se verá no Dia de Juízo”.
- XII Como poderão os reis, querendo, levar consigo os ladrões ao paraíso. Atentem nas palavras do Mau Ladrão: “Salvai-vos a vós e a nós”. Façam os maus ladrões restituir, o que não será difícil, seguindo a lição e o exemplo de Frei Teodorico, também ele ladrão da coisa pública e pronto restituidor.
- XIII A restituição aos particulares é mais trabalhosa, porque os ladrões furtaram à larga e de muitos: são redes varredoras. Pois que se lhes apliquem, também a eles, redes varredoras. Do Imperador Maximino se dizia que seus governadores eram esponjas, porque, como esponjas, chupavam das províncias quanto podiam. E o Imperador, quando tornavam, espremia as esponjas e tomava para o fisco real o roubado nas províncias. Santo Tomás indaga (e responde à indagação) se basta restituir exatamente o que se furtou, ou mais do que se furtou, como mandava o *Livro do Êxodo*.

XIV A obrigação do pregador é dizer estas coisas, porque “o que não se pode calar, com boa consciência, ainda que seja com repugnância, é força que se diga”. Só há vantagens na restituição: para os reis, para os ladrões, para os roubados. – Peroração: demonstrei o que prometi, e disto não me arrependo. Considerem os ladrões que, “se os esmoleres compram o céu com o próprio, por que se não contentarão os ladrões de o comprar com o alheio?” – Invocação final a Cristo, e fecho coincidente com a abertura, a resposta de Cristo, na Cruz, ao Bom Ladrão.

Para salvar este artigo e – quem sabe! – despertar o apetite, aí vai o fecho, cedendo eu a palavra ao nosso Antônio Vieira:

“Rei dos reis e Senhor dos senhores, que morrestes entre ladrões para pagar o furto do primeiro ladrão - e o primeiro a quem prometestes o paraíso foi outro ladrão, para que os ladrões e os reis se salvem -, ensinaí com vosso exemplo e inspiraí com vossa graça a todos os reis que, não elegendo, nem dissimulando, nem consentindo, nem aumentando ladrões, de tal maneira impidam os furtos futuros e façam restituir os passados, que, em lugar de os ladrões os levarem consigo, como levam, ao inferno, levem eles consigo os ladrões ao paraíso, como vós fizestes hoje: **Hodie mecum eris in paradiso.**”

MÁRIO PEREIRA DE SOUZA LIMA GRAMÁTICA PORTUGUESA¹

Valter Kehdi
USP

Pelo caráter inovador e pela riqueza de informações – muitas das quais ainda de grande atualidade –, merece especial destaque a *Gramática portuguesa*, de Mário Pereira de Souza Lima. Nossas considerações, ao longo desta comunicação, baseiam-se na segunda edição (de 1945, publicada pela editora José Olympio, do Rio de Janeiro), que, na realidade, apenas enriquece e atualiza o conteúdo da primeira edição (de 1936, pela Editora Nacional, de São Paulo).

Reconhecendo o autor que "a **unidade** da linguagem não é a palavra isolada, mas a frase" (p. 11), faz do estudo da oração, ou seja, da Sintaxe, o ponto de partida de suas reflexões, para, num segundo momento, abordar as questões de Fonética e Morfologia. Dessa forma, subverte o plano tradicional das gramáticas da época (e mesmo das mais recentes), que obedeciam à divisão tripartite que explora inicialmente a Fonética, em seguida a Morfologia e, finalmente, a Sintaxe. Ressalte-se que a gramática gerativa, que se desenvolve a partir da publicação de *Syntactic structures*, de Noam Chomsky, também faz da Sintaxe o seu ponto de partida, embora reconheçamos que não podemos ver em Souza Lima um precursor, visto que, para os gerativistas, a Sintaxe é o centro articulador da gramática, ao passo que, para nosso autor, o estudo da oração apenas precede os demais.

Saliente-se, também, que os capítulos e parágrafos se concatenam em função da apresentação de uma ordem mais racional, o que elimina o caráter fragmentário do texto e impede que a obra seja vista apenas como um manual de consultas ocasionais. A título de ilustração, assinalamos o fato de que, no Livro Segundo, as flexões nominal e verbal (cap. IX e X) são estudadas após o exame das desinências (cap. III) e da composição (cap. VII). Observe-se, contudo, que a divisão da obra em cinco livros, cujos títulos são, respectivamente: *Dos modos gerais de expressão do pensamento*, *Da constituição e variações das palavras*, *Das partes do discurso e suas funções*, *Da construção do período* e *Da história da língua portuguesa*², pela superposição que alguns desses títulos implicam, acaba resultando na retomada de determinados tópicos em duas ou mais partes, o que acarreta um certo desequilíbrio de plano³.

Digno de nota é também o aproveitamento que faz Souza Lima de importantes conquistas de Lingüística moderna (lembre-se que a introdução da Lingüística nos currículos das faculdades de Letras, no Brasil, se dá apenas na década de 60).

Essa preocupação é sensível no Livro Segundo, em que os dois primeiros capítulos versam sobre Fonética, e onde são constantes as referências a Saussure, Trubetzkoy e Jakobson (cf., p. ex., às p. 72-3, nota (30), a longa exposição sobre a diferença entre som e fonema, com base nos lingüistas mencionados).

As freqüentes referências a grandes gramáticos hispano-americanos, como Andrés Bello, Rodolfo Lenz, Amado Alonso e P. Henríquez Ureña, na época pouco conhecidos entre nós, não se reduzem a meras citações. Muitos pontos de vista desses autores são incorporados na *Gramática portuguesa*, conforme veremos nas considerações que tecemos a seguir.

Dados os limites desta comunicação, não nos é possível exaurir todos os aspectos que mereceriam discussão. Dessa forma, ater-nos-emos a uma pequena amostragem, com base em alguns tópicos de Morfologia e Sintaxe desenvolvidos pelo autor.

No terreno da Sintaxe, destaque-se, inicialmente, o capítulo original sobre os equivalentes da oração, que Souza Lima divide em dois blocos: as interjeições e as indicações, descrições, diálogos (*Livro Primeiro*, p. 64-6). Ao especificar que as interjeições "valem por si sós uma oração inteira. São **elementos afetivos** da linguagem, indicadores de uma emoção súbita e espontânea" (p. 64, § 129), sugere que, na realidade, as interjeições não são propriamente espécies de palavras, mas espécies de frases afetivas, o que, posteriormente, será enfatizado pelo lingüista francês L. Tesnière⁴. O exame das "indicações, descrições, diálogos" (p. 65-6), embora cursivo, é uma primeira abordagem da frase nominal, ainda não suficientemente explorada em nossas gramáticas mais recentes. Os dois blocos assinalados representam, também, uma importante contribuição para o estudo da linguagem afetiva. É nítida, aqui, a influência de R. Lenz, que, no capítulo II de *La oración y sus partes*, examina, entre os diferentes tipos de oração, as chamadas orações incompletas (cf. **op. cit.**, p. 38-68).

É também inovadora a classificação das orações subordinadas adverbiais proposta por Souza Lima. Normalmente agrupadas em função de seu valor circunstancial, essas orações apresentam características formais diferenciadoras que têm passado despercebidas. Partindo do princípio de que "a proposição circunstancial indica um sentido parcial, que não depende gramaticalmente da subordinante" (p.312, § 509), o autor classifica as comparativas e as consecutivas como integrantes (subordinadas substantivas, segundo a *Nomenclatura Gramatical Brasileira*), levando em conta que as integrantes completam o sentido e a construção da subordinante. É visível, aqui, a influência da *Gramática castellana*, de A. Alonso e P. Henríquez Ureña, que distinguem entre orações subordinadas e orações inordenadas; para esses autores, as subordinadas estão fora da oração principal, enquanto as inordenadas fazem parte integrante da principal, como complemento p. ex. (cf. **op. cit.** - 2.º vol., p. 34, § 38). Cumpre, todavia, observar que as orações, quanto à natureza, se classificam como independentes (normalmente denominadas coordenadas) e dependentes (subordinadas); quanto à ligação, podem ser justapostas e

conectivas e, neste último caso, subdividem-se em simples e enfáticas (isto é, correlativas)⁵. Ora, as comparativas e as consecutivas são, a rigor, subordinadas adverbiais correlativas, o que explica o fato de haver uma estreita conexão entre elas e a principal, o que levou Souza Lima a confundi-las com as integrantes. De qualquer forma, o autor é um dos primeiros a perceber que o quadro das subordinadas adverbiais não é homogêneo, com base em critérios formais (ainda que não totalmente aprofundados).

Merece comentário a distinção estabelecida entre as construções **cidade de Roma** e **cidade de São Paulo** (cf. p. 55-6, § 114). Para Souza Lima, **Roma** é a cidade; conseqüentemente, trata-se de um complemento apositivo. Com relação a **cidade de São Paulo**, considerando-se que **São Paulo** empresta seu nome à cidade, temos um complemento restritivo (adjunto adnominal, de acordo com a NGB). Aqui, o autor privilegiou o aspecto semântico como traço diferenciador. No entanto, observa, em seguida, que, se omitirmos a preposição em **rua de São Bento**, obtemos a construção **rua São Bento**, em que o nome próprio passa a desempenhar a função de aposto. Agora, o aspecto privilegiado é a construção justaposta, e não mais o sentido. Essa oscilação entre análise de estrutura e análise de sentido é um fator importante para a explicação de algumas contradições ao longo da obra (o que não a desmerece).

No campo da Morfologia, é de ressaltar-se a caracterização do advérbio. Souza Lima chama a atenção para os advérbios modificadores de toda uma oração, que refletem o sentimento do falante com relação ao fato enunciado. Nesse caso, temos um exemplo de "**elemento subjetivo da linguagem**" (p. 37, § 68). Assim, a classe dos advérbios se nos apresenta como um grupo heterogêneo (o que, hoje, vem sendo bastante enfatizado); a análise dos advérbios modificadores de oração é um dos tópicos importantes da moderna teoria da enunciação⁶.

O capítulo dedicado aos processos de formação de palavras apresenta, também, contribuições apreciáveis. Ao destacar os morfemas constitutivos do vocábulo **informação** (in-form-a-ção), observa:

"Neste caso denomina-se **tema** a reunião dos dois elementos, dando-se ao segundo o nome de **sufixo primário** ou **sufixo temático**. Convirá então chamar **sufixo secundário** ou **sufixo terminal** ao que vem depois do tema, ex.: **ção**, na palavra **informação**; (...)" (p. 85, § 183, 4.º, c).

Embora a melhor designação seja **vogal temática** em vez de **sufixo primário** ou **temático**, os adjetivos **primário** e **secundário** sugerem etapas na constituição do vocábulo, o que está de acordo com a análise em constituintes imediatos, de capital importância na análise morfológica⁷. Entretanto, como Souza Lima não explora suficientemente esse aspecto, incluirá, entre os parassintéticos **subterrâneo** e **desalmado**, o substantivo **injustiça** (na verdade, um derivado sufixal), por ter-se fixado na estrutura sintagmática imediatamente observável.

Procuramos, ao longo desta comunicação, selecionar alguns traços inovadores da *Gramática portuguesa* de Souza Lima. Privilegiamos os mais significativos e atuais, que oferecem, ainda, a vantagem de conter a "chave" não só dos grandes achados do autor, mas também dos desvios. Dessa forma, a observação atenta desses aspectos pode constituir-se em ponto de partida para o aprofundamento das pesquisas com vistas à elaboração de uma gramática completa, rigorosa e atual, que não rechace as sólidas conquistas de nossa tradição gramatical⁸.

*

NOTAS

- 1- Comunicação apresentada na Sessão Coordenada: Gramática: Projeções na Cultura e Língua Nacional – América 92 : Raízes e Trajetória – Sessão de São Paulo
- 2- Esta última parte (Livro Quinto: "Da história da língua portuguesa") apresenta uma excelente condensação de noções básicas de gramática histórica, alicerçadas na bibliografia mais atualizada da época. É de notar, todavia, que o autor não aborda a sintaxe histórica, diferentemente do que faz Eduardo Carlos Pereira, em sua *Gramática histórica*, cuja primeira edição é de 1915.
- 3- Note-se, p. ex., a separação entre o estudo das flexões nominais e verbais (cap. IX e X do Livro Segundo) e o da concordância nominal e verbal (cap. II do Livro Quarto).
- 4- Cf. Tesnière, L. – *Eléments de syntaxe structurale*, p. 94.
- 5- Cf. Bechara, E. – *Lições de português pela análise sintática*, p. 105.
- 6- Cf. Kerbrat-Orecchioni, Catherine – *L'énonciation. De la subjectivité dans le langage*, §2.2.4 (p. 118-20).
- 7- Cf. Nida, E. A. – *Morphology*, p. 86-95.
- 8- O professor Dr. Isaac Nicolau Salum, atendendo a pedido da família do prof. Souza Lima, preparou, no período de 1980 a 1982, uma nova edição da *Gramática portuguesa*, para o que solicitou nossa modesta colaboração. Essa nova edição atualizou a terminologia (de acordo com a NGB), uniformizou as abreviações e a pontuação, e transformou as notas de rodapé mais extensas em observações internas ao texto. Infelizmente, por motivos alheios à nossa vontade, esse trabalho não foi publicado.

*

BIBLIOGRAFIA

- ALONSO, Amado & UREÑA, Pedro Henríquez – *Gramática castellana*. 23.^a ed. Losada, Buenos Aires, 1966 (2 v.)
- BECHARA, Evanildo – *Lições de português pela análise sintática*. 11.^a ed. Rio de Janeiro, Grifo, 1978.
- CHOMSKY, Noam – *Syntactic structures*. The Hague, Mouton, 1957.

- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine – *L'énonciation. De la subjectivité dans le langage*. Paris, Armand Colin, 1980.
- LENZ, Rodolfo – *La oración y sus partes*. 4.^a ed. Santiago-Chile, Nascimento, 1944.
- LIMA, Mário Pereira de Souza – *Gramática portuguesa*. 2.^a ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1945.
- NIDA, Eugene A. – *Morphology*. 2.^a ed. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1949.
- PEREIRA, Eduardo Carlos – *Grammatica historica*. 10.^a ed. São Paulo, Editora Nacional, 1937.
- TESNIÈRE, Lucien – *Eléments de syntaxe structurale*. 2.^a ed. Paris, Klincksieck, 1969.

O RITMO EM POESIA

Ricardo Cavaliere
UFF

1. Introdução

Quando se fala em ritmo, lembra-se de música ou melodia. A palavra também sugere freqüência, repetição e, de certa forma, movimento. Estudar o ritmo na poesia parece-nos pesquisar todos esses variados e instigantes significados que a palavra pode assumir.

Não seria leviano ou pouco científico afirmar que o ritmo chega a ser um traço da própria vida. Aí estão os estudos mais recentes do comportamento humano que atribuem ao ritmo uma função nítida no perfil psicológico do indivíduo¹. Ritmos circadianos, ultradianos, infradianos e outros mais, de denominação tão enigmática, são traços presentes no organismo humano, na infância ou na velhice, traços que regem nossa maneira de ser e contribuem, em última análise, para que sejamos o que somos.

As relações sociais, por outro lado, também atuam como elemento motivador do ritmo de vida, assim como, por exemplo, a luz regula o ritmo de certos organismos não-humanos. O homem é a soma de sua personalidade embrionária com sua personalidade social e, nesta aglutinação, fluem os ritmos vitais, bio-sociais de sua existência. Há, também, estreita correlação entre o ritmo e o tempo: afinal, a evolução de um implica necessariamente a do outro, ritmia e cronologia são termos que se correlacionam naturalmente.

Mas voltemos à poesia. Ela é uma das expressões do homem, do ser humano. O ritmo poético, veremos nas páginas seguintes, é um traço lingüístico, classificável possivelmente como de natureza suprasegmental, mas é também um traço humano. Existe aí uma zona de interseção inquestionável, não há por que negá-la. O ritmo bio-social do homem e o ritmo lingüístico do poema são expressões ou realizações de um mesmo fator maior, supremo como a existência dos seres. Talvez tenha sido um argumento similar a este que haja levado C. Bally² a afirmar que se chega à personalidade do escritor pelo estudo de seu estilo. Isto, sem dúvida, é questionável. Mas questionável não porque a correlação seja inverossímil, e sim porque não estamos ainda suficientemente preparados para interpretá-la.

2. O ritmo poético

Não são poucos os estudos publicados sobre o papel do ritmo na poesia, seja como elemento revelador de valores semânticos subjacentes do discurso poético, seja como uma simples e pura melodia que busca o prazer da leitura. Procuraremos, aqui, trilhar um caminho algo diferente na interpretação do ritmo poético, ressaltando-lhe o que poderíamos denominar "função poetizadora do discurso", ou seja, é nosso interesse provar que o ritmo poetiza o discurso, tornando-o, por assim dizer, o que comumente se denomina "discurso poético". A rigor, seria incorreto e até mesmo pretensioso admitir que apenas o ritmo funcione como traço poetizador do discurso, visto que outros recursos retóricos interagem na construção da frase, ou do verso, dando-lhe o toque mágico do poético. O ritmo, pois, não é único na composição harmônica do poema, mas será ele, sem dúvida, seu traço essencial.

Em que medida, afinal, funciona o ritmo como traço poetizador do discurso? A resposta requer uma certa digressão sobre a gramaticalização – também poderíamos dizer metonimização – do discurso poético, para que possamos situar o ritmo em seu exato valor dentro de uma obra literária.

Em precioso artigo intitulado *The syncategorematic in poetry: from semantics to syntactics*³, Morton Bloomfield estabelece a necessária distinção entre palavras categoremáticas e palavras sincategoremáticas – servindo-se da terminologia aristotélica – que também poderiam ser denominadas palavras de valor metafórico e de valor metonímico, respectivamente, na sentença. As palavras categoremáticas são aquelas que funcionam como "ponte" para um significado externo, extralingüístico; seriam o que, numa certa medida, denominaríamos vocábulos lexicais. Por outro lado, as palavras sincategoremáticas são as que exercem uma função lingüística interna, referindo-se a outras palavras do discurso por contigüidade. Daí serem de valor metonímico; já as categoremáticas, em face de sua referência ao mundo extralingüístico, são de valor metafórico.

A princípio, poder-se-ia supor que apenas os chamados vocábulos gramaticais, como conjunções, artigos e outras formas dependentes⁴, para usarmos a nomenclatura de Mattoso Camara, pudessem exercer esse papel sincategoremático no discurso. As evidências, contudo, sugerem algo diferente. Se, por exemplo, usarmos a palavra **casa** numa frase comum, digamos "Comprei uma bela casa", efetivamente a decodificaremos como um signo de valor externo, que remete ao conceito "residência", sem que nos apercebamos necessariamente do papel sintático – categórico que a palavra exerce na frase em questão. Se, contudo, utilizarmos a palavra **casa** numa sentença lúdica como "Quem casa quer casa", a atenção do leitor antes de remeter-se aos dois conceitos agasalhados pelas duas manifestações de **casa** – "ato de unir-se pelo casamento" e "residência", respectivamente – converge para o papel sintático – categórico de cada um dos homônimos na frase, ainda que tal leitor efetivamente não se aperceba disto. Em outras palavras, em "Quem casa quer casa", a palavra **casa** emerge em relação às demais devido aos valores gramaticais que suas duas manifestações assumem na sentença.

Conclui-se, pois, que, no exemplo há pouco utilizado, a palavra **casa** é sincategoremática, já que deixa de ser uma "ponte" para um significado externo e passa a exhibir-se como elemento notável dentro do discurso em face de sua função gramatical. A palavra, assim, assume uma repentina e agradável **intransitividade**, como alerta Bloomfield no artigo supracitado: seu papel não é mais o de referência a um conceito externo ou semântico, porém o de exhibir-se, revelar-se como **palavra** no discurso.

Aqui repousa a questão: o uso estilístico de uma palavra implica necessariamente a sublimação de sua intransitividade. A palavra poetizada é antes de tudo – antes até mesmo de seu significado – uma palavra; para usarmos outros termos, o discurso poético é reconhecido como tal porque diz não só alguma coisa sobre o mundo em que vivemos, mas sobretudo porque se revela como uma notável forma de expressão. Não estaríamos aqui tão distantes do que Riffaterre⁴ denominou poetização do vocábulo, ao referir-se à revalorização que determinados termos prosaicos ganham no discurso estilístico. E não será outro senão este argumento que levou Cassiano Ricardo a definir poesia em *Poética*:

Que é a Poesia?
 uma ilha
 cercada
 de palavras
 por todos
 os lados

Uma vez estabelecido que a palavra poetizada é intransitiva, no sentido de que se privilegiam seus valores sintático – categoremáticos, ou sincategoremáticos, resta definir que fatores do discurso poético afloram esse valor nas palavras, tornando-as membros de uma norma estilística. É óbvio que não há um regra da sentença estilística, como equivalente das regras geradoras de sentenças numa determinada língua, já que, não raro, o estilo está na própria negação ou **desvio** da regra sintagmática.

A par disto, o estímulo estilístico é fruto de uma formulação frasal absolutamente individual, um verdadeiro traço da personalidade literária do autor. Ainda assim há, sem dúvida, elementos pertinentes ao estilo que são utilizados por diferentes poetas em seus respectivos textos literários. Varia, e nisto consiste a criatividade, sua escolha e combinação.

Assim, a rima, a aliteração, os tropos, as inversões sintáticas, enfim todos esses traços ou figuras de retórica funcionam como elementos estilísticos justamente porque em sua formulação a palavra ganha relevo, ganha intransitividade e faz aflorar o prazer estético da leitura. O ritmo é um recurso poético que atinge esse objetivo estilístico tão perfeitamente que se pode afirmar sem receio que poesia é ritmo.

É interessante notar, também, que, por ser essencial, o ritmo cria uma norma, no sentido que esta palavra tem dentro na noção, ultimamente tão disseminada, de gramaticalidade e aceitabilidade. Os dois termos, como sabemos, não significam a mesma coisa; não nos convém aqui, decerto, distingui-los. Optamos por raciocinar com o termo aceitabilidade, e, para retomarmos a linha de raciocínio inicial, diríamos que o grau de aceitabilidade de um verso ou uma estrofe, ou até mesmo de um poema está na existência de ritmo. Parece paradoxal que um traço tão essencial a ponto de tonar-se norma possa suscitar estímulos estilísticos tão próprios do **imprevisível** (melhor diríamos, "impredizível") como argumenta Michael Riffaterre em seu *Estilística estrutural*⁵.

Ocorre que é possível ser a um só tempo essencial e imprevisível – e o ritmo poético efetivamente o é – desde que na presença obrigatória de uma linha melódica de acentos, quantidades e pausas haja o toque mágico da criatividade poética. O ritmo é obrigatório mas variável, submisso às intenções do poeta, e não se pode negar que o ritmo pelo ritmo não estimula estilisticamente, porém o ritmo pertinente à causa maior do todo composicional do texto é estimulante e, sobretudo, atua como fator de sincategematização da palavra no texto.

Uma vez esclarecidos esses conceitos, resta observar que se pode atingir estímulo estilístico rítmico pela ausência de ritmo, ou seja, se em poesia ritmo é norma e estilo pode ser desvio da norma então a disritmia também ganha **status** estilístico se trabalhada pela genialidade do poeta. Comparativamente, Christian Metz⁶ afirma que na linguagem cinematográfica o silêncio é absolutamente ruidoso se a norma é a trilha sonora. A questão é saber em que medida, em que situação de discurso se pode utilizar a disritmia como fator pertinente e estilístico, o que parece não constituir segredo para os poetas, conforme tentaremos exemplificar adiante. Mas, seguramente, este é o privilégio a que Carlos Drummond de Andrade alude nos versos de *Procura da poesia*:

.....
 Chega mais perto e contempla as palavras
 Cada uma
 tem mil faces secretas sob a face neutra
 e te pergunta, sem interesse pela resposta, pobre ou terrível que
 lhe deres:
 Trouxeste a chave?

O poeta, e só ele, tem a chave.

3. Dois exemplos de norma rítmica

Para traçarmos um breve perfil do ritmo poético enquanto norma com efeito estilístico evidente e decorrente, servimo-nos de dois poemas consagrados pelo público leitor: *Canção excêntrica*, de Cecília Meireles e *I–Juca Pirama*, de Gonçalves

Dias. Em ambos há uma sugestiva utilização do ritmo como traço acessório do conteúdo, do próprio valor semântico dos versos, o que reforça a tese tão disseminada pela crítica estruturalista de que o ritmo poético é efetivamente o resultado de um requeijado labor e não o que se diria "fruto da inspiração criadora".

Leiamos, inicialmente, o poema de Cecília Meireles:⁷

Canção Excêntrica

- 1 Ando à procura de espaço
- 2 para o desenho da vida,
- 3 Em números me embaraço
- 4 e perco sempre a medida,
- 5 Se penso encontrar saída,
- 6 em vez de abrir um compasso,
- 7 projeto-me num abraço
- 8 e gero uma despedida.

- 9 Se volto sobre o meu passo,
- 10 é já distância perdida.

- 11 Meu coração, coisa de aço
- 12 começa a achar um cansaço
- 13 esta procura de espaço
- 14 para o desenho da vida.
- 15 Já por exausta e descrida
- 16 não me animo a um breve traço:
- 17 – saudosa do que não faço,
- 18 – do que faço, arrependida.

O poema é um exemplo não muito comum na obra de Cecília Meireles em face da extrema simetria espacial na organização dos versos, do equilíbrio rítmico entre as três estrofes – sendo a segunda uma espécie de liame conjuncional entre as demais – fato incomum em sua obra quase sempre flutuante ao sabor da melodia errante e carismática. Os versos de *Canção excêntrica* são isométricos em redondilha maior o que já lhes confere o cunho típico da canção popular, a despeito de não haver no poema identidade de pés rítmicos. Os versos 1 e 2 são exemplos típicos de dáctilos que sofrem brusca interrupção rítmica no verso 3, de ritmo variado.

An|do à |pro|cu|ra| de es|pa|ço

T A A T A A T

pa|ra o |de|se|nho| da |vi|da

T A A T A A T

Não se deve surpreender quanto à tonicidade na primeira sílaba do verso 2, já que a preposição **para** adquire contornos de intensidade silábica em função do sintagma a que pertence. Há, efetivamente, casos em que o dissílabo é absolutamente átono, o que não raro o reduz a "pra"; no verso em questão, porém, ocorre nítido apoio intensificador na primeira sílaba de **para** em face do paralelismo rítmico entre os versos 1 e 2. Esta harmonia, ressalvemos mais uma vez, decorrente da isometria e da identidade rítmico-melódica dos versos 1 e 2, sofre brusca interrupção nos versos 3 e 4.

Em |nú|me|ros| me em|ba|ra|ço

A T A A A A T

E |per|co| sem|pre a |me|di|da

A T A T A A T

A estrutura em dáctilos é abandonada e sequer há identidade rítmica entre esses dois versos, sobretudo pela alternância de sílabas tônica e átona na quarta e quinta sílabas. A quinta sílaba do verso 3 é de intensidade mais branda, porém sem dúvida não se nivela às átonas, numa sutil demonstração do poeta de que "perco sempre a medida". A temática da procura do "espaço de vida", e do malogrado encontro do poeta com seu próprio interior, faz-se acompanhar de igualmente infrutífera tentativa de retomar a isorritmia inicial. Observemos:

Se |pen|so en|con|trar| sa|í|da

A T A A T A T

Em |vez |de a|brir |um |com|pa|sso

A T A T A A T

Nos versos 5 e 6 o número de sílabas tônicas e átonas é igual, havendo tão somente uma inversão entre a quarta e quinta sílabas. Esta quase retomada de padrão rítmico; contudo, esbarra nos versos 7 e 8.

pro|te|jo-|me |num |a|bra|ço

A T A A A A T

E |ge|ro u|ma| des|pe|di|da

A T A A A A T

Aqui, o padrão rítmico entra em total descompasso (como, de fato, diz o poeta) pela ocorrência de um longo hiato de sílabas átonas entre as tônicas extremadas. Vale notar que o poema toma uma feição cíclica, em que a segunda oitava resume-se num retorno à primeira, num autêntico "caminho de volta", como sugere o dístico intermediário. Entretanto, a volta não constitui uma reconquista do espaço perdido; antes, é um retorno frustrado de quem ainda sucumbe à penosa interpretação do seu *ego*:

Se volto sobre o meu passo
é já distância perdida

A volta, assim, faz-se em versos ainda isométricos, porém de ritmos mais variáveis – observe-se a colisão de suas sílabas tônicas no hemistíquio do verso 11–, sobretudo em 11, 12, 17 e 18, para desembocar no recurso cíclico expressivo do quiasmo nos dois últimos versos.

Cabe observarmos, ainda, a respeito da relação forma – conteúdo de *Canção excêntrica*, a similaridade evocada entre o estado de espírito reprimido do poeta e o desajuste das formas geométricas traduzido em termos como **excêntrico** (o poema é circular, como vimos, mas em círculos – "canções" excêntricos), **compasso** (em vez de), **distância** (perdida), **espaço** (procura de), **breve traço** (não me animo). Essa correlação de fundo metafórico, revela o interior sensível e desajustado do poeta como uma realidade incômoda em que as leis geométricas cedem sua perfeição a um estado anáquico das formas.

Passemos ao *I– Juca Pirama*. Talvez seja nesse poema que Gonçalves Dias tenha trabalhado com maior riqueza e inventiva a variedade rítmica, dentro de uma determinada norma poética. O poema é conhecido e longo, o que nos permite omitir sua citação integral. Optamos pela citação de extratos, aqui e acolá, em função dos comentários que se fizerem.

Lembremos que *I– Juca Pirama* subdivide-se em dez grupos de estrofes, cada um caracterizado por um perfil rítmico peculiar e ajustado à proposta temática que o poeta transmite nos versos. Assim, a primeira parte abre com sextilhas de versos endecassílabos com picos acentuais na segunda, quinta, oitava e décima primeira sílabas, havendo incidência prior nesta última. Observemos:

No meio das tabas de amenos verdores,
Cercados de troncos – coberto de flores
Alteiam-se os tetos d'altiva nação;

Percebe-se a ocorrência de dois eixos rítmicos na quinta e décima sílabas, equilibrados por uma cesura perfeita. Este padrão rítmico é inalterável ao longo de toda a primeira parte, a despeito de alguns versos se prestarem a mais de uma leitura

acentual, o que lhes conferiria um caráter heterogêneo destacado no contexto rítmico.

A custo, entre as vagas do povo da aldeia.

Consideramos, entretanto, que a presença da vírgula neste verso não traduza intenção de pausa, sobretudo porque não vislumbramos qualquer traço semântico especial que se pudesse abstrair da obliteração da sinalefa na quarta sílaba. Eis por que optamos por incluí-lo no padrão rítmico geral da primeira parte, que, por sinal, estrutura-se em pés anapésticos, a despeito de as duas primeiras sílabas formarem um conjunto iâmbico.

No |mei|o| das| ta|bas| de a |me|nos |ver|do|res

A T A A A A A T A A T

Ao passarmos para a segunda parte do poema, verificamos que Gonçalves Dias opta por outra linha melódica, aqui estruturada em quadras de versos heterométricos (dois decassílabos e dois tetrassílabos intercalados), embora sejam homopolares⁸, pois o eixo acentual incide sempre na quarta sílaba:

Em fundos vasos d'alvacenta argila
Ferve o Cauim;
Enchem-se as copas, o prazer começa,
Reina o festim.

A mudança rítmica na segunda parte tem claro objetivo de não só quebrar a monotonia como atuar como fator subsidiário na mudança temática: o poeta passa da visão introdutória para um plano mais fechado em que mostra o martírio do prisioneiro perante a morte iminente. Observe-se, na estrofe há pouco citada, a relevância que adquirem os vocábulos **vasos**, **cauim**, **copas**, **festim**, cujas sílabas tônicas participam do eixo acentual, um exemplo claro de que o ritmo age na palavra como elemento revelador de vocábulos sincategoremáticos.

A terceira parte, toda em decassílabos, sugere uma variação rítmica maior, em que se alternam versos sáficos e heróicos. A seqüência de três estrofes heterogêneas (a primeira com treze versos, a segunda com quatro e a terceira com cinco) reforça este pseudo – estado de arritmia que, na verdade, não passa de uma variação métrica intensional, pois neste momento do poema o narrador cede espaço à fala de outra personagem. A variação métrica surge, pois, como um marcador dessas etapas. Leiamos um exemplo de cada estrofe:

Em |lar|ga| ro|da| no|veis| gue|rrei|ros|

A A A T A A A T A T

Eis-|me a|qui|, diz |ao |ín|dio |pri|sio|nei|ro

A A T A A T A A A T

Vem |a |te|rrei|ro o |mí|se|ro| con|trá|rio

A A A T A T A A A T

Nestes versos, sentimos as seqüências de intensificação silábica diferente, a despeito da alguma prevalência, como é de esperar, ora na sexta, ora na oitava sílaba dos decassílabos que compõem toda esta terceira parte.

Encerraremos esta apreciação do padrão rítmico de *I- Juca Pirama* na avaliação da quarta parte – sem dúvida a mais conhecida do poema e, talvez, a de sintonia de versos mais flagrante – uma vez que o prolongamento de um estudo como este até o último momento do poema nos restringiria a comentários cada vez mais superficiais, em face dos limites naturais de uma monografia. Mas vamos à segunda estrofe da quarta parte.

Da tribo pujante,
Que agora anda errante,
Por fado inconstante,
Guerreiros nasci:
Sou bravo, sou forte.
Sou filho do norte;
Meu canto de morte,
Guerreiros, ouvi.

Há uma nítida similaridade rítmica com os versos da primeira parte, sobretudo no aspecto acentual de um pé iâmbico e outro anapéstico. A redondilha acelera o ritmo e traduz o tom cáustico, altivo da fala do guerreiro. As estrofes desta quarta parte são também as mais ricas em figuras de repetição, como a rima reiterada em três versos subseqüentes (a partir da segunda estrofe), a aliteração ou a assonância (**pujante, anda, errante**), a repetição vocabular anafórica e a sentencial paralelística. Sem dúvida, essa convergência de efeitos rítmicos faz elevarem-se essas estrofes em confronto com as demais partes do poema; isto implica o realce das palavras dessa parte em sua intransitividade, de acordo com a proposta de Bloomfield acima comentada. Este é um bom exemplo de como ao ritmo pode evocar o valor sincategoremático da palavra poetizada.

4. A disritmia estilística

Pelo que vimos observando até aqui, se nos impuséssemos a tarefa de estabelecer uma regra do discurso poético, ou talvez as regras que geram sentenças poéticas, perceberíamos que em todas as regras o ritmo entraria como elemento

constituente obrigatório. Ritmo entendido como musicalidade intensional, subsídio do próprio conteúdo sêmico do poema. As denominadas figuras fônicas de retórica, como a aliteração, o assonância, a coliteração, bem como figuras sintáticas – a inversão, o hipérbato, o quiasmo, etc. – atuam como elementos sustentadores do ritmo poético, ou seja, sua função é manter o ritmo.

Ora, já tivemos a oportunidade de afirmar que se entendemos o ritmo comó um elemento tão fundamental no texto poético que a sua ausência simplesmente implicaria a própria inexistência do poema, é de supor que sua manifestação também se esconda na rotina da onipresença. Em outras palavras, o ritmo é tão essencial quanto o ar que respiramos, mas afinal, só nos apercebemos de que respiramos quando o ar nos falta.

Está nesse fato o que Bloomfield designa valor "intransitivo" da palavra no poema. Para que a palavra tenha valor estilístico é preciso que ela se apresente como uma unidade de destaque, é preciso que o leitor não a leia, mas a sinta e veja, sobretudo a perceba como palavra atípica, não por ser rara ou bela, mas, por ser poética. Por isso ela é intransitiva: não transmite o leitor a um simples significado do mundo exterior, mas o cativa em suas fronteiras.

Uma das formas de fazer emergir esta intransitividade vocabular está na violação do ritmo, já que, então, o imprevisível atua como um elemento pulverizador do **status quo** no discurso poético. Nesse mister, foram abundantemente criativos os poetas da chamada primeira geração modernista, principalmente nas paródias de poemas românticas e em alguns poemas – manifesto. Nas paródias, o ritmo melódico é satirizado como clichê, pois se utilizado sem criatividade pode não passar de um auxiliar para métodos mnemônicos. Leiamos a primeira estrofe do *Canto de regresso à pátria*, de Oswald de Andrade⁹:

Minha terra tem palmares
Onde gorjeia o mar
Os pássaros daqui
Não cantam como os de lá.

Note-se que a paródia atinge o propósito crítico – humorístico (e por que não dizer elogiativo) pela utilização de palavras presentes no original de Gonçalves Dias aqui empregadas em sintagmas atípicos, seja pela paronímia – "Minha terra tem palmares" –, seja pela restrição combinatória entre os elementos do sintagma – "onde gorjeia o mar." Assim, em vez de funcionar como veículo de um significado contextual, a palavra **gorjeia** evoca sua própria presença, ou seja, assume um valor sincategoremático: é para ela que se dirige a atenção do leitor. Daí sua intransitividade.

Para voltarmos à questão do ritmo, o tom parodístico se acentua pela quebra da expectativa do ritmo poético. Oswald de Andrade inicia seu poema com um heptassílabo de intensidade na terceira e sétima sílabas – como no original de Gonçalves Dias – mas logo envereda por outro percurso rítmico – acentual. Este é um

fator de convergência da atenção do leitor que funciona efetivamente como estímulo estilístico.

Um outro exemplo típico do uso da disritmia como traço estilístico está no poema *Também já fui brasileiro*, de Carlos Drummond de Andrade¹⁰. No início da última estrofe, o poeta diz:

Eu também já tive meu ritmo.

Logo adiante, para expressar a decadência do "eu lírico", o poeta afirma:

Mas acabei confundido tudo.
Hoje não deslizo mais não,
Não sou irônico mais não,
Não tenho ritmo mais não.

Efetivamente, o uso da rima aguda nos três últimos versos quebra o padrão rítmico do poema e atua como elemento caracterizador do conteúdo poético, num claro exemplo em que se procura o estímulo estilístico mediante utilização da disritmia intensional.

*

NOTAS

1. Leia a respeito Fitzgerald, Hiram E.; Bundy, Robert S. *Ritmo, tempo e comportamento humano*. Série BIP, São Paulo, Brasiliense, 1978.
2. Bally, Charles. *Traité de stylistique française*. Paris, Klincksieck, 3.^a ed., 1951.
3. Bloomfield, Morton W. *The syncategorematic in poetry: from semantics to syntactics*. Mimeo.
4. Sobre o conceito de forma dependente, leia Camara Jr., Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis, Vozes, 1970, p. 49.
5. Riffaterre, Michael. *Estilística estrutural*. São Paulo, Cultrix, 1973.
6. Metz, Christian. *A significação no cinema*. São Paulo, Perspectiva, Coleção Debates, 1972.
7. Meireles, Cecília. *Viagem, vaga música*. Poesias completas de Cecília Meireles. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2.^a ed., 1976, p. 118.
8. Usamos, aqui, a terminologia utilizada em Balbín Lucas, R. de. *Sistema de rítmica castellana*. Madrid, Gredos, 2.^a ed., 1968.

9. Andrade, Oswald de. *Poesias reunidas*. Rio de Janeiro. MEC/Civilização Brasileira, 1971, p. 82.
10. Andrade, Carlos Drummond de. *Alguma poesia*. Rio de Janeiro, Companhia José Aguilar Editora, Obra completa, 1967, p. 55.

CRÍTICA TEXTUAL CONCEITO – OBJETO – FINALIDADE

Maximiano de Carvalho e Silva
UFF

O domínio da Crítica Textual

Sabemos que entre as ciências da linguagem humana a Crítica Textual se caracteriza por ter em mira um objeto formal e uma finalidade própria, que a distinguem nitidamente das outras ciências a que está mais ligada.

Várias ciências operam com um objeto material comum: é o que acontece, por exemplo, com a História, a Crítica Textual, a Linguística, a Teoria da Literatura (para citar apenas alguns casos), as quais em seu labor utilizam os produtos externos do ato de fala a que damos o nome de **textos**.¹ Todavia, cada uma delas, tendo embora esse mesmo objeto material, o encara como objeto formal distinto, isto é, sob um aspecto que lhe interessa de modo especial, tendo em vista alcançar resultados bem diversos para a consecução dos seus objetivos.²

A Crítica Textual, com o seu método rigoroso de investigação histórico-cultural e genética, toma os textos como expressões da cultura pessoal ou social, com as preocupações fundamentais de averiguar a autenticidade dos mesmos e a fidedignidade da sua transmissão através do tempo, e de cuidar de interpretá-los, prepará-los e reproduzi-los em edições que se identifiquem ou se aproximem o mais possível da vontade dos autores ou dos testemunhos primitivos de que temos conhecimento.

Origens e denominações

Não é nosso propósito no momento fazer o histórico, ainda que resumido, da Crítica Textual, mas convém lembrar que suas origens são bastante remotas (datam de muito antes do início da Era Cristã). No correr dos anos foi-se firmando a idéia básica da preservação e transmissão fiel dos textos, como os textos sagrados de várias religiões e os textos literários da antigüidade greco-latina, principalmente.

Tais origens, e mais adiante a preocupação crescente com os textos medievais, difundiram a estranha noção de que só textos do passado distante merecem atenções dos estudiosos da matéria. Eis o que explica o fato de tantos livros básicos sobre ela só tratarem de textos antigos, usando terminologia e exemplos, propondo soluções e

fazendo considerações de ordem geral que deixam de levar em conta as sucessivas e tão diferenciadas etapas da história dos textos (manuscritos ou impressos).³

Só ultimamente, graças aos avanços dos estudos teóricos e ao conhecimento de modelares edições críticas e comentadas de textos modernos e contemporâneos, e graças à publicação de artigos e livros atualizados, é que se vai tornando evidente todo o alcance da Crítica Textual e a sua extraordinária relevância para o progresso de todas as ciências, não apenas das ciências da linguagem.⁴

Um problema terminológico praticamente insolúvel é o da multiplicidade de denominações com que são rotuladas a teoria e a prática da Crítica Textual: as de sentido amplo, como **Filologia** (a mais antiga), **Ecdótica**, **Crítica Textual** (também **Crítica dos Textos** e **Crítica de Textos**), **Crítica Verbal** e **Textologia**; as de sentido restrito, como **Estemática**, **Variantística**, **Crítica Genética**, **Hermenêutica**.⁵ A origem e o emprego de cada uma dessas denominações merecem comentários e observações críticas, que favoreçam a exata compreensão dos problemas acarretados por tal diversidade de nomenclatura. Na impossibilidade de solucionar o problema, queremos tão somente aqui explicitar a opção de uso que fizemos.

Preferimos a denominação **Crítica Textual**, por ser no nosso entender a mais simples e mais adequada, e a mais aceita de modo geral. Uma vez que a palavra **Filologia** é usada em pelo menos três acepções – a primitiva, de "culto da erudição ou da sabedoria em geral", a equivalente à de **Linguística** e a equivalente à de **Crítica textual** – só achamos cabível o seu emprego num contexto que esclareça o seu significado: assim, como só usamos **Filologia** na acepção de **Crítica textual**, temos sempre o cuidado de deixar bem clara a nossa opção, dizendo por exemplo – "a **Filologia**, entendida como **Crítica textual**" – sem o que o leitor não terá como resolver o problema da polissemia.⁶ Não vemos nenhum inconveniente em usar as palavras **Estemática**, **Variantística**, **Crítica Genética** e **Hermenêutica** para designar aspectos particulares das atividades de **Crítica Textual**, como tem sido feito por vários ensaístas. Quanto às demais designações gerais, deixamos para nova oportunidade a apresentação das razões que tornam discutível o seu emprego: a palavra **Ecdótica** (que alguns ensaístas no Brasil converteram absurda e estranhamente na forma **Edótica**, injustificável)⁷ também se usa em três sentidos diferentes – o equivalente a **Crítica textual**, o de ciência geral de que é parte integrante a **Crítica Textual** (que seria o seu núcleo básico), ou ao contrário o de atividade de preparar e editar textos no amplo domínio da **Crítica Textual**; a expressão **Crítica Verbal** não teve livre curso, e no nosso entender não é necessário retomar o seu emprego; **Textologia**, palavra mais recente, é de boa formação, poderia ser usada, porém não exatamente com o significado proposto por Roger Laufer.⁸

O especialista em **Crítica Textual** recebe mais comumente o nome de **filólogo**. Como esta palavra não é usada num único sentido, inclusive para muitos corresponde ao de **lingüista**, de uns tempos para cá alguns ensaístas têm preferido substituí-la pela expressão **crítico textual**, o que nos parece bem recomendável, e já se vê com certa freqüência em obras que tratam da matéria.⁹

Principais tarefas da Crítica Textual

É compreensível até certo ponto que, como ciência cujos fundamentos teóricos só neste século se têm formulado com mais clareza e exatidão, a Crítica Textual não esteja ainda com o seu campo de atuação bem delimitado e devidamente valorizado por muitos dos que se dedicam ao estudo das ciências da linguagem. Essa delimitação é, pois, urgente e absolutamente imprescindível, entre outras razões como meio de fazer compreender o alcance de tais estudos e pesquisas e de propiciar a comparação dos seus resultados com os de outros estudos superiores de Letras.

A noção exata da amplitude dos estudos, pesquisas e atividades da ciência demonstrará, com certeza, a necessidade inadiável de assegurar no ensino superior de História, de Letras e de Biblioteconomia, pelo menos, a oportunidade de acesso, em cursos regulares e obrigatórios, à teoria e à prática da ciência filológica, sem o que os profissionais dessas áreas não estarão habilitados a avaliar as edições e a ajudar a resolver o grave problema da reprodução de textos em tantas edições que os trazem com falhas, erros e grosseiras deturpações, tão comuns no mercado de livros no Brasil.¹⁰

Entendemos que são as seguintes as principais tarefas da Crítica Textual – como ciência e arte ao mesmo tempo¹¹:

- A definição do conceito, do objeto, do método e das finalidades da ciência e das diferentes épocas da sua evolução.
- O estudo e classificação dos textos e das edições, e, nos casos de dúvida, a averiguação da sua autenticidade e a fundamentada identificação de textos apócrifos e de edições fraudulentas (contrafações).
- O exame da tradição textual e da fidelidade das transcrições, cópias e edições.
- A pesquisa da gênese dos textos, sem deixar de lado qualquer elemento (inclusive fragmentos textuais) que possa contribuir para as conclusões sobre o labor autoral.
- A fixação dos princípios gerais que devem orientar o trabalho da reprodução e da elaboração de todos os tipos de edições de textos.
- A aplicação de tais princípios e de normas gerais a diferentes tipos de textos, tendo em vista os contextos histórico-culturais em que estão integrados.
- O estabelecimento de normas gerais e de normas específicas para a conversão dos textos orais em textos escritos.¹²

- A indicação dos pressupostos filológicos para a boa realização da tradução dos textos.
- A organização dos planos de publicação das obras avulsas ou das obras completas de determinado autor, apoiada em rigoroso levantamento de dados histórico-culturais e biobibliográficos; e a formulação de normas editoriais para cada caso em exame.
- A preparação de edições fidedignas ou de edições críticas, enriquecidas, sempre que recomendável, de estudos prévios, notas explicativas ou exegéticas destinadas a valorizar o labor autoral.

Edição crítica / Edição crítico-genética

A preparação de edições críticas é na verdade um dos pontos culminantes das atividades filológicas. Como está na moda publicar edições com tal rótulo, não poucas vezes contrariamente às exigências mais modernas e atuais para trabalhos dessa natureza, é imperioso aqui repetir o que já sabem os que se dedicam aos estudos de Crítica Textual.

São partes essenciais da **edição crítica**: a reprodução do texto tomado como base da edição (texto de base, ou texto-base, ou texto crítico) rigorosamente transcrito segundo critérios previamente estabelecidos, e acompanhado, no caso de mais de um testemunho (como as sucessivas etapas da elaboração autoral), das suas variantes; um minucioso registro crítico-filológico, que propicie ao leitor o ensejo de avaliar todo o trabalho empreendido (com a indicação de dados histórico-culturais e bibliográficos, dos critérios adotados na preparação do texto e da edição, e de outros elementos necessários à compreensão global do que foi feito).

Se ao texto crítico com as variantes e ao registro filológico (também chamado **aparato crítico**) se acrescentam outras notas valorativas ou de exegese do texto, estaremos diante do que se costuma denominar **edição crítica e comentada** com o propósito de melhor identificar o produto final assim elaborado.¹³

De algum tempo para cá, já se empregam também as expressões **edição crítico-genética**, **genético-crítica** ou simplesmente **genética**: aplicam-se com propriedade à edição crítica em que foi possível aprofundar os estudos sobre a gênese dos textos em exame, graças aos materiais conservados (originais, manuscritos autógrafos e outros) que permitem elucidar dúvidas e até mistérios da criação autoral.¹⁴

O estatuto do filólogo (crítico textual)

Realizando as tarefas que lhe cabem, o filólogo (ou crítico textual) a elas não circunscreve as suas atividades, pois como os especialistas em outras ciências da

linguagem tem em mira uma visão bem mais ampla do que representam os textos como expressões da cultura pessoal ou social – o que frisamos no início deste artigo. Há relações tão estreitas entre as ciências, que a Crítica Textual ao mesmo tempo recebe o auxílio de muitas delas para a consecução das suas finalidades e lhes serve de apoio indispensável ao progresso desejado, pois afinal de contas só com a ajuda de textos bem editados se difundem corretamente os conhecimentos científicos, em todas as áreas, e não apenas na área literária. Por conseguinte, mesmo quando assume o caráter de disciplina auxiliar, a Crítica Textual não está em posição subalterna em relação às outras ciências, pois o que caracteriza todas elas é o duplo caráter de autonomia própria e de atividade ancilar, em todos os casos.

Em novembro de 1973, durante a realização do primeiro Congresso Internacional de Filologia Portuguesa (ou seja, de Crítica Textual aplicada aos textos em língua portuguesa, como deixava bem claro o temário)¹⁵, empregou a ilustre professora Luciana Stegagno Picchio, em sua comunicação sobre *O Método filológico*, a expressão **estatuto do filólogo** na definição do papel que desempenha esse profissional das Letras, tantas vezes mal compreendido ou valorizado entre os que se julgam especialistas de áreas mais nobres do conhecimento humano. Assinalando que o crítico textual não é simplesmente "um mero preparador de textos a serem entregues depois, prontos para a interpretação, a um pesquisador de grau superior, identificável com o crítico literário", advertiu ainda a filóloga: "o seu estatuto é o de crítico, pois nenhuma constituição textual, nenhuma emenda seriam possíveis fora ou antes de uma compreensão total, de uma interpretação no sentido mais amplo e preciso do termo".

De fato, para o bom desempenho das suas atribuições, o crítico textual tem de estar aparelhado dos conhecimentos básicos das demais ciências da linguagem e até mesmo de outros conhecimentos científicos que tenham relação estreita com o seu trabalho, e tem de estar imbuído dos princípios do "comportamento filológico", um comportamento (no dizer de Luciana Stegagno Picchio) "de atividade crítica em toda a sua extensão: uma atitude com uma constante fixável no contínuo processo de adequação (com a rigorosa verificação de todos os dados, ou de tudo o que se presume *dado*) a uma determinada situação histórica que se pretende *reconstruir*". Na comunicação, ficou enfatizado, ainda mais, que o filólogo, exauridas as etapas do seu labor próprio, não fica dispensado de "expressar o seu *juízo de valor*" sobre o texto ou o conjunto de textos que analisou detidamente, o qual juízo, mesmo relativo ou "condicionado como é por uma ótica determinada", representará parte da sua contribuição pessoal de suma relevância "para o conhecimento científico do mundo" e uma "afirmação de responsabilidade perante a história".¹⁶

*

NOTAS

1. V. o excelente capítulo 9 – "Atos de fala, textos e saber lingüístico" – da obra *Teoria da linguagem*, de José G. Herculano de Carvalho (Coimbra, Atlântica, 1967, p. 221-260).
2. A distinção entre **objeto material** e **objeto formal**, da lógica escolástica, é assim explicada por F.-J. Thonnard: sendo o **objeto** em geral "la chose dont on s'occupe en agissant", o **objeto material** é "la chose prise en elle-même", e o **objeto formal** "l'aspect spécial sous lequel l'agent ou la fonction atteint la chose qui l'intéresse" (*Précis de philosophie en harmonie avec les sciences modernes*, Paris, Société de Saint Jean l'Évangéliste, 1950, p. 484).
3. Exemplos do que afirmamos são entre outros os de duas obras de fundamental importância na evolução dos estudos de Crítica textual, publicadas com mais de 50 anos de distância uma da outra: *Essais de Critique Textuelle (Ecdotique)*, de Dom Henri Quentin (Paris, Éditions Auguste Picard, 1926) e *Principi di Critica Testuale*, de D' Arco Silvio Avalle (2.ª edição, revista, Padova, Editrice Antenore, 1978), ambas voltadas, apesar do título geral, para os textos manuscritos da antigüidade.
4. É urgente a organização e publicação de uma bibliografia crítica mínima que indique aos interessados artigos e livros de teoria e prática da Crítica Textual e edições modelares: é plano que pretendemos realizar em breve.
5. Cada uma destas denominações será objeto de outros artigos na série que agora iniciamos.
6. O lingüista e filólogo italiano Giuseppe Tavani, em artigos incluídos na coletânea de ensaios de vários autores intitulada *Littérature latino-américaine e des Caraïbes du XX^e Siècle / Théorie et Pratique de l'Édition Critique* (Roma, Bulzoni Editore, 1988), faz uso da expressão **Filologia textual** (em francês – **philologie textuelle** – no artigo "Le Texte: Son Importance, Son Intangibilité"; em espanhol – **filología textual** – no artigo seguinte "Teoría y Metodología de la Edición Crítica"). Merecem leitura atenta as lúcidas considerações de Giuseppe Tavani nesses artigos.
7. A palavra **Ecdótica** não aparece pela primeira vez na obra citada de Dom Henri Quentin, como tem sido erroneamente afirmado: com efeito, já figura no *Manuel de Philologie Classique*, de Salomon Reinach (2.ª edição, Paris, Librairie Hachette, 1883, p. 31), com a seguinte definição: "La Critique des Textes est la science des altérations auxquelles les textes son sujets, des moyens de les reconnaître et d'y remédier. L'Ecdotique est l'art de publier les textes". / Parece-nos que a forma **Edótica** é criação (infeliz, repetimos) do professor Francisco da Silveira Bueno, pois está na página 144 dos seus *Estudos de Filologia Portuguesa* (São Paulo, Saraiva, 1946) e tem sido usada em São Paulo por alguns dos seus antigos alunos na USP.
8. A expressão **Crítica verbal** foi usada por Louis Havet, que deu ao alentado volume com que contribuiu para o progresso dos estudos clássicos o título de *Manuel de Critique Verbale appliquée aux textes latins* (Paris, Librairie Hachette, 1911). / A obra em que Roger Laufer consagrou o emprego da palavra **Textologia** se intitula *Introduction à la Textologie: vérification, établissement, édition des Textes* (Paris, Librairie Larousse, 1972).
9. A expressão **crítico textual** é muito usada por Ivo Castro, professor da Universidade Clássica de Lisboa, no livro *Editar Pessoa* (Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990), que trata das suas proficuas e tão significativas atividades de organizador e

coordenador do Grupo de Trabalho Para o Estudo do Espólio e Edição da Obra Completa de Fernando Pessoa: por exemplo, na página 20 ele declara que "a edição da obra completa de Pessoa será confiada a críticos textuais".

10. Experiência pioneira neste particular, com bons resultados inegáveis, é a que fizemos no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, desde 1978, tomando Filologia (Crítica Textual) matéria autônoma e obrigatória no curso de graduação e instituindo e fazendo funcionar durante algum tempo o currículo de formação de preparadores de texto.
11. Crítica Textual é ciência, como "Ensemble de propositions à objet limité, logiquement enchaînées entre elles, de manière à former un système cohérent et qui se démontrent par réduction à l'évidence ou par voie d'expérimentation"; e arte, como "Ensemble de procédés pour produire une oeuvre donnée" (cf. Régis Jolivet, *Vocabulaire de la Philosophie*, 4.^a edição, Lyon, Emmanuel Vitte, 1957, p. 172 e 23 respectivamente).
12. Os textos orais são também objeto da Crítica Textual. Bertil Malmberg, na luminosa introdução da obra *Los nuevos caminos de la Lingüística* (citamos a tradução do sueco para o espanhol, feita por Juan Almela e publicada em 1967 no México por Siglo XXI Editores), depois de frisar que na definição das tarefas da ciência filológica é preciso tomar a palavra **texto** no sentido mais amplo possível, menciona um exemplo muito expressivo: o da investigação do folclore, para estudar a literatura e as tradições que só se transmitem oralmente; e acrescenta: "Hoy día se estudian el lenguaje y la cultura de los pueblos primitivos con auxilio de la grabación del sonido: el registro en cinta magnética del habla viva y espontánea sirve en gran medida a los mismos propósitos que el texto escrito que sobrevive de una época pasada. Es conveniente, por cierto, extender el significado de la palabra **texto** a fin de abarcar los registros de sonidos" (p. 2).
13. A monumental edição do *Cancioneiro da Ajuda*, de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, em dois volumes (Halle, Max Niemeyer, 1904), traz nas folhas de rosto o rótulo de "Edição crítica e comentada". O volume I apresenta o "**texto, com resumos em alemão, notas e esquemas métricos**"; o II, "investigações bibliográficas, biográficas e histórico-literárias": como se vê, nela existem muitos dados além dos indispensáveis à **caracterização de uma edição crítica**.
14. O professor Ivo Castro, no livro *Editar Pessoa*, citado na nota 9, se vale das expressões **edição crítico-genética** (p. 31) e **genético-crítica** (p. 18) para designar o tipo de edição que a chamada Equipa Pessoa está realizando em Portugal.
15. O Congresso Internacional de Filologia Portuguesa, que organizamos e dirigimos, teve o patrocínio da Universidade Federal Fluminense e da Fundação Casa de Rui Barbosa, e suas sessões transcorreram na Reitoria da UFF, em Niterói. Além da comunicação de Luciana Stegagno Picchio, alcançaram grande repercussão algumas outras, como a do saudoso professor Jacinto do Prado Coelho sobre "Filologia e Literatura: o Estudo das Variantes" (posteriormente, com o título "Variantes e Variações", incluída como capítulo inicial do livro *Ao contrário de Penélope*, editado em Amadora, pela Livraria Bertrand, em 1976).
16. A comunicação de Luciana Stegagno Picchio foi distribuída, com o texto policopiado, aos mais de 600 inscritos no Congresso, e hoje faz parte do livro *A lição do texto / Filologia e Literatura* (Lisboa, Edições 70, 1979), onde figura com o título completo: "O Método Filológico (Comportamentos Críticos e Atitude Filológica na Interpretação de Textos Literários)", nas páginas 209 a 235.

"A NOSSA PORTUGUÊS CASTA LINGUAGEM"
PARA A DIACRONIA DE UM FATO MORFOLÓGICO

Evanildo Bechara
UFF/UERJ

para Olmar Guterres da Silveira

Um dos fatos morfológicos que caracterizam o português arcaico em relação ao moderno é a possibilidade, cada vez mais geral a partir do século XV, de neste receberem a marca do feminino os adjetivos uniformes chamados de 2.^a classe, especialmente os que passaram a funcionar também como substantivos.

Trata-se de uma velha tendência niveladora dos adjetivos de 2.^a classe aos de 1.^a, com fatais confusões, cuja fonte mais próxima da língua portuguesa é o próprio latim onde se atestam, entre exemplos de várias épocas, as correções do *Appendix Probi*: **pauper** mulier non **paupera** mulier (42), **tristis** non **tristus** (56), **acre** non **acrum** (41).

Entre esses adjetivos inicialmente invariáveis em gênero estavam os em **-ês**, quer os designativos de atributos (**freguês**, **burguês**, etc.), quer os referentes à nacionalidade (**português**, **francês**, etc.).

Ao nosso primeiro gramático, Fernão de Oliveira, não passou despercebida esta mudança morfológica no sistema lingüístico do português do tempo em que vivia (1536), assinalando que, naquela quadra, ainda a novidade não se generalizara:

"... e em **ês**, com e pequeno, de gênero comum como **português**, **inglês**, e **francês**, posto que tenham femininos em **a**, como **portuguesa**" (*Gramática da linguagem portuguesa*, cap. 44, p. 86 da ed. de Olmar Guterres da Silveira).

Que o fato lingüístico constituía novidade e por isso mesmo estava, na língua comum, ao sabor da escolha do falante ou escritor, prova a circunstância de aparecerem invariáveis esses adjetivos em uns autores, e variáveis em outros, e até os dois usos num mesmo escritor. Assim é que João Barros, por exemplo, parece optar pela invariabilidade, nas *Décadas*, talvez levado pelo gosto do arcaísmo no gênero histórico, que orienta a sua escolha diante de formas duplas vigentes no seu tempo;

mas na *Gramática* (1540) e nas obras em que a língua portuguesa é o objeto central das preocupações do autor, só se usam morfologicamente marcados os adjetivos **portuguesa, francesa**. Já a invariabilidade dos adjetivos em **-ol** (língua **espanhol**) é constante em todas as obras do autor, o que nos revela a existência de gradações cronológicas na adoção de adjetivos femininos como **portuguesa e espanhola**, e ainda parece ter havido diferenças de cronologia de adoção entre substantivos e adjetivos.

Destarte, precisam de retificação informações como as que nos ministram Antônio das Neves ("Sobre qual o uso prudente das palavras de que se serviram os nossos bons escritores do século XV e XVI" in *Memórias de literatura portuguesa*, vol. V, Lisboa, 1793, pág. 183) e mestre Said Ali (*Gramática histórica*, I, 2ª ed., S. Paulo, 1931, pág. 73), segundo as quais João de Barros preferia a forma invariável **português** para ambos os gêneros.

O estado deplorável em que chegaram, de modo geral, até nós os escritos do autor das *Décadas* não nos permite palmilhar com segurança as diversas fases cronológicas deste fato mórfico, dificuldade que, por outro lado, deve estimular as pesquisas de crítica textual como fonte importante para esparzir luzes sobre esta e outras questões lingüísticas.

O já citado erudito português Antônio das Neves tenta, no estudo referido, delimitar as épocas da língua portuguesa, caracterizando-as pelos principais fatos lingüísticos próprios a cada fase. A invariabilidade dos "nomes de nações acabados em ês" é daqueles fatos que caracterizam a 2.ª época, que vai, segundo Neves, do tempo d'el-rei D. João II até D. Sebastião, sendo João de Barros o escritor "que deu um como novo tom à língua portuguesa, não tanto nas palavras por si só, porque ainda nele se acham muitas da idade antecedente, mas pelo teor e organização da sua frase, de forma que ele foi o que criou e nutriu a fertilidade e riqueza dos autores da seguinte época, e ainda hoje é consultado pelos homens que têm gosto são, como um dos melhores oráculos da nossa língua" (Ibid., 183).

Nas pegadas desta tentativa de cronologia da história das formas em **-es/-esa** em nosso idioma, algumas gramáticas, históricas ou descritivas, fixaram a invariabilidade, neste caso, até os séculos XIV ou XV. É o que vemos, por exemplo, no excelente compêndio de *Gramática histórica* de Pacheco da Silva Júnior:

"Os adjetivos em **ez, es** (=lat. **ensis**) e **iz** (lat. **ice**) eram defectivos em gênero no português antigo, no que seguiam a regra latina; e o mesmo acontecia com os acabados em **ol** e **or** até o século XIV. Só depois de João de Barros é que, não se compreendendo mais o motivo dessa distinção, acreditou-se constituía ela uma irregularidade, e tiveram entrada as formas femininas **-eza, -ola, -ora**" ("Rio de Janeiro, 1878, pág. 78).

Nas *Noções de gramática portuguesa*, Pacheco da Silva Júnior e Lameira de Andrade referem-se de novo à cronologia, às vezes com leves alterações nas datas, em relação ao que vimos; no tocante aos adjetivos em **-ês**, declaram:

"No séc. XVI é que começaram as formas em **esa (montanhesa, calabresa)**, talvez por analogia dos nomes femininos em **issa**" (Rio de Janeiro, 1887, pág. 161).

A substanciosa *Gramática portuguesa* de João Ribeiro inaugurou entre os nossos livros didáticos uma lição que amplia a possibilidade de existência de formas em **-ês** (português) comuns aos dois gêneros até o séc. XVIII:

"Os adjetivos em **-ês** não tinham feminino, como ainda hoje **cortês, montês**. Ainda no século XVIII escreveu Dinis:

A nossa **português** casta linguagem (**Hiss.**, V)" (Rio de Janeiro, 21.^a ed., 1930, pág. 239).

Entre portugueses, o excelente *Compêndio de gramática histórica portuguesa* (1919), de J. J. Nunes, oferece-nos lição mais contundente e, parece, pela primeira vez no país irmão, faz referência ao autor do *Hissope*:

"A tendência (de dar femininos a substantivos e adjetivos antigamente uniformes) de que falei começa a manifestar-se ainda na língua arcaica, todavia é só a partir do século XVI, que ela se generaliza, o que não quer dizer que mesmo depois não ocorram por vezes, como invariáveis, as formas mencionadas, pois Cruz e Silva, já nos fins do século XVIII, diz: **a nossa português casta linguagem, Hissope**, Canto V, verso 134)".

Esta lição encontra-se repetida nas *Digressões lexicológicas* do mesmo autor, págs. 168 e 169.

Estava, assim, no Brasil e em Portugal, iniciada uma longa trajetória dessa lição que, como veremos adiante, precisa ser posta em seus devidos termos, para que não se falseie, como parece, a diacronia deste fato morfológico da língua portuguesa.

Difícilmente há gramática ou estudo de linguagem que, referindo-se à invariabilidade de tais adjetivos no feminino, não se lembre de repetir a alusão ao verso de Cruz e Silva. Recordamos aqui apenas as excelentes gramáticas históricas dos mestres Antenor Nascentes e Ismael de Lima Coutinho (citando este ensinamento de Brant Horta):

"Os adjetivos em **es** criaram já dentro da língua um feminino em **a**. Encontra-se feminino ainda em **ês** no português antigo; no por-

tuguês atual ainda há vestígios da invariabilidade em **cortês**, **pedrês** e nos advérbios de modo como **portuguesmente**.

Antônio Dinis, no *Hissope* (séc. XVIII); dá ainda um exemplo no verso: "A nossa português casta linguagem (c.V., 134)" (*O idioma nacional*, vol. IV – *Gramática histórica*, 2.^a ed., 1933, pág. 120).

"Os [adjetivos] da 2.^a classe, pelo mesmo motivo do desaparecimento do neutro, tornaram-se uniformes; entretanto, por analogia com aqueles, vão tomando a desinência feminina **-a**, em português. É o que se dá com **português – portuguesa**, **infante – infanta**. A propósito destes adjetivos assim se expressa Brant Horta: "A tendência em dar formas femininas aos adjetivos de 2.^a classe, começa a manifestar-se a partir do século XVI, aparecendo, contudo, em alguns escritores sob a forma invariável como prova este exemplo de Cruz e Silva no *Hissope*, século XVIII: "a nossa **português** casta linguagem" (*Gramática histórica*, 7.^a ed. revista, 1976).

É muito interessante acompanharmos o histórico desse ensinamento. A informação exarada na *Gramática* de João Ribeiro não é original e foi colhida ou na *Grammatik der portugiesischen Sprache* de Carl von Reinhardstoettner (Strassburg, 1878, pág. 185) ou na obra de mesmo título do competente filólogo suíço Júlio Cornu (Strassburg, 1888, pág. 97), pois ambos os mestres aludem ao verso de Cruz e Silva.

O gramático brasileiro conhecia sobejamente ambas as obras; de Reinhardstoettner chegou a traduzir a primeira parte da introdução da *Grammatik* e a inseriu como preâmbulo aos *Autores contemporâneos*, a partir da 6.^a edição deste seu livro didático. É quase certo que aí esteja a fonte real da informação difundida pelo mestre.

O que João Ribeiro deve ao livro de Cornu está facilmente comprovado pelas freqüentes alusões ao mestre lusitanista.

O certo é que a prioridade da referência ao verso de Antônio Dinis da Cruz e Silva, **em gramática**, cabe a Reinhardstoettner, ainda mais porque ele, ao contrário de Cornu, alude várias vezes ao erudito português José Maria da Costa e Silva, e cita textualmente, a páginas 185 de sua *Grammatik*, o trecho deste comentador que particularmente nos interessa. Este português, sim, comentando uns versos de Sá de Miranda em que aparece a forma invariável em **guarda escocês**, é o primeiro em trazer à colação o famoso verso do *Hissope*:

"Os adjetivos em **or**, em **ês** e alguns eram antigamente comum de dous; por isso achamos tantas vezes nos autores antigos e mesmo em João de Barros: cidade **competidor**, uma **português**, uma **holandês** etc. Mesmo muitos tempos depois deste uso ter cessado, Antônio Dinis da Cruz e Silva, que de certo sabia a sua língua, não

duvidou dizer no *Hissope*: "É [a] nossa português casta linguagem", V, 133" (*Ensaio biográfico-crítico sobre os melhores poetas portugueses*, II, Lisboa, 1851, pág. 48).

Se lermos com atenção o comentário de Costa e Silva, com facilidade concluiremos que sua lição é mais correta que a dos filólogos e gramáticos que nele se apoiaram, direta ou indiretamente. Ele assinalou que a invariabilidade morfológica nessas palavras é um fato **que já havia cessado no sistema lingüístico do português** da época, e que Cruz e Silva o revivera por ter conhecimento de sua língua e por saber que, contextualmente, essa reminiscência era perfeita, adequada e expressiva.

Trata-se daquela liberdade de que goza o falante de reabilitar formas e fatos do idioma que já não têm curso na língua comum. É a contrapartida da liberdade do falante no emprego de neologismos e empréstimos.

A construção utilizada por Cruz e Silva não é uma característica de sua língua individual nem um fato vivo na língua do seu tempo; surgiu do desejo de fixar mais vivamente ao leitor, com evidente dose de ironia, através de dados lingüísticos que pertencem à sincronia e à diacronia da língua histórica portuguesa, o seu personagem, que dialoga com Lara, no canto V do poema. E a forma invariável aparece exatamente no trecho em que o padre Mestre condena a presença de expressões francesas a macular o idioma materno, personagem que ostenta uma rica tradição vernácula e, mais longe, da seiva latina:

"Desta audacia, senhor, deste descoco,
Que entre nós, sem limite, vai grassando,
Quem mais sente as terríveis conseqüências
É a nossa português casta linguagem
Que em tantas traduções corre envasada
(Traduções que merecem ser queimadas!)
Em mil termos e frases galicanas!

Ah! se as marmóreas campas levantando,
Saíssem dos sepulcros, onde jazem
Suas honradas cinzas, os antigos
Lusitanos varões, que com a pena,
Ou com a espada e lança a pátria honraram,
Os novos idiotismos escutando,
A mesclada dicção, bastardos termos,
Com que enfeitar intentam seus escritos
Estes novos, ridículos autores
(Como se a bela e fértil língua nossa,
Primogênita filha da latina,
Precisasse de estranhos atavios!)"

(*O Hissope*, V, págs. 177-178 da ed. de 1879).

Percebe-se o intuito estilístico de Cruz e Silva em reabilitar, no meio de tanto apelo ao passado, uma forma lingüística fortemente marcada como antiga.

Duas páginas adiante, afastada a intenção expressiva aludida, põe o autor normalmente na boca do padre Mestre a forma flexionada **francesa**:

"Não foi, senhor, **francesa**, nem troiana,
Responde o padre mestre; d' alto sangue"

O recurso estilístico através de um fato morfológico arcaico do tipo de **a nossa português casta linguagem**, pela estranheza que causaria aos editores, teria fatalmente de repercutir na crítica textual.

O referido verso d'*O Hissope* aparece sem alteração importante em quase todas as edições até a por nós consultada, a 8.^a, a cargo do competente José Ramos Coelho (Lisboa, 1879); entretanto, uma cópia existente na Biblioteca de Coimbra, feita em 1795 por Domingos dos Santos Morais Sarmento, professor de escrita, documenta a versão:

"É o nosso **português**, casta linguagem",

enquanto a edição de Lisboa de 1834 reza:

"É a nossa **portuguesa** linguagem".

Creriosamente e dentro das exigências da crítica textual, José Ramos Coelho opta pela versão mais difundida e, com muita argúcia, justifica seu procedimento:

"Conservamos – **a nossa português** – feminino antiquado, por julgarmos que o poeta o pôs intencionalmente na boca do padre jubilado, o qual era, como se vê, inimigo de modernismos em matéria de língua" (Ibid., 309).

Fatos linguísticos do tipo do que foi revivido por Cruz e Silva tornam patente a complexidade da dimensão diacrônica implícita no **estado de língua real**, conceito que um teórico da linguagem da estirpe do mestre Eugenio Coseriu distingue do conceito de sincronia, dimensão que permite que os falantes sintam certas expressões e construções como arcaísmos ou neologismos e as aproveitem para imprimir aos seus discursos um ar de arcaicidade ou de modernidade.

Por tudo isto que acabamos de ver, o verso de Cruz e Silva cabe melhor no capítulo em que se levantem recursos estilísticos à disposição dos falantes para influir no interlocutor, do que no capítulo de morfologia nominal portuguesa vista no seu desenvolvimento histórico.

NOTAS E COMENTÁRIOS

GUILHERMINO CÉSAR (1908–1993)

Repercutiu muito dolorosamente a infausta notícia do falecimento, em Porto Alegre, onde residia, em 7 de dezembro do ano findo, de Mestre Guilhermino César, aos 85 anos de idade.

Guilhermino César da Silva nasceu em São Manuel (hoje Eugenópolis), Estado de Minas Gerais, aos 15 de maio de 1908. Muito cedo incorporou-se ao movimento modernista e fez parte, juntamente com Rosário Fusco, Ascânio Lopes, Enrique de Resende e alguns outros, do grupo *Verde*, de Cataguases, que tinha por objetivo "abrasileirar o Brasil e escrever com liberdade". Em 1927 sai o primeiro número da revista *Verde*, porta-voz do grupo. Em 1928, em parceria com Francisco I. Peixoto, edita G. C. o seu primeiro livro, *Meia pataca*, poesias (**meia pataca** é nome de um riacho). Em 1929, aparece como encarte de *O Estado de Minas* o suplemento *Leite Criolo*, de cunho nacionalista, cuja direção Guilhermino César repartia com João Dornas Filho e Aquiles Vivacque. Teve pouca duração. Em 1939 vem a lume o seu segundo livro, *Sul*, romance, que mestre Guilhermino evitava incluir em sua bibliografia. Pouco depois, ingressava G. C. na carreira do magistério, tendo sido professor da Faculdade de Filosofia da PUC de Minas Gerais. Havendo-se transferido para Porto Alegre, aí ocupou os cargos de Secretário da Fazenda e da Educação e ainda o de Ministro do Tribunal de Contas do Estado, no qual se aposentou. Nunca abandonou, porém, a carreira do magistério. Em Porto Alegre fez-se Professor Catedrático de Literatura Brasileira, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em 1962 é convidado para reger a cadeira de Literatura Brasileira, recentemente criada, da Faculdade de Letras, da Universidade de Coimbra, Portugal. No exercício dessa cátedra, permaneceu, com breve interrupção, até 1970. A maneira como se desempenhou de tão alta função acadêmica se comprova no fato de ter sido galardoado com o honroso título de Doutor *honoris causa*, pela multicentenária Universidade Portuguesa.

Guilhermino César nunca deixou que a seriedade do labor científico abafasse os seus dotes de cultor das letras e autêntico poeta. À sua produção lírica pertencem, além do livro de estréia, *Meia Pataca*, citado, *Lira coimbrã e portulano de Lisboa* (1965), *Arte de matar*, poema (1969), *Sistema do imperfeito e outros poemas* (1977) e *O conde de Piratini e a estância da música...* (1978). Nessa mesma linha literária, podemos incluir: *Euclides da Cunha*, 1966, ensaio; *Simonde de Sismondi e a literatura brasileira e Ferdinand Denis: Resumo da história literária do Brasil*, ambos ensaios de 1968; *O "brasileiro" na ficção portuguesa*, 1969; *O embuçado do erval*

(1968), ensaios. Guilhermino César foi, por assim dizer, o "descobridor de Qorpo-Santo, pseudônimo de José Joaquim de Campos Leão, natural do Rio Grande do Sul. De saúde mental controversa, passou Qorpo-Santo a dedicar-se às atividades literárias. Da sua obra teatral, escrita quase toda em 1866, é que, em 1969, Guilhermino César publica *As relações naturais e outras comédias de Qorpo-Santo* (com fixação do texto) e *Teatro completo de Qorpo-Santo* (1980). Mais especificamente como historiador, escreveu: *História da literatura do Rio Grande do Sul (1956)*, *Araújo Porto Alegre, 1957*, biografia; *História do Rio Grande do Sul. Período colonial, 1970*. Pertence à Academia Mineira de Letras.

Inteligência aguda, espírito curioso e alerta, faro de erudito, vivia Guilhermino César cercado de livros, entre os quais passava, imerso em leitura, durante longas horas do dia. Por terrível decreto do Destino, viu-se esse intelectual de fina estirpe, nos últimos anos de vida, privado do imenso prazer de ler. Era a sua grande tristeza. E isso num homem cuja presença sempre irradiava alegria, bom humor, galhardia mental. Um exemplo mostrará essa faceta humana e cordial de Mestre Guilhermino. Após as aulas na legendária universidade coimbrã, almoçava num dos restaurantes da cidade baixa. "Num dos restaurantes" não é exato. O apurado paladar de Guilhermino havia elegido um restaurante significativamente denominado *A Democrata*, como de sua preferência. Na verdade, o restaurante era mais conhecido como "ó Adelino", nome de seu dono e mestre de cozinha. Aí se comiam os bons petiscos portugueses, regados pela generosa excelência do vinho da casa. E era aí que Guilhermino recuperava as forças para os contínuos embates de sua intensa atividade intelectual, em companhia da inseparável esposa, D. Wanda, dos colegas e amigo. Guilhermino chegou a compor um poema dedicado ao Adelino e suas iguarias, que o homenageado afixou, envaidecido, numa das paredes do restaurante. Ao aproximar-se a data fatal de seu regresso ao Brasil, Adelino preparou-lhe grata e gostosa surpresa. Lauto jantar, à maneira do Chefe, com direito a bolo e apagamento de velinhas. E mais: a inauguração solene do retrato do Mestre, a honrar uma das paredes do velho estabelecimento. Foi uma despedida carinhosa e comovente até às lágrimas. Se ainda existe na eterna Coimbra *A Democrata*, lá encontraremos, sobranceira e tranqüila, a efigie do Professor Guilhermino César, catedrático de Literatura Brasileira, da Universidade de Coimbra.

Guilhermino César enfileira-se entre os vultos exponenciais da cultura lusobrasileira, que amou e enobreceu com seus estudos de **scholar** exímio. Seu desaparecimento é uma grande perda, que deixa vácuo impreenchível. Nesse ponto, o Brasil vem sendo mutilado: Serafim da Silva Neto, Pedro Calmon, Gilberto Freyre, Artur César Ferreira Reis, Américo Jacobina Lacombe, Celso Cunha e agora Guilhermino César. Terão, por certo, continuadores. Mas, apesar do que disse uma vez modestamente o saudoso Presidente Castelo Branco, cremos que dificilmente poderão ser incluídos no rol dos "substituíveis".

S. E.

AGOSTINHO DA SILVA (1906–1994)

Aos 88 anos de idade, faleceu em Lisboa, no último dia 3 de abril, o professor Agostinho da Silva, profeta e filósofo. Despediu-se como nasceu, pobre e honrado, rico apenas de idéias e de sonhos. A sua grande paixão foi sempre Portugal, para ele uma deidade histórica, cuja alma buscava apreender e sentir, para poder fazê-la compreendida e amada de todos os seus contemporâneos, mas particularmente dos povos lusíadas. Esta a missão que o Destino lhe confiara. E que procurou executar sem medir esforços nem percalços.

Por não se adaptar ao regime salazarista, veio para o Brasil em 1945 e aqui permaneceu durante vinte anos. Não se fixou em nenhum ponto determinado do território brasileiro. Esteve no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, na Bahia, na Paraíba e por fim em Brasília, onde, com o apoio do então Reitor, Prof. Darcy Ribeiro, fundou um Centro de Estudos Portugueses. Da sua dedicação surgiu valiosa biblioteca, onde numerosos estudantes brasileiros puderam melhor absorver a força viva da cultura portuguesa, raiz e seiva do nosso intransferível patrimônio cultural. Voltou à pátria, para continuar o seu incansável e fecundo bom combate e ao solo nativo legar os ossos do seu frágil corpo a abrigar uma alma não pequena.

S.E.

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

CADERNOS PEDAGÓGICOS E CULTURAIS, publicação do Centro Educacional de Niterói, vol. 1, n.º 1, setembro/dezembro 1992; vol. 2, n.º 1, janeiro/abril 1993; Alencar Guimarães Lima, editor.

Estes *CADERNOS*, reeditados vinte anos após a criação dos *Cadernos Pedagógicos* do CEN (Centro Educacional de Niterói), saem agora em nova fase pelo mesmo CEN, que tem como Diretora-Geral, a Profª Myrthes De Luca Wenzel, quem assina a "Apresentação" do n.º 1 dos presentes *CADERNOS*. O seu objetivo é o estudo das múltiplas questões pedagógicas atinentes à educação e ao ensino em nosso país, em seus vários graus. Eis o "Sumário" do vol. 1: *Educação, Diálogo e Cidadania como instrumento para a paz*, Myrthes De Luca Wenzel; *As condições de produção do discurso de participação: uma contribuição para a análise de distorções do discurso de participação*, Roberto Ballalai; *A federação internacional para a educação dos pais*, Micheline Ducray; *O processo de leitura: algumas considerações teórico-práticas*, Maria Lúcia Brandão; *Projeto barbante: em busca da palavra plena*, Solanilda Nascimento Bueno Olinto; *Pressupostos do ensino sob a forma de atividades*, Dilma Nascimento Graneiro. Seguem-se dez resenhas, da lavra do Prof. Alencar Guimarães Lima, sobre trabalhos relativos ao ensino, alfabetização, leitura e escrita.

Eis o "Sumário" do vol. 2: *Entre livros e o jornal do dia: modos de ler*, Maria Helena Werneck; *A educação dos pais: uma intereducação*, J. Ormezzano; *O folclore nacional na 4a. série e a educação musical*, Maria Cecy Vieira Rosa; *De medalhões e de conto-do-vigário...: o ensino da literatura por um viés machadiano*, Renato Cordeiro Gomes; *A retórica do poder: a face oculta dos contos de fada*, Maria Emília Barcelos da Silva; *Filosofia da educação: fundamentos*, José Francisco P. de Oli-veira; *Imagens do judaísmo na poesia de Edmond Jabès*, Luiz Fernando Medeiros de Carvalho; *Instrumento para argumentação em defesa da educação física no 1º segmento do 1º grau sob o enfoque do desenvolvimento motor*, Rita de Cássia Franco de Souza Antunes; *Entre vitrines e espelho*, Vera Lúcia Follain de Figueiredo; *Areté e díke no período arcaico*, Rossana Guedes Lontra; *"O perfeito cozinheiro das almas deste mundo": diário do jovem Oswald e outros intrépidos rapazes*, Beatriz Resende; *Adjetivos em -vel: um estudo dos processos em formação*, Andréa Rodrigues. Segue-se: *Documento Cultural, Convite à Leitura, In Memoriam* (Roberto Ballalai).

Com excelente apresentação gráfica e conteúdo de alto interesse, auguramos a *Cadernos Pedagógicos e Culturais* vida longa e enriquecedora de nosso patrimônio cultural.

S.E.

*

DISCURSOS (estudos de língua e cultura portuguesa). Número 4, maio de 1993. Publicação da *Universidade Aberta*, Delegação de Coimbra.

O presente número tem como tema geral *Semântica das estruturas nominais* (o próximo será dedicado ao *Discurso feminino*), e a coordenação dos trabalhos publicados coube ao Prof. João Andrade Peres, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dirige-o o Prof. Carlos Reis, que assina a "Apresentação" do presente número. Nela salienta que "o público que lê esta revista encontrará, nos estudos a seguir publicados, estímulo para uma reflexão decerto exigente, mas, por isso mesmo, extraordinariamente enriquecedora". São os seguintes os referidos estudos: *Esboço de uma semântica das estruturas nominais*, João Andrade Peres; *Aspectos da modificação de estruturas nominais*, Telmo Mória; *Introdução à teoria dos quantificadores generalizados*, Ana Teresa Alves; *Processos de quantificação e construções partitivas*, Rui Pedro Ribeiro Marques; *Sobre a referência nominal genérica*, Ana Cristina Macário Lopes. Segue-se: *Documento de trabalho* (A imagem (i)material: notas sobre a Video-Poesia de Ernesto M. de Melo e Castro), Júlio Pinto; *Registo bibliográfico*, *Em tempo*.

Esta publicação, *DISCURSOS*, exprime bastante bem o valor da Universidade Aberta portuguesa, que está a servir de modelo e inspiração para uma Universidade Aberta brasileira, já em cogitação entre as personalidades mais representativas dos círculos culturais luso-brasileiros.

S.E.

*

DISCURSOS (estudos de língua e cultura portuguesa). Número 6, fevereiro de 1994. Publicação da *Universidade Aberta*, Delegação de Coimbra.

O presente número é dedicado ao "Ensino das línguas estrangeiras: novas perspectivas". Colaboram: Maria Emília Ricardo Marques: *A inovação tentada*; David Walls: *Language learning. At sea in a complex domain: the implications of a theory of cognitive flexibility*; Jean-Pierre Soula: *Apprentissage coopératif d'une L2 et compétences orales*; François Marchessou: *Langue portugaise et nouvelles technologies: vidéo et vidéo interactivo*; Bernard Lamizet: *Action et communication. La connaissance pragmatique*; Waltfrand Bufe: *Les méthodes non-conventionnelles et project E.R.C.I.*; Wolfgang Bufe: *Le vidéo dans l'apprentissage interculturel des langues dans le cadre du project E.R.C.I.*; Rui João Baptista Soares: *A matemática como linguagem*. Faz a Apresentação o Prof. Doutor Carlos Reis, Diretor da Revista e Catedrático da Universidade de Coimbra.

S.E.

*

QUADRANT, n.º 10-1993. Revista do "Centre de Recherche en Littérature de Langue Portugaise", Université Paul-Valéry, Montpellier III, France.

Esta revista tem a dirigi-la o Prof. Adrien Roig, da Universidade Paul-Valéry, um dos mais denodados e competentes lusistas da velha terra gaulesa, sempre tão benquista de brasileiros e portugueses. É o seguinte o "Sumário" do presente número: *Editorial*, Adrien Roig; *Frei Heitor Pinto par lui-même*, Anne-Marie Quint; *Confession d'un enfant d'Arcadie* (José Antonio de Brito), Claude Maffre; *La transmutation de l'Histoire: le cycle d'or dans le "Romanceiro da Inconfidência"*, Francis Utéza; *La fazenda Morro Azul du Brésil et Blaise Cendrars*, Carlos Celso Orcesi da Costa; *O arquivo de Clarice Lispector*, Eliane Vasconcellos; *Le complexe de l'iceberg ou un essai d'interprétation de l'enfance dans l'oeuvre poétique de Carlos de Oliveira*, Marie Francès; *Estrutura e temática de três contos de Vergílio Ferreira*, Carlos Alberto Iannone; *Le théâtre indépendant au Portugal. Deux cas: "Teatro da Cornucópia"*, Teresa Demarcy; *O percurso da Voz em três romances de Lídia Jorge*, Maria da Graça Costa; *Maria Ondina Braga e a assimilação do diverso*, Maria Graciete Besse; *Maria Graciete Besse, Nas margens do exílio: une nouvelle forme de lyrisme*, Adrien Roig; *O mercador de sombras*, récit inédit, José Manuel Mendes; *Interview de José Saramago*, propos recueillis par Ivone Pereira. O presente número vem acompanhado de um fascículo *Tables Decennales*, onde estão reunidas em ordem alfabética as indicações dos artigos e respectivos autores publicados nos 10 primeiros números, a que acompanham um índice onomástico e uma tábua dos *Sommaires*.

Os países lusófonos sentem-se reconhecidos por esse interesse pela sua cultura da parte de uma das mais credenciadas universidades francesas.

S.E.

*

UNILETRAS, revista da Universidade Estadual de Ponta Grossa (Paraná), n.º 15, dezembro de 1993.

É o seguinte o "Sumário" do presente número: *As expressões metafóricas do Português e seus campos semânticos*, Martha Steinberg e Sidney Camargo; *A etimologia literária*, Edison Molinari; *Fardas, bicicletas, guarda-chuvas e os atos de fala impositivos irônicos*, Jair Antônio de Oliveira; *Superestrutura de notícias*, Ana Rosa G. Cabello e Vera Lúcia Ditzel; *O perfil de uma soldadeira na sátira de Fernan Velho*, Márcia Zan M. Vieira e Mirian Martins Sozim; *Mercadores de interação em narrativas orais e escritas*, Nilcéia Albuquerque França; *Operadores argumentativos: uma abordagem textual*, Rosana Apolônia Hamuch; *A demente lúcida*, Miguel Sanches Neto; *Konstantinos Kavátis, poeta universal*, Maurício Silva; *O delírio de Brás Cubas*, Adazil Corrêa Santos; *The witches of history and the weird sisters in "Macbeth"*, Thomas Bonnici; *Boys do not cry but lions play like cats: an analysis of "The Old Man and the Sea"*, José Márcio Correa; *Samuel Beckett: The Eternal Tautology*, Ludd Flint; *The significacne of oral language in Momaday's*

"The Way to Rainy Mountain", Miguel Nenevé; *La poétique dans l'Historique: La Révolution Chinoise d'après Malraux*, Maria Teresa de Freitas; *Como colocar em prática o novo currículo de Línguas Estrangeiras Modernas (inglês) de 1º e 2º graus no Estado do Paraná: problemas e sugestões*, Cecília Mendes F. dos Santos e Guiomar Rosabel da Silva; *Filosofar com as crianças – uma proposta para a 1º grau*, Ana Neotti e Nelsina E. Damo Comel.

UNILETRAS é revista que vem sendo publicada regularmente, sempre em nível universitário, e com artigos de selecionada atualidade científica, fato auspicioso em publicações especializadas.

S.E.

*

CLARICE LISPECTOR, *Inventário do Arquivo 5*. Org. de Eliane Vasconcelos, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994, 110 págs.

A Fundação Casa de Rui Barbosa é um dos maiores centros propulsores de alta cultura do país. Preside-a no momento o poeta Lêdo Ivo, que vem mantendo nas atividades da Casa o alto nível em que a colocaram os seus antecessores. Os inventários anteriores foram dedicados a Thiers Martins Moreira, Augusto Meyer, Manuel Bandeira e Lúcio Cardoso. Este Arquivo 5 conta com a "Apresentação" do eminente bibliófilo Plínio Doyle. O estudo introdutório coube à organizadora Profª Eliane Vasconcelos. Seguem-se *Ficha Técnica, Dados Biográficos do Titular, Correspondência, Documentos pessoais e complementares*. São todos informes preciosos para os analistas de discurso, críticos literários, pesquisadores de Ecdótica.

S.E.

*

OBRAS COMPLETAS DE RUI BARBOSA, vol. XXVI 1909, tomo III, Rio de Janeiro, MEC, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1993.

O presente volume é dedicado a *Trabalhos Jurídicos*, mas um texto de Rui é sempre valioso para estudos da linguagem culta ou literária, especificamente da linguagem (ou discurso, como se prefere dizer hoje) jurídica brasileira, nos primórdios deste expirante século XX. Vale ressaltar ainda o constante empenho da direção da Casa de Rui Barbosa em levar a bom termo a edição da obra completa de uma das figuras oraculares de nossa História, varão ilustre do Império e da República. O Prefácio é de José Gomes Bezerra Câmara.

S.E.

*

SCHIAVO, José. *A autoria das Cartas Chilenas*, Rio de Janeiro, Europa, 1993, 64 págs.

A autoria das *Cartas Chilenas*, poema satírico do séc. XVIII e incluído tradicionalmente entre as obras da chamada "Escola Mineira", tem suscitado dúvidas, ainda não de todo resolvidas. De modo geral essa autoria tem sido atribuída aos líricos da referida Escola, Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga Peixoto, nessa mesma ordem. O eminente crítico literário que foi Rodrigues Lapa chegou a publicar tranquilamente, em edição das *Obras Completas*, de Gonzaga, a cargo do Instituto Nacional do Livro, o referido poema. Ainda houve quem tivesse lembrado a hipótese da colaboração e até o nome do notável poeta português Antônio Dinis da Cruz e Silva, autor do famoso poema herói-cômico, *O Hissope* (Joaquim Ribeiro, Cecília Meireles). Neste opúsculo, o Prof. José Schiavo volta a defender, com argumentos predominantemente estilísticos, a autoria de Cláudio. Como se sabe, as *Cartas* foram assinadas com o criptônimo *Critilo*, cuja real identificação até hoje não foi satisfatoriamente lograda.

S.E.

*

MARCONI, Marina de Andrade. *Linguagem na região de Franca*, UNESP, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 1991, 233 págs.

Franca fica situada no Nordeste de São Paulo, em região limítrofe com o Estado de Minas Gerais, pertencendo os respectivos municípios à mesma área cultural. O trabalho resulta de pesquisa de campo realizada a partir de 1970, tendo sido empregadas duas técnicas, informa a A.: entrevista e observação. Constitui-se num registro de termos e expressões, dispostos em ordem alfabética, num total de 2350 entradas.

Não se trata de coleta de formas lexicais específicas da região pesquisada (o que pode ocorrer), pois várias delas também se usam em outras partes do país. Pelo menos a A. não faz a triagem. Embora não haja transcrição fonética dos termos registrados, pode servir para despertar o interesse para certas pronúncias (como **rilho** por **rio**, consoante de transição) ou tendência para o fechamento do timbre do grafema **o** em posição pretônica, como em **pulenta**, **pumada**, **cumprumisso**, **curisco**, **fuguete**) e ainda alterações fonéticas, como **numbriga** por **lombriga**, ou **agonilha** por **agonia** (cfr. **rio** > **rilho**). Notem-se alterações semânticas próprias do ambiente rural: **bacuri** "menino", **baguá** "refeição", **ficou de coc na pinguela** "ficar em situação difícil", **máquia** "sobras de grão de café", **quente que estala mamona** "fazer muito calor", **sebo de grilo nas pernas** "indivíduo agitado", **vai catá** (no texto **cacá**) **sapo com bodoque** "não aborreça" (essas expressões regionais são, aliás, muito poucas). Expressões de uso corrente é que são numerosas, como **haja paciência!** "que demora!", **ao Deus dará** "entregues à própria sorte", **um dia a casa cai** "cuidado!", e muitas outras. Em outros casos, registram-se expressões já caídas

em desuso (pelo menos nas classes cultas), como **cabular** no sentido de "gazetear", ou **maquia**, que ocorre em Anchieta e alguns autores portugueses.

S.E.

*

CANTEL, Raymond. *La littérature populaire brésilienne*, Poitiers 1993, 384 p.

O *Centro de Recherches Latino-Américaines*, da Universidade de Poitiers, na França, acaba de prestar justa homenagem ao sempre lembrado Prof. Raymond Cantel, reunindo em volume, intitulado *La littérature populaire brésilienne* (Poitiers, 1993, 384 páginas), 17 estudos do mestre francês sobre literatura de cordel, quase todos publicados no estrangeiro e um inédito. Como sabemos, Cantel já se tinha notabilizado pelos seus estudos sobre Vieira; mas em 1959, ao visitar o Brasil pela primeira vez, descobriu na literatura de cordel um extraordinário filão de pesquisas, em que se transformou numa das maiores autoridades. Percorreu palmo a palmo os principais centros brasileiros onde florescia a literatura popular com seus folhetos e, com mão de mestre, procurou nela ressaltar os traços que a filiavam ao patrimônio europeu e que a caracterizavam como produto nativo. Prova disto é o conjunto de artigos que os organizadores desta homenagem, alunos antigos e colegas mais tarde (Jean-Pierre Clément, Ria Lemaire, Alain Sicard e Annick Moreau), repartiram em quatro seções e uma conclusão: *Présentation générale du folheto (Le romancelero du Nordeste; Brésil: la littérature populaire imprimée; De Roland à Lampião ou la littérature populaire du Nordeste brésilien; La littérature populaire du Nordeste brésilien), Origines européennes (La persistencia de los temas medievales de Europa en la literatura popular del Nordeste brasileño; Em feuilletant l'almanach...; Survivances modernes de la littérature populaire au Portugal); Les thèmes principaux des folhetos: Les morts célèbres (Les poètes populaires du Nordeste brésilien et les morts célèbres; De la Sicile au Texas, au Mexique et au Brésil, quelques complaintes sur la mort de John Fitzgerald Kennedy; La mort de Caryl Chessman et la littérature populaire du Nordeste brésilien; L'exploitation d'un thème d'actualité dans la littérature populaire du Nordeste: la mort du président Getúlio Vargas), Les autres thèmes (Les querelles entre Protestants et Catholiques dans la littérature populaire du Nordeste brésilien; Les prophéties dans la littérature populaire du Nordeste); Études techniques (Les ABC du Nordeste; A retórica dos folhetos; "Conclusão" e "remate" na literatura de cordel), Conclusion (A literatura popular em verso e a sua merecida importância).*

A leitura desses estudos aproxima-nos, mais uma vez, do notável mestre francês, que amou nosso país e nos deixou um exemplo e um estímulo do estudo de nossas mais lídimas tradições.

E. B.

*

RIBEIRO, Maria Aparecida. *História crítica da literatura portuguesa [Realismo e Naturalismo]*. Editorial Verbo, Lisboa - São Paulo, 1994.

Integrando o sexto volume dos nove ideados para constituírem a *História crítica da literatura portuguesa*, com a coordenação do competente e operoso catedrático da Universidade de Coimbra, o Prof. Carlos Reis, acaba de vir à luz a presente obra a cargo da Prof^ª Maria Aparecida, que leciona na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e na Faculdade de Letras da Universidade Católica Portuguesa. Esta *História crítica* difere dos manuais tradicionais de literatura portuguesa porque pretende ser uma recolha "de tipo antológico" que reúne uma seleção, tão completa quanto lhe permite a dimensão de cada volume, "de análises e de ensaios (...) que integram a chamada **bibliografia passiva** suscitada por uma literatura que conta oito séculos de trajeto cultural".

Os excertos escolhidos para compor a antologia se acham inteligentemente apresentados e interligados pelo discurso do preparador de cada volume, e nesta empresa difícil de joeiramento crítico e de transitividade orgânica se houve com muita sabedoria e fino tato a Prof^ª Maria Aparecida, a quem daqui enviamos nossas congratulações.

História plural da Literatura portuguesa, o plano traçado pelo Prof. Carlos Reis permite que o leitor interessado não viaje por esses oito séculos levado por um só guia que, apesar de talentoso, lhe há de oferecer, ao leitor, a sua visão pessoal, com as naturais conseqüências – proveitosas – se a análise de escritores e obras lhe são caros, e – distorcidas – se a análise incide em escritores e obras de que não gosta ou em cuja essência esse guia não conseguiu penetrar. Aberto, assim, o leque para o contacto com as mais variadas incursões críticas, fica o leitor capacitado a penetrar e empreender com mais segurança a análise de autores, obras, períodos e gerações. Já saídos os dois volumes, um sob responsabilidade de Carlos Reis e este agora a cargo de Maria Aparecida Ribeiro, esperamos que os restantes venham logo completar o plano global desse importante empreendimento cultural.

E.B.

*

No dia 15 de abril último, em pleno largo do Chiado, em Lisboa, depois de uma breve representação de excerto do poeta, a casa *Lello & Irmão* – Editores lançou o *Teatro* de António Ribeiro Chiado (*Autos e Práticas*), organização e fixação do texto e notas por Cleonice Berardinelli e Ronaldo Menegaz. Os organizadores já nos haviam oferecido, em 1968, pelo Instituto Nacional do Livro, do Ministério de Educação e Cultura, uma edição de dois autos (o *Auto da Natural Inuenção* e o *Auto das Regateiras*); nesta edição, além destes, incluem a *Prática dos Compadres* e a *Prática d'Oito Feguras*, o que significa a estampa de tudo o que se conhece hoje do teatro desse curioso e discutido artista do séc. XVI, uma vez que o *Auto de Gonçalo Chambão*, de que Diogo Barbosa Machado menciona três edições seiscentistas (1613, 1615 e 1630), parece ter-se perdido. Levar a bom termo mesmo

"sem o extremo rigor de edição crítica" um trabalho que "se pretende ao mesmo tempo muito sério pelo respeito ao(s) testemunho(s) (...) e acessível a leitores não especialistas", acompanhado de notas que esclareçam os passos mais difíceis, é uma tarefa árdua; quando se trata de textos de teatro, cujos personagens utilizam uma língua predominantemente popular, repleta de alusões que escapam ao leitor de hoje, a tarefa passa a ser muito difícil e às vezes de impossível explicação. Podemos dizer que os organizadores enfrentaram tais problemas e deles se saíram bem, na maioria dos casos. A presente edição vem precedida de uma Introdução em que os organizadores traçam a biografia do poeta, a importância de sua obra, a língua, a versificação e as normas de transcrição. Conclui o volume um índice das principais palavras e expressões que foram objeto de comentário. A coleção *Clássicos da Cultura Portuguesa* que a casa Lello & Irmão – Editores inicia com o *Teatro* de António Ribeiro Chiado, está fadada a prestar às letras portuguesas o melhor com que essa benemérita instituição de há muito se vem impondo no cenário cultural da língua portuguesa. Estão de parabéns os colegas Cleonice Benardini e Ronaldo Menegaz.

E. B.

RESENHAS CRÍTICAS

ROBERTS, Ian e KATO, Mary A. (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*, Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 1993.

O presente volume é editado em homenagem ao Prof. Fernando Tarallo, prematuramente falecido aos 40 anos de idade. Consta de um *Prefácio*, de Ataliba T. de Castilho, uma *Apresentação*, de Mary Aizawa Kato, e de dez artigos da lavra dos seguintes professores: Maria Eugênia Lamoglia Duarte, Vicente C. Cerqueira, Sônia Maria Lazzarino Cyrino, Emílio G. Pagotto, Jairo M. Nunes, Mary A. Kato, Maria Aparecida C. R. Torres Morais, Maria Aparecida Garcia Lopes Rossi, Ilza Ribeiro e Charlotte C. Galvez, todos da UNICAMP. Há um "Posfácio" do Prof. Ian Roberts, da University of Wales, em tradução do inglês de Ruth Lopes Moino. Foram incluídos também dois trabalhos do professor postumamente homenageado, a saber: *Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro*, traduzido do inglês por Vicente Cerqueira, e *Diagnosticando uma gramática brasileira*.

Uma perspectiva diacrônica do português do Brasil, provinda de um grupo de lingüistas de vanguarda, como esses da UNICAMP, é fato auspicioso. Digo "auspicioso", porque o movimento estruturalista, que marcou a maior parte dos estudos lingüísticos de nosso século, assumindo posição decididamente sincronista, fez da diacronia "coisa do passado". Em conseqüência, a Filologia Românica, p. ex., foi murchando em nossos cursos universitários, refugiando-se, em muitos casos e em atitude defensiva, no terreno literário. O mesmo ocaso aguardava as aposentadas "gramáticas históricas". No entanto a contribuição da Lingüística Histórica, quer na sua feição naturalista quer na culturalista, foi poderosa e muito concorreu para desvendar a gênese das línguas de maior expressão cultural do mundo.

A esse respeito assim se manifesta a apresentadora (Mary Kato):

Desde a introdução do estudo da lingüística moderna no currículo dos cursos de Letras das universidades brasileiras, os estudos diacrônicos foram relegados a um segundo plano, ou mesmo ignorados, como conseqüência da ideologia rigidamente ahistórica do início do estruturalismo. Em muitos meios, os importantes trabalhos filológicos e comparativistas desenvolvidos no Brasil (cf. Naro, 1976, Matos e Silva, 1988) deixaram de ser incluídos na bibliografia das disciplinas de formação de nossos alunos de Letras. (p. 13)

Registra, com justiça, a Prof^a Mary Kato os nomes de Anthony Naro e Rosa Virgínia Matos e Silva no elenco representativo das figuras proeminentes dos es-

tudos diacrônicos no Brasil; deixa contudo de fazer justiça a valores da envergadura de um Serafim da Silva Neto, autor da primeira (e única) grande *História da língua portuguesa*, ou de um Celso Cunha, editor de textos críticos medievais, como *O cancionero de Martin Codax*, obra de renome internacional. E, se quisermos trabalho mais recente, temos à mão a *Histoire de la langue portugaise*, de Paul Teysier, que, embora estrangeiro (como é também o caso de Naro), constitui igualmente referência obrigatória, mormente porque neste seu livrinho, de modesta aparência, mostra-se metodologicamente original, ao tratar a diacronia como resultado da comparação de estados sincrônicos sucessivos. E, se se quiser um nome mais próximo no espaço, aí temos o do Prof. Segismundo Spina, catedrático da USP, a quem se deve, entre outros trabalhos, *A lírica trovadoresca*, obra de extraordinário mérito no campo da Filologia Portuguesa e Românica. E continuamos omissos.

De notar também que a Prof^a Mary Kato, reportando-se a um livro do Prof. Tarallo, faça o seguinte comentário:

Tarallo alista esses trechos [pertencentes ao séc. XVIII] e mostra ao leitor que, embora estranhas à primeira vista, essas formas tornam-se claras "à medida que penetramos em sua estrutura e funcionamento". (p.15).

E dá como exemplos: **intitulandoce** (= **intitulando ce** = **intitulando se**), **seachar** (= **se achar**), **edandolha** (= **e dando lha**), **mepediraó** (= **me pediraó**). Na verdade, não há em tais exemplos nada que diga respeito à "estrutura e funcionamento" da língua portuguesa. Trata-se apenas de uma questão ortográfica, ou seja, da forma de grafar, na linearidade da escrita, os elementos clíticos: se aglutinados, separados por hífen ou soltos. O problema da colocação dos clíticos não depende do sistema ortográfico; por exemplo, tanto em **intitulandoce** como em **intitulando-se**, temos um caso de ênclice.

Quanto ao enfoque teórico da análise proposta para investigação das mudanças ocorridas no PB (português brasileiro) em relação ao PE (português europeu), dá-nos a Prof^a Mary Kato o seguinte esclarecimento: "... houve o casamento selado de Tarallo, intravariacionista, com Kato, intervacionista gerativista." (p. 16)

E, logo a seguir, acrescenta que, em consequência dessa visão convergente, chegou-se à conclusão de que "os conceitos de 'encaixamento' estrutural e 'parâmetro' gerativista poderiam ser conciliados". Todavia o teor dos artigos integrantes do volume mostra que o conceito de "parâmetro", gerativista, levou de longe as palmas ao conceito de "encaixamento" estrutural.

Surpreendente é a informação do acontecido à Prof^a Charlotte Galves, de "formação sólida em teoria gerativa":

Tendo aprendido primeiro o português europeu (PE) como língua estrangeira, viu-se tendo que desaprender tudo que já dominava para poder entender o que se passava no português brasileiro. (p. 16)

Ora, partindo do pressuposto da emergência de um português brasileiro dotado de novos parâmetros gerativistas, temos de admitir que algo mudou e que, no caso, essa mudança se deu do PE para o PB. Logo, para explicá-la diacronicamente temos de partir do PE (como, aliás, faz a autora no seu artigo "O enfraquecimento da concordância no português brasileiro", no qual recorre ao PE até em sua feição clássica, e no qual se ocupa mais com a posição dos clíticos pronominais no português do Brasil do que com a concordância, embora faça do enfraquecimento desta "a origem do surgimento de uma nova gramática no Brasil") e como partir do PE sem conhecê-lo? Estamos, pois, num aflitivo beco sem saída, ou seja, numa aporia.

Conforme dissemos, os dez artigos que compõem o presente volume se apóiam pesadamente na teoria gerativista de Noam Chomsky. Mas a teoria gerativista tem várias faces sucessivas, e cumpre, portanto, localizar o estágio em que se detiveram os passageiros desta viagem diacrônica, para tentar compreender a visão que formaram da diacronia lingüística brasileira.

Depois de *Aspects*, que fundou a teoria padrão (1965), foi *Some Concepts and Consequences of the Theory of Government and Binding* (1982) que trouxe uma reviravolta nas teses anteriores, pois, nessa nova sintaxe, a ligação com o que se finha fazendo é muito frouxa. E, cremos poder dizer ser esse o modelo gerativista esposado pelos autores da presente miscelânea. Com efeito, são as idéias de parâmetro, recção, ligamento, teoria da barra-X, argumentos, forma lógica, categorias vazias, coindexação, anáforas, co-referência, etc. que predominam nos estudos dos colaboradores. Portanto resta saber qual a contribuição que o gerativismo cognitivo pode trazer à possível solução de certos problemas referentes ao português do Brasil, em sua progressiva diferenciação, senão já ruptura (novos parâmetros), segundo supõe a equipe componente do livro.

Em *Reflections on Language* (1975), Chomsky ponderou:

Nós poderíamos até pôr-nos ante a meta, ainda distante mas talvez atingível, de restringir de tal maneira o aparato da teoria da transformação, que o limitaríamos à regra da forma "desloque SN", com outras condições sobre sua aplicação expressas quer como condições gerais das regras, quer como propriedades de marcadores iniciais de frases, quer como propriedades de estruturas de superfície. (p. 112)

O que vemos então é a redução das regras de transformação a uma básica, regra de movimento, responsável pela posição das unidades lingüísticas na frase. Ora, essa de fato a orientação geral dos trabalhos inclusos no presente volume. Maria Eugênia Lamoglia Duarte fala da "trajetória do sujeito no português do Brasil";

Sônia Maria ocupa-se com "objeto nulo e clíticos"; os clíticos reaparecem no artigo de Emílio G. Pagotto; "Direção de cliticização" é assunto tratado por Jairo M. Nunes; Mary A. Kato, ao recontar a história das relativas, irá "propor que a posição da variável presa a este pronome relativo é de deslocamento à esquerda (**Left Dislocation** = LD), gerado na base"; Maria Aparecida C. R. Torres Moraes apresenta um estudo sobre os "Aspectos diacrônicos do movimento do verbo, estrutura da frase e caso nominativo no português do Brasil"; Maria Aparecida G. Lopes Rossi começa o seu "Estudo diacrônico sobre as interrogativas do português do Brasil", afirmando que "As interrogativas-Q e interrogativas sim/não do português brasileiro moderno (PMB) passaram por uma mudança sintática com respeito ao movimento do elemento interrogativo (Qu) e de verbo flexionado (V).; finalmente, Charlotte C. Galves, ao se voltar para a questão do enfraquecimento da concordância no português brasileiro, detêm-se prioritariamente na fixação da ordem dos elementos na seqüência sintática SVO e na determinação da posição dos clíticos.

De acordo com as análises feitas, verifica-se que essa movimentação se processa toda no interior de uma língua-I, que é uma "estrutura abstraída a partir de um estado da faculdade lingüística, que é um componente da mente" (Chomsky, 1989: 38). Por seu turno, a língua-E é a língua tradicionalmente entendida como tal, a língua historicamente realizada, que "foi o objeto de estudo na maior parte das gramáticas tradicionais ou estruturalistas ou na psicologia do comportamento, mas que agora se concebe nada mais que um epifenômeno" (ib.: 40). Impor-se-ia, pois, um deslocamento epistemológico da língua-E para a língua-I. Vejamos outra citação:

A língua-I se abstrai diretamente como um componente do estado obtido [o estado estável de conhecimento e o estado inicial S(O)]. As afirmações sobre a Língua-I, sobre o estado estável e sobre o estado inicial são afirmações verdadeiras ou falsas, sobre algo real e determinado, sobre estados reais da mente / cérebro e seus componentes (...). (ib.: 42)

Como controlar, porém, a consistência de tais afirmações? Partir-se-ia de premissas filosóficas, das quais, por dedução, se construiria um sistema interpretativo da realidade do universo (no caso, mais especificamente, da realidade lingüística)? Neste ponto, prega Chomsky exatamente o contrário. Eis o que diz logo a seguir:

A Lingüística entendida como estudo da língua-I e de S(O) constitui uma parte da Psicologia, em última instância da Biologia. A Lingüística ficará incorporada às ciências naturais na medida em que se descubram os mecanismos com as propriedades reveladas por esses estudos de uma abstração superior; de fato, há que esperar que tais estudos constituam um passo necessário para uma investigação séria desses mecanismos.

Relembre-se ainda que, para Chomsky, a inteligência não passa de um órgão mental, comparável, p. ex., ao coração (1975:59). Mecanismo, órgão mental, biologismo, como estamos próximos de Comte e da alma como conjunto de funções do cérebro! E, mais ainda, do mecanicismo behaviorista de Bloomfield. E conseqüência inevitável: a transferência dos estudos de Lingüística dos Institutos de Ciências Humanas para os de Ciências Naturais.

Como, porém, acompanhar o percurso das mudanças lingüísticas na mente/cérebro dos sujeitos falantes? Para isso, cremos, temos de ter o Prof. Chomsky por guia inspirado, a conduzir-nos pelos meandros do labirinto gerativista. Pois só ele possui a pedra filosofal capaz de transformar elucubrações de gabinete em regras, teorias e princípios, aliás prodigamente. Pois aí estão a teoria da barra-X, a teoria theta, a teoria do ligamento, a teoria do vestígio, a condição de sujeito especificado, a condição de subjacência, a condição de superioridade, as regras de projeção, de movimento, os princípios das categorias vazias, do sujeito obrigatório, as idéias de gramática universal, de forma lógica, de parâmetro, de língua interiorizada, que mais sei eu? É uma proliferação de regras e representações em número superior aos epiciclos de Ptolomeu.

E como se houveram os colaboradores do presente volume com todo esse aparato teórico e metodológico em sua viagem diacrônica pelo português brasileiro? Note-se que, tendo sido posta à margem a Língua-E, os condicionamentos histórico-culturais deixaram de ter validade. O que restou foi então o seguinte (artigo de Maria Eugênia Lamoglia Duarte): Comparam-se dados estatísticos referentes a sujeitos plenos e nulos (melhor, explícitos e implícitos) em textos de autores brasileiros mais próximos da língua falada (como na linguagem teatral), da segunda metade do séc. XIX até os nossos dias e verifica-se que houve uma evolução no sentido de freqüência cada vez maior de emprego de pronomes plano (ou até pleonástico, como em "As mulheres, elas..."). A que se deve esse fato? É neste ponto que a A. recorre ao equipamento interpretativo chomskiano, isto é, aos recursos do gerativismo cognitivo. Portanto abandonam-se as coordenadas histórico-sociais. Eis o resultado do procedimento:

Os resultados da pesquisa evidenciam o fato de que a redução no quadro de desinências verbais alterou as características de língua "pro-drop" que o português do Brasil apresentava antes de 1937. Embora o sujeito nulo continue sendo **licenciado** por AGR – prova disso é a existência do sujeito nulo não referencial – a **identificação** de sujeito nulo referencial ficou comprometida, transformando-se a ocorrência de **pro** num fenômeno periférico que depende fundamentalmente de um reforço externo ao elemento de concordância. (p. 123)

Algumas observações. A A. relaciona a emergência do sujeito pleno com as perdas das desinências número-pessoais, o que, sabe-se, é tese antiga. Marcar uma data (1937) porém, para separar duas situações no terreno das evoluções lingüísticas

é excessiva temeridade, quaisquer que sejam as razões invocadas. O fato só excepcionalmente pode acontecer, quando, p. ex., se diz que o dalmático desapareceu em 1898, isso porque seu último falante, Antônio Udina, faleceu nesse mesmo ano. AGR é abreviatura de "concordância" (em ingl. **agreement**) e **licenciado** é expressão tomada ao jargão gerativista. A A. relaciona com razão sujeito nulo e perda das flexões verbais. Mas por que se perderam as flexões verbais? Na p. 115, introduz-se discretamente o critério da faixa etária e, na p. 122, é a língua coloquial que entra em cena. Eis uma pista, mas, parece-me, que refoge aos parâmetros do gerativismo cognitivo.

Outro exemplo podemos tomar ao artigo de Jairo M. Nunes sobre a direção da cliticização. Segundo o A., houve no português brasileiro moderno "uma mudança na direção de cliticização fonológica ocorrida no século passado, que impossibilitou o licenciamento da sílaba dos clíticos acusativos de terceira pessoa" (p. 208). Dá como exemplo "**Lhe** telefone amanhã", permitido, e "O chamo amanhã", não permitido. Lembro que o reflexivo **se** também pode ser acusativo (é a sua função mais comum) e existe até uma estação televisora que usa como refrão publicitário (o que é de péssimo gosto) a expressão "se liga". Concordo em parte com o A. em que há certa resistência para o uso de **se** em tal posição; o que não impede que a sua explicação do fato não seja satisfatória.

Eis alguns trechos de sua argumentação que, espero, darão uma idéia da forma como investigou o fenômeno:

Minha hipótese é que os clíticos acusativos de terceira pessoa em português não perderam o **onset** de suas sílabas. Esse **onset** será tido como subespecificado subjacentemente, necessitando, portanto, ser licenciado por processos outros que não o licenciamento pelo nóculo da sílaba. (p. 208)

Em suma, o fato de que a cliticização fonológica dá-se da direita para a esquerda em português europeu moderno permite que o **onset** da sílaba dos clíticos acusativos de terceira pessoa seja licenciado mesmo quando o clítico não se incorpora sintaticamente à palavra que o precede. (p. 212)

Construções simples e robustas envolvendo clíticos acusativos de terceira pessoa certamente faziam parte do ambiente linguístico disponível à criança brasileira do princípio do século XX. Entretanto, para uma geração que adquiriu um valor diferente para a direção da cliticização fonológica, tornou-se impossível adquirir também os clíticos acusativos de terceira pessoa, uma vez que o **onset** de suas sílabas não pôde mais ser licenciado. (p. 220)

Para melhor acompanhamento da linha de raciocínio do Prof. Jairo, transcrevo o que, a respeito de ONSET, informa David Cristal em seu *A First Dictionary of Linguistics and Phonetics*:

Termo usado em FONÉTICA e FONOLOGIA para referência ao *segmento de uma unidade lingüística* de abertura (e.g. uma **sílaba**, uma **unidade tonal**) ou ao movimento **articulatório** que inicia um som da fala (e.g. a fase de **fechamento** de uma **africada**).

Quer dizer, para o Prof. Jairo, no PE a cliticização se dá da direita para a esquerda, ao passo que no PB ocorre o contrário. É como se afirmássemos que o PE tende para a ênclise e nós para a próclise. Eis um exemplo: *Vamo-nos encontrar* (PE), *Vamos nos-encontrar* (PB).

No entanto é sabido que (gerou até polêmica) foi havida como brasileirismo condenável a ênclise em orações subordinadas, principalmente as relativas. O alvo das setas dos aristarcos concretizou-se no romancista José de Alencar, de quem colhemos os seguintes exemplos buscados a Chaves de Melo (1972: 106–107): "Volta a Cipião, que deu-lhe chão contigo"; "sabe que sujeita-se à morte; "aquela que roubou-me o amor"; "quando lembrou-se que...". Tal colocação não é havida por literária.

Embora em tom extremamente cauteloso, por se tratar de "língua morta", ao Prof. Jairo "parece que podemos tomar a direção de cliticização em português antigo como também sendo da direita para a esquerda" (p. 212). Ou seja, a mesma do português moderno.

Na realidade a coisa não é tão simples. Perpassando textos arcaicos, particularmente em prosa, textos notariais dos sécs. XIII e XIV, ou da *Demanda* (séc. XIV), o que se nota é a tendência para anteposição (não necessariamente junto ao verbo), exceto em frases jussivas, e posposição com as formas tônicas do pronome, regidas de preposição. E, em *Trechos Seletos*, Sousa da Silveira traz exemplos do PE moderno em que ocorre colocação semelhante à dita brasileira: "Quê! me deixas finalmente?" (Castro, *Ulisséia*), "Senhor Jesus, me acorrei!" (Herculano, *Lendas*), "Irmã, te rogo" (Filinto, *Mártires*), "Mo deparas mais brando?" (Filinto, *Obras*). É certo que se trata de frases interrogativas ou jussivas, onde o falante ocupa pronominalmente posição enfática. Nos *Lusíadas*, em frases imperativas e orações intercaladas, também encontramos, "à brasileira", a colocação proclítica: "Agora tu, Calíope, me ensina" (III, I:1), "Em castigar os feitos inumanos / Vos gloriái de peito forte e astuto" (VII, 13:5-6), "Mas tu me dá que cumpra, ó grão rainha / Das musas, co que quero à nação minha" (X, 9:9-10), "Quem é, me dize, estoutro que me espanta" (VIII, 10:1), "Abrindo, lhe responde, o mar profundo" (VII, 25:5). E, na mesma estrofe, outra próclise "brasileira": "Em vendo o mensageiro, com jocundo/ Rosto, como quem sabe a língua hispana / Lhe disse" (1-3).

Tais fatos não devem ser tomados em consideração?

A base teórica em que se apóia o Prof. Jairo é o modelo gerativista-cognitivo. Nesse modelo, não há lugar para os fatores ditos externos, ou, mais propriamente, culturais. Por isso limita-se o Prof. Jairo à análise interna da evolução da colocação dos clíticos pronominais do PE para o que chama, englobadamente, o PB. Refere-se, sem entrar em detalhes, naturalmente, à origem dos clíticos acusativos em português (o demonstrativo *illum/illam/illud* da terceira pessoa), passa pelo português antigo (ou, melhor, arcaico), chega ao PE moderno e daí finalmente ao PB também moderno. Documenta a evolução com apoio em Carvalho e Mattos e Silva, mas, principalmente em sua vivência de falante nativo, no que tange ao PB moderno. Buscando explicar o sentido dessa evolução e sua divergência n o tocante ao PE e ao PB, recorre a processos puramente internos, como o **onset**, o **maximal onset principle**, licenciamento do **onset**, condição de subjacência, efeitos de ilha, objeto nulo e, certamente, desvio paramétrico. Parece que a língua fica sitiada numa redoma mental (aliás mais orgânica do que mental, pois a Linguística estudaria um "órgão mental", como qualquer outro órgão do corpo humano). A estrutura de superfície, ou seja, a Língua-E, a língua histórica, a língua propriamente dita passa a ser ignorada. A colocação dos clíticos na língua arcaica é mais complexa do que pareceu ao A. e o que nela domina é o fato da mobilidade de tais elementos. E isso perdura até hoje, levando os gramáticos a formularem regras sobre o seu uso. A causa real ou objetiva não é perquirida. Investigações como a de Said Ali sobre a colocação dos pronomes pessoais átonos na frase portuguesa, muito bem fundamentadas, não merecem qualquer aproveitamento (Said Ali será procurado em vão nas "Referências Bibliográficas"). No entanto, o tratamento que dá ao tema, com recurso à forma fonética da estrutura de superfície, é altamente esclarecedor. Uma citaçãozinha:

Fundando-se ela [a colocação] na pronúncia própria do falar lusitano, impossível será haver entre nós identidade de colocação, se não é idêntica a pronúncia. Lá os pronomes são átonos; o e final em **me, te, se** é tão abafado que mal se ouve. Cá estamos habituados a empregar já certa acentuação quando o pronome vem anteposto ao verbo, dizendo aproximadamente **mi, ti, si**; para nós Brasileiros seria extremamente difícil pronunciar à portuguesa **m', t', s', lh'**. (1957:51)

É a questão fundamental do ritmo da frase, nem sequer levantada no artigo do Prof. Jairo. E, se de **onset** se trata, coisa, na verdade, de outra natureza, então, com maior razão, se impunha a presença de Said Ali.

Também convinha dar uma olhada no artigo de Mattoso Câmara Jr., publicado primeiramente na *Miscelânea Homenaje a André Martinet*, I, 1957, e hoje incorporado, em tradução (o original está em francês) a *Dispersos*, 1972. Nele o saudoso lingüista se ocupa com "Ele comme un accusatif dans le portugais du Brésil", problema, como se sabe, conexo com o do esvaimento do clítico o, lo, no, no português coloquial brasileiro. Aí lemos estas palavras dignas de reflexão, que Mestre Mattoso Câmara, na perspectiva do estruturalismo descritivista, deixou inscritas:

Il y a eu d'abord un fait phonétique qui consiste en deux traits phonétiques entrelacés. C'est la tendance du pronom régime atone, à coté du verbe, à être toujours proclitique dans le langage oral au Brésil. Cette proclise systématique, préférée à l'enclise, semble découler d'un second trait. Je veux parler de l'intensification de la première consonne d'un mot phonétique, laquelle y fonctionne comme une tranche de la chaîne parlée. Une telle intensification sert à mettre en valeur la particule pronominale atone proclitique dans le mot phonétique verbal. L'enclise au contraire efface le relief phonétique de la particule. (I, 1957: 43)

No caso de ter havido divergência de sínclise pronominal, quem mais se teria afastado do cânone antigo: Brasil ou Portugal? Será que ainda dessa vez fomos nós os conservadores? Pois o velho Fernão de Oliveira não dissera, ecoando o **ore rotundo** horaciano, que "nós falamos boquicheios com mais majestade e firmeza" e ainda que "nós falamos com grande repouso como homens assentados"? E, se fomos nós que divergimos, que motivos nos terão impelido a isso que não aos portugueses? O adstrato africano, como já se aventou? Língua e cultura são inseparáveis. Volta, pois, rediviva, com novas roupagens, a velha e magna questão da colocação dos pronomes pessoais atônicos.

Para finalizar, duas nugas. Na p. 258 (artigo de Mary A. Kato), à frase italiano **Non so proprio chi, questo libro, protrebbe recencirlo per domani** se dá a seguinte tradução: **Não sei se, esse livro, poderei resenhá-lo para amanhã**, quando o que está no texto original é **Não sei realmente quem, este livro, poderia resenhá-lo para amanhã**". Corrija-se também **recencirlo** para **recensirlo**.

E, na p. 265 (artigo de Maria Aparecida C. R. Torres Morais), a frase alemã *Ich habe schon letztes Jahr diesen Roman gelesen* vem vertida literalmente "Eu tinha já no último ano este livro lido", pondo o ptg. **livro** como correspondente ao alemão **Roman**, que, na verdade, significa "romance"; sabidamente a palavra alemã que traduz correntemente o nosso **livro** é **Buch**.

Enfim, o que desejariamos é que cabeças jovens e tão bem dotadas viessem a libertar-se do ludismo teorizante do Sr. Noam Chomsky e que, emergindo das escuridades profundas dos mares cognitivos, voltassem a contemplar a luz do dia e assim, pesquisando realidades e não duendes, lograssem trazer-nos matéria sábia e saborosa para alimento do interminável diálogo das gerações.

*

CITAÇÕES

CHOMSKY, Noam (1975). *Reflections on Language*, New York, Pantheon Books.

CRYSTAL, David (1980). *A First Dictionary of Linguistics and Phonetics*, Londres, André Deutsch.

MELO, Gladstone Chaves de (1972). *Alencar e a "Língua Brasileira"*, 3a. ed., Conselho Federal de Cultura.

MISCELÂNEA *homenaje a André Martinet*, I (1957), Canarias, Universidade de La Laguna.

SAID ALI, M. (1957). *Dificuldades da língua portuguesa*, 5a. ed., Rio de Janeiro, Acadêmica.

SILVEIRA, Álvaro Ferdinando de Sousa da (1942). *Trechos seletos*, 5a. ed., São Paulo, Editora Nacional.

A tradução dos textos em língua estrangeira é da responsabilidade do Autor.

Sílvio Elia

COELHO, Adolfo. *Obra etnográfica*. Volume 1: *Festas, costumes e outros materiais para uma Etnologia de Portugal*. Organização e prefácio de João Leal. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1993.

As Publicações Dom Quixote, de Lisboa, tiveram a feliz idéia de incluir na sua coleção *Portugal de Perto* a reunião dos trabalhos de natureza etnográfica de F. Adolfo Coelho sob o título *Obra etnográfica*, cujo primeiro volume saiu em 1993, com o subtítulo *Festas, costumes e outros materiais para uma Etnologia de Portugal* (748 páginas), com organização e importante prefácio de João Leal. Este volume compõe-se de uma nota prévia e um substancioso prefácio do organizador, em que traça o perfil intelectual desse mestre que foi Adolfo Coelho e a importância de suas investigações no campo da etnologia de Portugal. Acham-se reunidos os seguintes estudos na seção **Literatura popular**: Romances galiciennes; Romances sacros – Orações e ensalmos populares do Minho; Belfegor; Os elementos tradicionais da literatura. Os contos; Materiais para o estudo da origem e transmissão dos contos populares; Notas mitológicas; Romances populares e rimas infantis portuguesa; Estudos para a história dos contos tradicionais; Variedades; Variedades. Rimas infantis; As lendas da Serra da Estrela; Notas mitológicas. O tangromangro e os turanianos; Ditados tópicos de Portugal; Jogos e rimas infantis de Portugal; A oliveira de Guimarães; A filha que amamenta o pai; As maravilhas do velho; O médico aprendiz; Notas e paralelos folclóricos; O paralelismo na poesia popular portuguesa; João Pateta. Uma segunda seção, **Tradições populares**, contém: A morte e o inverno; Materiais para o estudo das festas, crenças e costumes populares portugueses; Etnografia portuguesa. Costumes e crenças populares; Etnologia. As superstições portuguesas; Tradições relativas às sereias e mitos similares; Tradições populares portuguesas. O quebranto; De algumas tradições de Espanha e Portugal. A propósito de estantigma. Uma terceira seção **Tecnologias tradicionais**: Tradições populares portuguesas. A caprificação; Alfaia agrícola portuguesa. Uma quarta seção **Recensões críticas**: Obras de Giuseppe Pitré; O estudo das tradições populares nos países românicos; Tomás Pires como folclorista. Uma quinta seção **Programas etnológicos e antropológicos**: Esboço de um programa de estudos de etnologia peninsular; Esboço de um programa para o estudo antropológico, patológico e demográfico do povo português; Exposição etnográfica portuguesa. Portugal e ilhas adjacentes.

O trabalho do organizador é meritório e cuidadoso, e, entre outras virtudes, conseguiu evitar a pouca fidelidade, em muitos passos, que se nos depara na reedição dos dois volumes dos *Contos tradicionais do povo português*, de Teófilo Braga, preparada pelas *Publicações Dom Quixote* e inserida na mesma coleção *Portugal de Perto*. Todavia, como se trata de trabalho que interessa a vários domínios do saber, inclusive à Lingüística e à Filologia, seria de esperar que o organizador mantivesse os usos correntes na língua da época e, especialmente, na língua de Adolfo Coelho; assim, não deveria desfazer certas combinações com emprego do apóstrofo (como *d'Ourilhe*, *d'outros* – onde poderia usar **doutras**, mera opção ortográfica –, substituídos por **de Ourilhe e de outros**). Também, nos textos das orações e ensalmos transcritos entre as páginas 41 e 54, bem como no texto do autor,

não deveria substituir **cousa** por **coisa**, **tesoura** por **tesoira**, **reptis** por **répteis** (e, portanto, deveria deixar o singular oxítono **reptil**, p. 47, em vez de trocá-lo por **réptil**), **faze** por **faz** (imperativo), **esprandecente** por **esplandecente**, **assubirão** por **subirão**, **alumeia** por **alumia**, **escuita** por **escuta**, **preguntou** por **perguntou**, **durme** por **dorme**. As formas antigas e populares **mai-las** (por **mais as**) e **faça-la ida** assumem as formas **mal as** e **faça la ida**. Por outro lado, o organizador corrige visíveis erros tipográficos correntes no original da revista francesa *Romania*; Neste rol acrescentaria o verso da oração de *Os sete sacramentos* (p. 45) *Quem amara Jesus Cristo*, que melhor se lerá *Quem amar a J.C.*, à semelhança do verso próximo *Quem a receber em graça*. Possuo uma cópia da separata dos *Romances sacros* com algumas correções do próprio punho de Adolfo Coelho, as quais valeria a pena levar em conta em futura reedição: na p. 43, *Oração de Ave Maria*, o original dizia **ave sem fatsa**, emendado para **ave sem falsa** pelo organizador, mas **ave sem falha** por Coelho; na mesma página **eu m' apejo** emendado para **m' apego**; na p. 47, o original dizia **grande número de doenças em produzido**, e o organizador emendou para **é produzido**, enquanto Coelho corrigira para **era produzido**, que cabe melhor ao contexto; na p. 50, dizia a oração no original *Dize-me deus que são as tabuinhas de Moysés*; o organizador notou o erro **deus** por **dois** (emendado por Coelho), mas saiu **doi** na reedição.

O segundo volume prometido para breve terá por título *Cultura popular e educação* e reunirá os seguintes trabalhos de Adolfo Coelho: *Os elementos tradicionais da educação* (1882); *Joços e rimas infantis* (1883), *Os elementos tradicionais da Educação. Estudo pedagógico* (1883), *A pedagogia do povo português* (1898) e *Cultura e analfabetismo*.

Num futuro mais remoto está prevista a reedição de *Os ciganos de Portugal*. Seria do maior interesse científico que as *Publicações Dom Quixote* e o Sr. João Leal, a quem tanto já estamos a dever por este volume agora trazido à luz, enfeixassem também os estudos lingüísticos e filológicos do notável mestre lusitano.

Valeria a pena que a mesma benemérita editora abrisse também sua excelente coleção *Portugal de Perto* para outros notáveis de Portugal, cuja obra esparsa faz muita falta à Cultura; não me furto de citar, como um entre muitos exemplos, o filólogo José Joaquim Nunes, companheiro de Adolfo Coelho na frutuosa seara da investigação de nossa língua.

E.B.

ILARI, Rodolfo. *Lingüística Românica*: Editora Ática, S. Paulo, 1992.

Assistimos, em algumas universidades brasileiras, ao redespertar de interesse dos estudos históricos, mesmo naquelas em que os estudos sincrônicos marcaram uma das características mais distintivas de sua investigação acadêmica. Este é um sinal promissor de que a pesquisa lingüística vai aos poucos se livrando do seu exclusivismo descritivista para despontar rumo a uma visão mais ampla do seu panorama de interesse.

É neste clima que a Editora Ática lança a *Lingüística românica* do conhecido e competente colega Rodolfo Ilari, do Departamento de Lingüística da Universidade Estadual de Campinas. Divide-se o livro em quatro partes e um **Apêndice** intitulado *O Português do Brasil*, (pp. 237 a 269) elaborado por outro não menos competente colega, o professor Ataliba T. de Castilho, de cujo ensaio não me ocuparei nesta breve resenha, para ficar estritamente nos temas de que tratam os programas de Lingüística/Filologia Românica. A primeira parte é dedicada à *História e métodos da Lingüística Românica* (pp. 17 a 38; a segunda ocupa-se com *A romanização* (pp. 41 a 52), a terceira com *O latim vulgar* (págs. 57 a 132), a quarta com *A formação das línguas românicas* (pp. 135 a 234). Completam a obra 26 mapas e duas referências bibliográficas, uma relativa ao texto do Prof. Ilari (pp. 70 a 272) e outra ao Prof. Ataliba (pp. 277 a 285). Bastante útil e didático para o consulente orientar-se se deseja informação mais aprofundada é o conjunto de quadros que constituem a *Complementação bibliográfica* (pp. 272 a 276).

Numa obra que abarca temas tão largos é natural que fiquem alguns pontos menos esclarecidos, enquanto outros necessitem de alguns reparos, ao lado de alguns que estão no plano de meras opções de doutrina. Entre estas últimas, está, por exemplo, a debatida questão do chamado "latim vulgar". O Prof. Ilari, nas pegadas do grande romanista que foi o Prof. Theodoro Maurer Jr., e, fonte de ambos, o velho e genial Frederico Diez, tem o latim vulgar como "a língua efetivamente falada no mesmo período [isto é, no final da República e no início do Império] (p. 58), que se opõe ao latim literário". Por isso, vê o latim vulgar como "um **proto-romance**, isto é, como o ponto de partida da formação das línguas românicas" (Ibid.), e daí "as línguas românicas tomadas em seu conjunto numa visão comparativa são a melhor fonte para o conhecimento de sua própria origem, um fato que ressalta quando se leva em conta a precariedade das fontes escritas do latim não literário" (p. 22).

Ora, conhecemos, a respeito desta última opinião, o que ocorreu com Meyer-Lübke que, depois de esposar essa tese na 1.^a ed. do *Grundriss*, de Gröber, não mais fez referência a ela na 2.^a ed., em virtude das críticas recebidas.

Esse conceito de latim vulgar aqui adotado, que o opõe ao latim clássico, isto é, essa tese sociológica de que o latim vulgar "foi de fato uma língua eminentemente popular" (pág. 59), é muito difícil de ser aplicado à sociedade romana, em que em todas as atividades, públicas ou privadas, conviviam aristocratas, plebeus e antigos escravos tornados libertos, como o próprio Prof. Ilari testemunha, ao citar, nas fon-

tes para o conhecimento do latim vulgar, o caso da Trimalcião, antigo liberto e novo rico. Isto para não falar do testemunho da história, porque, como diz Herculano de Carvalho, "para aceitarmos a mesma tese, teríamos ainda de admitir que as classes superiores, ou melhor, os indivíduos que as compunham e eram os detentores da forma "nobre" do latim, se teriam extinguido subitamente (por qualquer cataclismo!...) sem haverem podido transmitir aos seus descendentes o seu saber lingüístico – o que é não só anti-histórico, mas "a priori" absurdo" (*Lições de Lingüística Românica*, 3.^a ed., p. 62).

Sou dos que acreditam que a melhor lição está com aqueles para quem, conforme Coseriu, o chamado **latim vulgar** "não é nenhuma língua histórica real, mas apenas uma abstração que explica o elemento latino 'herdado' pelas línguas românicas", definindo-o como "um conjunto de formas 'vivas' (faladas) durante a época imperial", formas todavia nem contemporâneas nem universais, – umas pertencentes sem dúvida a todo o latim falado cerca do séc. IV d.C., outras porém limitadas a determinadas regiões ou determinadas áreas; umas exclusivas do latim falado, outras porém comuns ao latim literário; umas mais antigas, outras mais modernas; formas que além disso não esgotarão seguramente todas as possibilidades expressivas do latim falado tardio, porque com certeza muitas outras, usadas em todo ou em parte do Império, se perderam sem chegar às fases românicas ou sem terem chegado a ser documentadas nestas" (E. Coseriu, *El lhamado "latín vulgar"*, pp. 39 e ss., e 54 ss., e José J. Herculano de Carvalho, *ibid.*, pp. 71-72). Melhor do que falar em "latim vulgar", deveríamos dizer simplesmente que as línguas românicas continuaram o latim.

É igualmente inexata e hoje posta de lado a tese de um latim falado uno em toda a extensão do Império ("...ao mesmo tempo que a semelhança entre as línguas românicas deixa entrever que na antiga România, nos primeiros séculos, deve ter sido falada uma língua latina relativamente uniforme", p. 58). Já Schuchardt, em 1885, acentuava que o latim vulgar não era uma língua única, mas um somatório de realidades lingüísticas. Em vista do exposto, as conhecidas **gramáticas do latim vulgar** não espelham, como deveria acontecer, um corpus homogêneo e unitário, e, por isso mesmo, se nos apresentam, no dizer de Herculano de Carvalho, como "uma coleção heteróclita de formas desemparelhadas" no tempo, no espaço (dialetos) nas camadas sociais (níveis de língua) e estilos de língua.

Desta divergência do conceito de **latim vulgar** surgem outras que a brevidade do tempo não me permite tratar com maior detença. Lembro aqui a lição de se considerar o l.v. como proto-romance, conceito que, além de contrariar muitos fatos lingüísticos antigos existentes nesse chamado latim vulgar (a começar pela tendência de simplificação da sua estrutura gramatical: "A estrutura do proto-romance é mais simples que a do latim culto", p. 60), a expressão **proto-romance** tem inequívoco valor cronológico, embora se ensina, a páginas 61, que "a grande diferença entre as duas variedades do latim não é cronológica (o latim vulgar não sucede ao latim clássico)...".

Causa estranheza que o A. pouco trate da importância do grego na formação das línguas românicas, ainda que declare – sem se explicar – que, quanto à influência grega na língua literária, "ela foi certamente **menor** do que a influência exercida pelo grego sobre o latim vulgar" (p. 61).

Para não cansar o leitor, passo às questões menores. Ao falar de Diez e dos primeiros comparatistas, (p. 17), seria melhor não ficar somente na data de 1836 para a *Gramática* do fundador da nossa disciplina, pois dela estão fora os dois volumes seguintes. Também merece corrigida a data do *Dicionário etimológico* do mesmo romanista: 1854, e não 1853. Na mesma página, declara que o "nome Filologia Românica", com que a disciplina surgiu, é significativo do contexto intelectual em que se deu seu aparecimento". Ora, o nome de "Filologia Românica" parece ter sido usado pela primeira vez por K.A. Mahn, em 1863, conforme assinala Tagliani, nas suas *Origini*, na nota 2 da pág. 1, da 6.^a edição (1972); como está, pode o leitor supor que o nome seja devido a Diez. Aproveito a ocasião, para dizer que o Prof. Ilari se serve da 3.^a ed. (1959) da obra de Tagliavini, o que o levou a não aproveitar alguns dados para seu livro, já que no prólogo da 5.^a edição (1969) o mestre italiano declarava "che una futura edizione (esta 5.^a) avrebbe dovuto essere ricomposta non potendo più essere eseguita coi vecchi flani del 1959" (p. XI).

Na p. 18 lê-se: "O projeto de Bopp, que foi logo retomado por outro erudito da época, Jacob Grimm, deu ao estudo das línguas antigas um caráter genético e fez aparecer a preocupação de reconstituir, pela comparação, o indo-europeu, considerado como a origem comum das línguas das principais culturas clássicas".

Como está, entende-se que Bopp precedeu a Grimm, mas este escreveu sua *Deutsche Grammatik* em 1819 e já em 1822 saía a 2.^a ed., onze anos antes da *Gramática comparada* de Bopp. A influência do dinamarquês Rask sobre Grimm é que importava salientar. A redação dá a entender que o processo da "reconstrução" do indo-europeu é devido a esses autores, quando o é a A. Schleicher. Neste pequeno trecho do A. estabelece-se uma relação estreita que, metodologicamente, está longe de existir entre as obras e os conceitos com que operavam Grimm e Bopp, por um lado, e Schleicher, por outro. O processo da reconstrução do primitivo comum indo-europeu deste lingüista, com seus dois grandes períodos de "desenvolvimento" e "decadência", encontra-se minimizado e algo distorcido na subseção "Documento: Da comparação à reconstrução" (pp. 22-24).

Ainda na mesma página 18, valeria acrescentar que a tese de fazer do provençal antigo a fonte direta das outras línguas românicas não foi exclusividade de Raynouard, mas, ao contrário, tem raízes bem distantes com o catalão Antônio Bastero; Ernst Robert Curtius (*Europäische Literatur*, 1954, p. 38) põe nesta lista Pasquier, Voltaire e Marmontel.

Em algumas passagens do livro há repetições de lições que, entre si, não se ajustam totalmente; assim, na p. 22, se lê "(...) **Appendix Probi**, um glossário que pode remontar aos séculos III ou IV d.C.", mas na p. 66 já aparece outra variante,

falando da mesma obra: "Fruto da atividade de um gramático chamado Probo, que deve ter vivido no século III...". Por outro, há de se fazer um comentário a **latere**. Depois do importante artigo de C.A. Robson não mais se data o **Appendix Probi** em época tão recuada, e sim, entre os sécs. V ou VI d.C.; também não se classifica, em geral, a obra como "glossário", já que o termo se aplica melhor aos conhecidos vocabulários; por outro lado, há muito se deixou de atribuir o **Appendix** a Probo.

Certamente estranhará o leitor que a páginas 35 se declare que "(...) os últimos desenvolvimentos da gramática chomskiana têm dado uma atenção especial às línguas românicas, apresentando-as como surpreendentemente distantes entre si quando julgadas por alguns dos principais parâmetros chomskianos", e na p. 59. "(...) a semelhança entre as línguas românicas deixa entrever que na antiga România, nos primeiros séculos, deve ter sido falada uma língua latina relativamente uniforme".

Na p. 62 lê-se: "Um exemplo da influência exercida pelo latim vulgar sobre o literário é o número cada vez maior de vulgarismos na língua da literatura", mas, na p. 70: "Nas obras literárias, o latim vulgar constitui a parte menos volumosa, ao passo o que o texto, em seu conjunto, segue geralmente os padrões literários tradicionais".

Ainda na p. 62: "Como iniciativa de aproximação entre a língua vulgar e o latim culto, pode-se citar a decisão da Igreja, no tempo de São Jerônimo, de redigir em um latim tanto quanto possível popular os textos do Novo Testamento", contrastando com o que se lê na p. 70: "(...) a *Vulgata*, a despeito do título, tem uma estrutura morfológica irrepreensível do ponto de vista do latim literário". Creio serem suficientes estes exemplos.

O Prof. Ilari adota o feliz expediente de apor aos textos latinos que cita, a respectiva tradução, com o fim de afastar do leitor os possíveis embaraços com o latim; todavia, merece maior cuidado a transcrição de tais passagens, a que faltam, para a competente colação, as referências bibliográficas. Assim, o texto de Orosio, citado à página 50, não é totalmente fiel, e a tradução ficou um tanto truncada, senão distante do original latino.

Em duas passagens da **L. R.** (pp. 63 e 66) traz-se à baila a conhecida declaração de S. Agostinho, segundo a qual "**melius est reprehendant nos grammatici quam non intelligent populi**". O Prof. Ilari comentou, na companhia de vários autores: "Evidentemente, essa tradição reflete uma orientação da Igreja no sentido de aproximar sua linguagem da do povo; é a mesma orientação que se resume nesta frase de um outro grande escritor cristão, muito atento a questões de língua, Santo Agostinho" (p. 63). Pelas próprias declarações do A., percebe-se que é uma frase de efeito, exatamente dentro das típicas figuras de retórica, tanto ao sabor do estilo daquele tempo, estilo muito bem estudado por E. Norden, em *Die antike Kunstsprosa vom VI. Jahrhundert v. Chr. bis in die Zeit der Renaissance*, 2 vols.

Não é, pois, uma declaração para se levar às últimas conseqüências. S. Agostinho está longe de ser um escritor popularizante.

Na p. 67, em razão de um trecho extraído da *Peregrinatio Aetherae*, declara que nele se podem "reconhecer dois traços que antecipam aspectos das línguas românicas: o uso do demonstrativo com valor de artigo e o uso de **habeo** para formar uma locução verbal com valor equivalente ao futuro do pretérito". Que não se tem no texto um artigo se prova pela própria tradução; em nenhum passo, o A empregou o artigo definido onde o original apresentava o demonstrativo. Na *Peregrinatio*, **ille** e **ipse** são empregados anaforicamente para indicar a segunda referência, isto é, aquilo que já se sabe ou se conhece, porque já foi antes referido no texto. E a isto ainda não se pode chamar artigo definido, que é uma inovação tardia no latim. A mesma observação quanto a um pretense futuro do pretérito; temos, sim, uma locução verbal formada de v. principal + **habere** (**traversare habebamus**) para exprimir a modalidade, a obrigação, como, aliás, corretamente apareceu na tradução (**tínhamos que atravessar**).

Tendo em vista o significado específico de *Vulgata*, não há por que dizer: "Assim [o seguir o padrão do latim culto], a *Vulgata*, a despeito do título, tem uma estrutura morfológica irrepreensível do ponto de vista do latim literário" (p. 70).

A subseção 6 da terceira parte, das características do latim vulgar, é rica de informações, e por isso oferece comentários para muitos aspectos. Lembrarei aqui alguns deles. No caso da palatalização das velares (p. 79), mereceria uma distinção entre o fenômeno puramente fonético e o fonológico, já que no latim com muita probabilidade, existia já a palatalização sob o aspecto fonético, como alofones. Também caberia distinguir, em certas áreas da România – como o veglioto – o destino diferente se a vogal seguinte era **i** ou **e**, e se este e era aberto ou fechado. A tese de um retrocesso da palatalização na Sardenha, histórica e lingüisticamente estranha, está a pedir maiores esclarecimentos.

No tocante a mudanças de conjugação – fenômeno que o latim clássico também conhecia, dada a complexidade formal dos paradigmas verbais –, **tenere** não "passa a **tenire** apenas na Gália", (p. 99), pois o fato ocorre também com freqüência nos dialetos italianos.

Nesta mesma página, refere-se o A. ao importante trabalho do nosso erudito romanista Prof. Theodoro Maurer, em que propõe, contra a opinião antiga e ainda hoje aceita, que o aparecimento de **-esc-**, **-isc-**, esvaziado de seu valor incoativo, não se explica como artifício nivelador para unificar a posição do acento tônico, mas de uma combinação ou fusão (ingl. **blending**) dos verbos incoativos em **-escere** com os verbos oriundos de substantivos e adjetivos em **-ire**. Os que não aceitam esta explicação, contrapõem que em outras classes de verbo também ocorre esse nivelamento, inclusive nos verbos em **-are**, onde não se pode pensar na combinação aludida para os verbos em **-ire**. Rohlfs (*Grammatica storica della lingua italiana*, §526) lembra,

por exemplo, que o presente de **vindicare** era **vindicéjo** (no latim tardio), em vez do clássico **víndico**.

Outros argumentos contrários de peso incidem no fato de haver em reto-românico o infixos **-esch-** nos verbos em **-ir** e em **-ar**, em todas as formas, bem como verbos que não se explicam por qualquer combinação, apresentam esse infixos, como ocorre, por exemplo, com **finire**.

A rigor, não se pode afirmar, sem referência a certas proscricões discursivas, que a "língua vulgar espessa o pronome objeto, ao passo que o latim literário deixava que fosse inferido pelo contexto" (p. 106). Está claro que o latim culto, como o vulgar, em certas condições, usavam dessas omissões na circunstância aludida; mas a omissão é particularmente freqüente nas línguas românicas, quando o verbo já se acompanha de pronome objeto indireto, de modo que, embora estritamente sintático, o caso se dá por questões de eufonia, conforme lembra Meyer - Lübke no §379 da sua *Syntaxe* (trad. fr.).

Na p. 107, ao tratar da possibilidade de o infinitivo ter sujeito próprio no latim e no domínio românico, creio que o A. deve explicitar melhor a sua redação, pois como está, com o exemplo em português "depois de eles **chegarem**", pode dar a entender que o "infinito pessoal" é tomado igual a "infinito flexionado", o que faz perigar a limpidez da lição: "Esse emprego, que é hoje uma das peculiaridades do português, aparece atestado antigamente na maioria dos domínios românicos", o que, quanto ao "infinito flexionado", sabemos que não conhece nem conheceu essa extensão na România.

Ainda nesta página, relativamente ao emprego do infinitivo substantivado, mereceria alusão ao duplo desenvolvimento deste fato; de um lado, temos um uso popular e antigo, já documentado em Plauto. Por outro lado, sob o influxo grego em parte, experimenta esse infinitivo difundido emprego no estilo científico, gramatical, filosófico e jurídico, no latim tardio e medieval, consoante a lição de J. Wackernagel (*Vorlesungen über Syntax*, I², 273 e ss.).

Na p. 109 volta a tratar de matéria exposta na p. 95, a extensão do emprego de **suus** no latim vulgar; na verdade, a regra clássica do uso do emprego do possessivo em referência ao sujeito da mesma oração e, em certas condições, ao sujeito da oração anterior, reservando-se para os outros casos, o emprego dos demonstrativos (**eius, illius, eorum, illorum**), tem suas exceções já no próprio latim clássico, e no tardio a confusão se torna cada vez mais acentuada. Já no século VI, no latim da Gália, os textos espelham um novo sistema, conforme mostrou P. Geyer nas "Beiträge zur Kenntnis des gallischen Lateins" (*Archiv für lat. Lexikographie und Grammatik*, II, 1885) e por Dag Norberg (*Au seuil du Moyen Age*, p. 14), que cita o trabalho anterior. O que eu desejava assinalar é que o germe da mudança já estava no latim clássico, no uso complexo descontínuo do possessivo.

Na p. 115 é transcrito o *Testamentum porcelli* que melhor talvez estivesse posto ao lado dos textos que integram "as fontes escritas do proto-romance" (p. 65 e ss.); entre os comentários há o relativo a **parentes** "para indicar qualquer tipo de parentesco e não apenas os pais"; uma consulta ao *Dictionnaire étymologique* de Ernout-Meillet desfaz a afirmação de que tal uso é devido a "interferências do latim vulgar".

Na p. 129, repete-se a lição de **pecus** relacionado com **pecunia**, pois "por algum tempo, a riqueza foi representada como a posse de um número razoável de cabeças de gado"; ora, depois do magistral estudo de Benveniste (*Le vocabulaire des institutions indo-européennes*, I, 50 e ss.), senão posta de lado, fica esta lição pelo menos muito abalada. Também nesta página se dá como exemplo de **etimologia popular** a passagem do inglês **country-dance** ao português **contradança**, em que se interpretou **country** não como 'aldeia', mas como 'contra', e o empréstimo passou a significar "o nome de uma dança que segue a outra ou responde a outra". O que é preciso dizer é que não foi o português responsável pelo fato, mas sim o francês, vindo daí importado para a nossa língua.

Na página 130, o A. repete, para exemplificar um caso de alteração metonímica "que envolve um nexa temporal", lição de Ullmann, com a diferença de que o Prof. Ilari, não envolveu a ilustração com o toque de cautela, "in all probability", que lhe pôs o semanticista inglês. Trata-se desta passagem: "empregada [a palavra **missa**] de início na fórmula de despedida **ite [contio] missa est** (literalmente: "Ide, está dissolvida [a assembléia]"), com que o padre declarava dissolvida a reunião religiosa, ela acabou por indicar a própria reunião religiosa". Ullmann repete aqui a lição de Diez; porém, valeria a pena que o Prof. Ilari substituísse essa explicação pela que dá o lingüista italiano Antonino Pagliaro num exaustivo quanto fecundo estudo sobre a fórmula "**ite, missa est**", recolhido nos *Altri saggi di critica semantica* (pp. 127-182 da ristampa de 1971), onde a examina do ponto de vista lingüístico e extralingüístico nas comunidades cristãs primitivas. No tocante à lição de Diez, comenta: "Coloro che si sono preoccupati di dare un'etimologia della parola [**missa**], senza lasciarsi influenzari dagli sviluppi semantici successivi, hanno preso le mosse della formula **missa est**. Così Fr. Diez, *Etym. Wörterb. d. roman. Sprache*, 4.^a ed., 1878, p. 212, spiega **missa**: "bekanntlich **missa est** sc. **concio**, mit welchen worten der diaconus die versammlung entliess". Tale spiegazione, dal punto di vista formale corretta e, anzi, da questo punto di vista l'unica possibile, ha il torto di essere troppo semplicista nei confronti della molteplicità dei significati; d'altra parte, ammette un'ellissi per la quale non si offre alcuna giustificazione, e, dando al verbo **missa est** il significato di 'è stata sciolta (sc. l'adunanza)', forza alquanto il significato fondamentale di **mittere**" (pp. 167-168).

Ao tratar das preferências e diferenças regionais, lê-se, na p. 131, que "a Sardenha e o sul da Ibéria desenvolveram o artigo definido a partir do demonstrativo **ipse**; alhures, o artigo definido se origina de **ille**". Nada obsta em relação ao sardo, mas quanto ao catalão (a lição é repetida na p. 174), será necessário dizer que as formas correntes dos artigos são **el, la, l', els e les**, e que só em algumas regiões da

costa norte e nas Baleares se usam as formas antigas *es* (m.) e *sa* (f.), com os respectivos plurais *ets* e *ses*, oriundos de *ipse*.

Aproveito o ensejo para lembrar que entre as regiões mais conservadoras da România põe o A. a Ibéria e o sardo (p. 132); em se tratando de um discípulo dos mestres Maurer e Salum, causa estranheza neste e noutros pontos a ausência de referência ao romeno.

Algumas vezes o Prof. Ilari trabalha com termos latinos não lhes atribuindo a significação fundamental. Assim é que, por exemplo, ensina que o verbo **sancio** significa "proibir" (p. 126) e nesta acepção o correlaciona com **santo**. Ora, aquele termo pertence à língua religiosa e política e, como ensinam Ernout–Meillet, quer dizer "rendre sacré ou inviolable", daí **sanctus** também querer dizer "rendu sacré ou inviolable, sanctionné" e, posteriormente, o de "consacré par un rite" e, enfim, "véneré", "vertueux" e, na língua da Igreja, "saint". O significado **punir** é secundário.

Nesta mesma p. 126 não é rigoroso dizer-se que o latim **impedire**, a que se prendem o port. **impedir** e o it. **impedire**, têm como "correlatos **empêcher**, **empecer**"; como está, parece que estes dois últimos se prendem diretamente à fonte **impedire**, o que contraria os princípios de fonologia histórica do francês e do português, pondo de lado **pedica** e seu provável derivado ***impedicare**.

Está a exigir uma revisão acurada a transcrição do *Stammbaum* de Agard, reproduzido na p. 160. Um dos pontos positivos de Agard é não enfeixar o galego como domínio dialetal do espanhol, como faz o Prof. Ilari, talvez nas pegadas – aqui pouco felizes – de Vidos.

Lê-se o texto do Prof. Ilari com muito prazer e proveito. A parte tipográfica está cuidada, tendo, porém, escapado algumas gralhas que convém emendar. Lembrarei as seguintes; Bergman por Bergson (32), **Leherwörter** por **Lehnwörter** (150) e, o > j, **we** por **e**, o > **je**, **we** (162), **leit** por **llet** (174), lat. **capra** > **cabras** por lat. **capra** > **cabra** (179), seu **Saggi** por seus **Saggi** (189), macedo-romeno por macedo-romeno (195) Mountaner por Muntaner (219) MAGNO por MOURA (271).

Nos mapas 14, 16, 17, 18 e 19, melhor seria escrever **Valença** que **Valência**, em português; no 24, talvez devesse assinalar que em Alguero se fala catalão, fato que poderia aparecer nas referências do domínio do catalão (p. 174). Também neste última página, sugeriria a substituição de "no departamento de Roussillon" por "no departamento dos Pireneus Orientais".

Pelo que se diz acerca do destino do ditongo **au**, na p. 76, talvez fosse melhor, na p. 123, substituir **pauper** > port. **pobre** por **popere** > port. **pobre**; também faltou referência à passagem **au** > **ou**.

Acredito que, na p. 66, §5.1.1, Tertuliano saiu em vez de Quintiliano, já que desconheço a atividade do grande pilar da Igreja como autor de obra de retórica.

Destoam do tom científico do livro, a meu ver, a alusão meramente anedótica do Palácio **La Moneda**, de Santiago do Chile e da nossa **Casa da Moeda** (pp. 125-126) e à "suntuosa e cafoníssima recepção" da *Cena Trimalchionis*, em que o anfitrião "incorre no uso de **barbarismos**, isto é, formas vulgares, e **hiperurbanismos**, isto é, formas estapafurdiamente cultas ..." (p. 67). É pena que um exemplo de literatura humorística e satírica, que tem antecedentes literários em Platão e Horácio, com uma oportunidade de mostrar o **modus vivendi** e os valores dos **petits gens** de uma cidadezinha do campo, seja assim apresentado ao leitor. Como toquei nesta página, não me furto a oportunidade de lembrar que o latim **moneta**, a rigor, nada tem que ver com o verbo **moneo** (lembrado também na p. 130), e assim as ilações aí expendidas devem ser revistas. Ernout-Meillet, na boa tradição etimológica, ensinam, adotando o parecer de Assmann, que **Moneta**, templo de Juno e o verbo **moneo** têm filões diferentes, já que "**Moneta** au sens de "monnaie" serait d'origine phénicienne, et emprunté comme la plupart des noms de monnaies, cf. **as**; et le rattachement à **moneo** serait dû à une étymologie populaire" (op. laud., s. v. **Moneta**).

Estimo, para terminar, que o Prof. Ilari veja nestas observações esparsas o interesse despertado pelo seu novo livro, ao qual auguro próxima 2.^a edição.

E.B.

MESSNER, Dieter. *Dicionário dos dicionários portugueses*, I: ABA-ABC. Institut für Romanistik der Universität Salzburg, 1994.

O professor Dieter Messner, que dirige a coleção 'Bibliotheca Hispano-Lusa', acaba de publicar nesta coleção o primeiro volume do *Dicionário dos dicionários portugueses*, obra que, sem dúvida, virá contribuir eficazmente para o desenvolvimento e o conseqüente aperfeiçoamento dos estudos lexicológicos e lexicográficos de língua portuguesa. Lusitanista ilustre, o Prof. Messner já vem trabalhando há muitos anos com o léxico das línguas românicas. Mas agora, com este dicionário, que visa a "equipar a língua portuguesa de um instrumento moderno, de um tesouro lexicográfico, que outras línguas não possuem", o Prof. Messner oferece aos estudiosos uma contribuição verdadeiramente notável para o progresso desses estudos.

A obra reúne, ordenados cronologicamente e transcritos por extenso, todos os verbetes dos dicionários publicados entre 1569 e 1858, ou seja, desde o dicionário de Jerônimo Cardoso, até a 6.^a edição do dicionário de Antônio de Moraes Silva. Julgou ainda oportuno o seu autor incluir também "algumas listas de palavras tomadas de obras não filológicas", sempre que contenham informações "sobre a origem, o significado, o registro, ou a tradução numa outra língua". Por outro lado, não lhe pareceu conveniente incluir as várias edições de um mesmo dicionário, salvo em alguns poucos casos, como o do dicionário de Moraes, cujas seis primeiras edições (de 1789 a 1858) foram todas devidamente pesquisadas. Aliás, segundo o parecer de Messner, com o qual estamos de pleno acordo: "Até hoje, este dicionário e as suas edições têm uma influência decisiva sobre os dicionários portugueses, sem que os autores modernos declarem isto abertamente".

Como referimos antes, Messner reúne, cronologicamente, todos os verbetes dos dicionários publicados entre 1569 e 1858, desde que, obviamente, registrem o vocábulo em estudo. Com respeito às transcrições das seis edições do dicionário de Moraes (1789, 1813, 1823, 1831, 1844 e 1858), adotou o critério de transcrever por extenso o texto da edição que primeiro registra o termo; nas demais edições, o texto só é transcrito por extenso se ele diverge do texto da edição anteriormente citada. Assim, por exemplo, no verbe **abano** constam, além das referências a outros dicionários, as seguintes informações: 1789 Moraes [com transcrição integral do texto]; 1813 Moraes = 1789 [sem qualquer transcrição, pois o texto é o mesmo nestas obras edições]; 1823 Moraes = 1789 [idem]; 1831 Moraes [com transcrição integral, pois houve alteração no texto]; 1844 Moraes = 1831 [sem qualquer transcrição, pois o texto é o mesmo nestas duas edições]; 1858 Moraes = 1831 [idem].

A propósito dos dicionários bilíngues, só mereceram registro "os que têm como primeira língua a portuguesa".

Com relação à ortografia adotada no registro dos lemas, Messner informa que eles aparecem por ordem alfabética, segundo a grafia atual. É interessante assinalar que o último verbe deste primeiro volume aparece grafado **abcissa** (com

abc-), de acordo, aliás, com a grafia preferida hoje em Portugal, pois no Brasil a forma regularmente adotada é **abcissa** (com **abc-**; e é esta, curiosamente, a que ocorre nos registos dos 22 dicionários ali transcritos.

Referindo-se à extensão material do seu dicionário, observa Messner que "suposto que se conserve o formato escolhido para o primeiro volume, serão necessários, só para a letra A (que, nos dicionários modernos, oscila entre 10 e 15% da totalidade de entradas) 25 volumes mais. Por isso, pensa-se em publicá-lo em forma de CD-ROM". Atente-se para o fato de que este primeiro volume, que é de formato médio (145mm x 205mm), com uma só coluna, contém nove páginas de prefácio, numeradas com algarismos romanos, sete páginas de bibliografia, em algarismos arábicos, e duzentas e noventa páginas, também em arábicos, com o registro alfabético dos verbetes, desde **aba** até **abcissa**. Ora, se só para a letra A serão necessários 26 volumes, o dicionário completo atingiria a cifra elevadíssima de cerca de 200 volumes. Foi por este motivo que o seu autor achou aconselhável publicá-lo em forma de CD-ROM.

Ao concluir seu breve prefácio, Messner agradece a verba que recebeu do Fonds zur Förderung der Wissenschaftlichen Forschung, Wien, o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, que financiou duas viagens para pesquisas nas Bibliotecas de Portugal, e o auxílio da Universidade de Salzburg, que remunerou os estudantes que digitalizaram o material.

Fazemos votos para que estas instituições continuem a patrocinar tão grandioso empreendimento, e que o Prof. Dieter Messner tenha forças para levá-lo a bom termo o mais brevemente possível.

A. G. Cunha

NOTICIÁRIO

A COMUNIDADE DOS PAÍSES DA LÍNGUA PORTUGUESA

Em 1989, na histórica cidade de São Luís do Maranhão, com a presença do Presidente da República Brasileira, José Sarney, do Presidente da República Portuguesa, Mário Soares, e autoridades dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), foi fundado, por iniciativa do Embaixador José Aparecido de Oliveira, então nosso Ministro da Cultura, o Instituto Internacional da Língua Portuguesa. Estava dado o passo inicial para o projeto que se alargaria com a institucionalização da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Muito bem-vinda, pois, e oportuna, a Mesa-Redonda Luso-Afro-Brasileira, promovida pelo *Jornal de Letras*, de Lisboa, com o apoio da Embaixada do Brasil, realizada no Palácio da Foz, da capital portuguesa, nos dias 05 e 06 de dezembro do ano findo.

A Mesa-Redonda foi estruturada em quatro painéis subordinados aos seguintes temas: O Parlamento dos Povos de Língua Portuguesa e as Perspectivas da Cooperação Política e Diplomática Intergovernamental; o Instituto Internacional da Língua Portuguesa como Instrumento de Promoção e Difusão do Idioma e de Disseminação da Literatura Lusófona e do Conhecimento Técnico e Científico do Português. Cooperação Audiovisual. Preservação da herança linguística entre os imigrantes; a Universidade dos Sete e a Cooperação para o Desenvolvimento. Formação de Quadros, transferência de tecnologia e parceria econômica e comercial; Institucionalização e Estrutura.

O domingo, dia 05, foi reservado para a sessão inaugural. Compuseram a mesa diretora dos trabalhos as seguintes personalidades: Doutor José Carlos de Vasconcelos, Diretor do *Jornal de Letras*, órgão promotor do evento; Embaixador Antonio Leite de Faria, Presidente de Honra; Embaixador José Aparecido de Oliveira, Presidente da Mesa-Redonda; Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores do Brasil; Doutor José Manuel Durão Barroso, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal; Embaixador de Angola, Dr. Rui Dias Mingas; Embaixadora de Moçambique, Sra. Esperança Alfredo Samuel Machavela; Embaixador de Cabo Verde, Dr. Eugénio Augusto Pinto Inocêncio; Embaixador de São Tomé-e-Príncipe, Dr. Carlos Filomeno Azevedo das Neves; Embaixador de Guiné-Bissau, Dr. Adelino Mano Queta; Doutor José Manuel Briosa e Gala, Secretário de Estado da Cooperação; Doutor Luís Manuel Sousa de Macedo, Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas; Escritores Jorge Amado e Antonio Alçada Batista.

Dos oradores que falaram na sessão, destacamos os seguintes trechos:

Doutor José Carlos de Vasconcelos.

julgo que esta Mesa-Redonda pode ser um passo decisivo para o **arranque** da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - pelo menos todos desejamos que o seja. Pela nossa parte, JL, gostaríamos de contribuir o mais possível para sua concretização. Jornal português, a nossa pátria é de fato a língua portuguesa.

Embaixador Celso Amorim.

Todos aqui conhecem os antecedentes e os objetivos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Lembro apenas, para iniciar este debate, que o Presidente Itamar Franco, ao lançar publicamente a proposta, que tem no nosso querido Embaixador José Aparecido um apóstolo incansável, mostrou estar em fina sintonia com uma das tendências mais marcantes de nossa época, que busca incrementar e diversificar associações entre países com interesses comuns e com visão prospectiva convergente.

Embaixador José Aparecido de Oliveira.

Todos sabemos que o mundo que chega será um mundo no qual se confirmam os traços da identidade étnica, mas, ao mesmo tempo, estão sendo definidos os grandes espaços de ação política e econômica. Todos aproveitam as vantagens da vizinhança, da continuidade geográfica, nas empreitadas econômicas e culturais comuns. No nosso caso, estamos afirmando nos mapas comunitários a nossa força na cena internacional pelo uso de uma mesma língua na Europa, na África e na América.

O Ministro Durão Barroso falou de improviso, tendo declarado o “apoio sem reservas e caloroso” do Governo Português ao projeto de criação da nova Comunidade. Teve ainda oportunidade de salientar que, no mundo atual, em que os blocos ideológicos estão a ser substituídos por blocos econômicos, “mais perigosos”, um projeto como o da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é “atraente”.

Ainda teve ocasião de se manifestar na sessão de abertura o antigo Embaixador do Brasil em Portugal, Dário de Castro Alves, para anunciar a próxima edificação, em Lisboa, da sede da Fundação Luso-Brasileira para o Desenvolvimento da Língua Portuguesa. Informou que o terreno foi cedido pela Câmara Municipal e que o projeto é do arquiteto brasileiro, Oscar Niemeyer.

Dos trabalhos da Mesa-Redonda, poremos em destaque alguns aspectos.

No primeiro painel, destinado a debates sobre um possível Parlamento dos Povos de Língua Portuguesa, a idéia encontrou entusiástico apoio do Embaixador

José Aparecido de Oliveira, da deputada portuguesa Manuela Aguiar, do deputado angolano João Melo, mas encontrou reservas por parte do jornalista brasileiro Hermano Alves, que ponderou que, como se fazem restrições à entrada de estrangeiros em países da União Européia, inclusive Portugal, tais restrições iriam atingir também cidadãos brasileiros. Todavia trata-se quase sempre de situações particulares, que aos Governos de ambos os países só interessa resolver dentro de uma tradicional amizade nunca desmentida e que nunca poderiam interferir diretamente na participação brasileira no desejado Parlamento.

O Instituto Internacional da Língua Portuguesa foi o tema central do segundo painel. O Embaixador do Brasil em Moçambique, Luciano Osório Rosa, referindo-se à realização de recente Seminário sobre a situação da língua portuguesa em Moçambique, promovido por intelectuais moçambicanos, destacou a conclusão de que a língua portuguesa não corre risco de ser substituída em Moçambique pelo inglês e que, pelo contrário, o que está ocorrendo nesse país africano é um fortalecimento do idioma já acolhido como oficial e realmente sentido como fator da afirmação da identidade nacional. O escritor moçambicano Hilário Matusse confirmou as palavras do embaixador brasileiro e ressaltou a importância da participação conjunta de Portugal e Brasil, que chamou “irmãos mais velhos”, na institucionalização da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. O Senhor Amândio Silva, da Fundação Luso-Brasileira para o Desenvolvimento do Mundo de Língua Portuguesa, pôs em relevo o significado da CPLP como argamassa dos Sete e salientou a importância do IILP não apenas como centro de divulgação e ensino do idioma, mas especialmente como instrumento exemplar para o mútuo conhecimento e entendimento entre os Sete.

Com a criação da Universidade dos Sete, formação de quadros e transferência de tecnologia e parceria econômica, ocupou-se o terceiro painel. O Prof. Pedro Rebelo de Sousa alertou para o risco de cair em projetos personalistas e acentuou a conveniência de se criar um espaço para sede da Universidade da Lusofonia; sugeriu também a instituição de um banco de dados, com a possível participação da Embratel e da Marconi. O Reitor da Universidade Técnica de Lisboa, Prof. Antonio Simões Lopes, propôs um modelo flexível para a futura Universidade e realçou a existência da Associação das Universidades de Língua Portuguesa, fundada em 1986, que já conta com oitenta unidades. O deputado caboverdiano David Hopffer Almada, lembrando que a Comunidade já existe, fez sentir que a Universidade dos Sete é instrumento fundamental para a sobrevivência da comunidade; mencionou também, muito a propósito, a questão do mútuo reconhecimento de diplomas. O Prof. Caio César Boschi, da Universidade Federal de Minas Gerais, disse concordar com a tese de que as estruturas da Universidade devam ser flexíveis, com preferência para programas e projetos, em lugar de cursos regulares, sugerindo a fundação de uma editora e de um sistema de isenção de taxas alfandegárias para livros, publicações científicas em geral e insumos. O Embaixador Dário Castro Alves apresentou moção no sentido de que estudantes de um determinado país possam completar seus estudos nas áreas de suas especialidades em outras Universidades.

O quarto painel esteve sob a coordenação do Embaixador Dário Moreira de Castro Alves. O primeiro expositor foi o Embaixador do Brasil em Luanda, Rui de Vasconcelos. Eis algumas das medidas concretas que então propôs: a) criar, no âmbito do IILP, um dicionário dos países de expressão portuguesa; b) criar um banco de dados que contenha os acervos bibliográficos de cada país da CPLP; c) constituir um centro de documentação histórica dos países de língua portuguesa; d) organizar periodicamente reuniões do tipo dessa mesa-redonda; e) criar um fundo para a cooperação intercomunitária, constituído de contribuições dos países membros, bem como de empresários. O professor e deputado à Assembleia da República Portuguesa, Adriano Moreira, afirmou ser auspicioso o regresso do Brasil ao seio da comunidade lusófona, após 150 anos de ausência (seja-nos permitido interferir neste relato, para ponderar que a separação política nunca foi impecilho para a integração do Brasil na comunidade lusófona, meta para cujo alcance tem sido vanguardeiro). Aconselhou prudente gradualismo na institucionalização da CPLP, mas frisou, por outro lado, a necessidade de que não seja adiada a constituição da Comissão Conjunta dos Parlamentos Português e Brasileiro. Terminou louvando uma vez mais a iniciativa da constituição da CPLP, instrumento de preservação da vocação atlântica de Portugal. O Doutor Antonio Gomes da Costa, Presidente da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, centralizou sua exposição na tese de que, paralelamente à criação da CPLP, torna-se vital proceder a um amplo levantamento do que já existe, a exemplo do Real Gabinete Português de Leitura, que possui o maior acervo bibliográfico luso-brasileiro de toda a América e em cujos estatutos se encontra o embrião da Universidade dos Sete. Outro exemplo é o do Liceu Literário Português, em cuja estrutura está integrado o Instituto de Língua Portuguesa, recentemente criado e funcionando com pleno êxito. O expositor seguinte, Augusto Bernardo Viegas Jr., Ministro da Informação da Guiné-Bissau, manifestou total e plena adesão de seu país á causa abraçada pelo Embaixador José Aparecido de Oliveira e reafirmou que a iniciativa de institucionalizar a CPLP conta com o entusiástico apoio dos povos lusófonos; frisou, contudo, que convém não esquecer que esses povos podem não se sentir envolvidos no processo, por não terem o domínio satisfatório da língua portuguesa. O Dr. Manuel Fernandes Pereira, representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, insistiu em que se dê ênfase ao papel a ser desempenhado pela iniciativa privada e que se deveria deixar ao empresariado a liberdade de agir. Declarou-se também favorável a uma estrutura flexível da CPLP, pois isso facilitaria a integração das populações da diáspora na Comunidade. De um modo geral, houve consenso nos debates, particularmente quanto à excelência, importância e viabilidade da CPLP e quanto à necessidade de uma estrutura flexível. Foram lembrados ainda o poeta brasileiro Manuel Bandeira, pelo movimento dos Claridosos, de Cabo Verde; e, pela professora Dulce Matos, em emocionada intervenção, a figura do filósofo e escritor Agostinho da Silva, que, por motivo de saúde, não pôde comparecer.

Embora não tivessem participado diretamente dos trabalhos, enviaram mensagens de solidariedade e apreço nomes representativos da cultura luso-brasileira, das quais destacamos as passagens que nos pareceram mais expressivas:

MIGUEL TORGA

Exaltar e promover esse patrimônio sagrado é mais que um dever imperativo de povos que o destino quis fossem de irmãos miscigenados. E é como membro orgulhoso da nossa família multirracial e como garimpeiro nos aluviões do idioma materno que faço votos para que todos sejamos seus firmes defensores merecedores da glória de o servir.

EDUARDO LOURENÇO

A nossa língua comum é uma herança sem preço e a fiadora dos nossos laços identitários. Todos sabemos que está ameaçada e não apenas do exterior do nosso espaço lingüístico histórico. Perdê-la de vista é perdermo-nos uns dos outros e cada um de si mesmo.

JOSÉ CRAVEIRINHA

Deste lugarejo austral de África*, humildemente saúdo todos aqueles - vós, senhores idealistas – que ainda são capazes de situar acima de fissuras mentalmente alienatórias a superioridade do Espírito a partir do franco diálogo e consensual entendimento, numa guerra aberta à erosão do humanismo no mundo.

JOSÉ SARAMAGO

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa pode ser, certamente o será, um instrumento de superior eficácia para que alcancemos o objetivo fundamental – uma grande comunidade de culturas que, sem prejuízo das suas diversidades e diferenças, se encontrarão reunidas pela voz comum e por novos caminhos, fraterna.

JOSÉ CARDOSO PIRES

Do Brasil, para onde levamos o Eça, veio-nos Machado de Assis, chegou-nos uma literatura nova que influenciou o nosso neo-realismo e surgiram grandes poetas que tocaram profundamente uma geração de portugueses. Em Cabo Verde nasceu a revista *Claridade*, que trouxe contributos significativos para alguns dos nossos autores dos anos 40, e de há muito que nos chegam de Angola e Moçambique vozes renovadoras que constituem um capítulo vivo do nosso panorama editorial.

* Lourenço Marques

JORGE AMADO

Trago o aplauso da Bahia á ação desenvolvida pelo embaixador José Aparecido de Oliveira, para transformar em realidade o projeto de uma Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Projeto exemplar, não deve ser apenas responsabilidade de diplomatas, de políticos, de homens de governo. É antes de tudo tarefa nossa, dos escritores que utilizamos a língua portuguesa para recriar a vida.

Deste breve excurso, ressalta a importância e seriedade dos trabalhos desenvolvidos pela Mesa-Redonda Luso-Afro-Brasileira, em inspirada hora promovida pelo Jornal de Letras de Lisboa, sob a firme direção de José Carlos de Vasconcelos. Por isso nada mais justo do que terminar este relato com as palavras do seu idealizador: “Perdoem-me esta confissão pessoal: eu bem gostaria que o JL fosse quase uma espécie de porta-voz, informal e obviamente independente, deste belo sonho de uma Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – ou talvez Comunidade dos Países e dos Povos de Língua Portuguesa”.

Este sonho, que também é nosso, que já não tem dono, é uma aspiração comum em vias de realização. Não há como detê-lo, pois a força que o impulsiona vem das raízes profundas de uma cultura que, plantada no Velho Mundo, frondeja nos quatro cantos das terras descobertas.

S.E.

*

A MESA-REDONDA LUSO-AFRO-BRASILEIRA DE LUANDA

Realizou-se em Luanda, capital de Angola, nos dias 26 e 27 de janeiro do ano em curso, a segunda mesa-redonda destinada ao estudo e debates do projeto de uma Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A pauta dos trabalhos foi, na essência, a mesma da reunião anterior, realizada em Lisboa: Institucionalização da CPLP, Parlamento dos Povos de Língua Portuguesa, Universidade dos Sete, Instituto Internacional de Língua Portuguesa. O evento foi promovido pela União dos Escritores de Angola, com o apoio da Embaixada do Brasil. Participaram do encontro o Embaixador do Brasil em Portugal, José Aparecido de Oliveira, principal incentivador da institucionalização da CPLP, e o Embaixador Álvaro Guerra, que chefiava a delegação portuguesa na qualidade de Secretário de Estado, presença oficial dessas duas nações lusófonas a prestigiarem os objetivos do encontro. Do Brasil compareceram os seguintes convidados: Fernando Mourão, Caio César Boschi, Alan Viggiani; de Portugal, Fernando Campos, colaborador do JL, e Jorge Encarnação; da África, Alda do Espírito Santo (São Tomé-e-Príncipe), José Luís Hopffer Almada (Cabo Verde), José Craveirinha (Moçambique) e Carlos Moura (Guiné-Bis-

sau). Participaram igualmente vários escritores angolanos, dentre os quais o Presidente da União dos Escritores Angolanos, João de Melo.

Das conclusões dos trabalhos, iremos destacar as referentes ao Instituto Internacional da Língua Portuguesa, a saber: 1) Considerar o Instituto, criado em 1989, como o instrumento comunitário cuja dinamização deve ser urgentemente priorizada pelos Sete; 2) Sugerir aos governos dos países de língua portuguesa, através dos respectivos Ministérios da Cultura, que concluam rapidamente o processo de aprovação e ratificação interna do Ato Constitutivo do Instituto Internacional de Língua Portuguesa; 3) Sugerir aos mesmos governos a constituição de comissões de trabalho nacionais para a dinamização do Instituto Internacional da Língua Portuguesa.

Ficou decidido também que haverá novo e próximo encontro sobre a progressiva institucionalização da CPLP, a ser realizado provavelmente em Cabo Verde.

*

MÁRIO SOARES E A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Falando ao corpo diplomático, em cerimônia realizada no Palácio de Queluz, no dia 10 de janeiro do ano em curso, por ocasião do recebimento dos cumprimentos dos chefes das representações estrangeiras sediadas em Lisboa, pela passagem do Ano Novo, teve o Presidente de Portugal oportunidade de manifestar a sua franca adesão ao projeto de criação de uma Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa. Essas palavras, partindo da mais alta autoridade da República Portuguesa e proferidas perante um auditório de elite, se revestem de iniludível significação e, por isso, passamos a transcrevê-las:

“Portugal, membro da União Européia, onde procura ter uma posição ativa e interveniente, não renunciou, por esse fato, à sua vocação universalista, que a história e a cultura explicam, bem como a sua posição geo-estratégica e a diáspora portuguesa são, como sempre disse, exigências perfeitamente complementares e não antagônicas.”

“Nesse sentido, desejo uma vez mais saudar e agradecer, em nome de Portugal, a iniciativa do governo brasileiro, tão impulsionada pelo Embaixador José Aparecido de Oliveira, aqui presente, ao reunir, recentemente, em Lisboa, uma assembléia representativa dos povos lusófonos – sem esquecer os timorenses – para dar expressão a essa tão importante comunidade de afeto e de língua, afirmada na igualdade e no respeito pelas nossas respectivas culturas. Nada, para nós, portugueses, pode ser mais grato e reconfortante. A solidariedade que nos une e radica na história e deverá expressar-se num

crescente diálogo e entendimento, no respeito pelas opções próprias de cada um e na ajuda desinteressada aos esforços de desenvolvimento e de paz, nomeadamente em Angola e Moçambique.”

*

O IV ENCONTRO NACIONAL DAS COMUNIDADES LUSO-BRASILEIRAS

Realizou-se o Encontro nos dias 19 e 20 de março do corrente ano na modelar cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, havendo as sessões decorrido na sala de convenções do Hotel Bourbon. Presidiu as reuniões o Dr. Antônio Gomes da Costa, Presidente da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, com a experiência e competência costumeiras, o que permitiu viessem os debates e estudos apresentados a frutificar nas conclusões consubstanciadas na Carta de Curitiba, lida na sessão de encerramento. De destacar também a eficiente assessoria do Dr. Antônio de Almeida e Silva, integrante da mesa dos trabalhos. Compareceram delegações de vários estados brasileiros, tendo o número de participantes ultrapassado a casa de duas centenas. Do Rio de Janeiro fizeram-se presentes personalidades das mais prestigiosas de comunidade fluminense, dentre as quais o Dr. Edison Chini, Presidente do Liceu Literário Português, o Comendador Artur dos Santos Pereira, Presidente do Conselho da Comunidade Luso-Brasileira do Rio de Janeiro e da Real e Benemérita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V, o Sr. Francisco Landureza, editor de “O Mundo Português”. Contou ainda o Encontro com a honrosa presença do Dr. Mário Soares, Presidente da República Portuguesa, e do Dr. José Stichini Vilela, antigo Cônsul Geral de Portugal no Rio de Janeiro e atual Vice-Presidente do Instituto Camões.

Foi a seguinte a temática do Encontro: I - Temas políticos; II - Temas econômicos; III - Temas culturais; IV - Temas Assistenciais-Hospitalares; V - Política associativa e outros; VI - Conclusões e Sessão Solene de Encerramento. Dentre os itens dos Temas culturais constava o referente a um Projeto de Universidade Aberta. A respeito falaram o Dr. Antônio Gomes da Costa e o Dr. Edison Chini. O Projeto Universidade Aberta já se acha em execução no Instituto de Língua Portuguesa, do Liceu Literário Português, e já se fizeram contactos, p. ex., com a sua homóloga portuguesa, em especial com o Prof. Dr. Carlos Reis, na oportunidade de um curso sobre Crítica Textual, realizado no Rio de Janeiro, a convite do Instituto de Língua Portuguesa. Em breve deverá converter-se na realidade por que todos esperamos.

A sessão solene de encerramento ocorreu na Ópera do Arame, após aplaudidíssimo espetáculo musical. Contou com a grata e valiosa presença do Presidente Mário Soares e do Prefeito da Cidade, Dr. Rafael Greca de Macedo, que fez no momento vibrante pronunciamento de alta significação política. Ao encerrar o

Encontro, o Presidente Mário Soares teve oportunidade de mais uma vez, reafirmar a sua total solidariedade ao projeto da instituição de uma Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, dentre os quais destacou o Brasil, em carinhosas e felizes palavras, testemunhadoras do seu nunca desmentido afeto e apreço pela nossa gente e nossa terra.

*

O aniversário do Dr. Antônio Gomes da Costa

No dia 27 de janeiro, completou o Dr. Antônio Gomes da Costa mais uma data natalícia. Dizer quem é o Dr. Antônio Gomes da Costa, em breves e contidas palavras, torna-se realmente impossível. Mas não há necessidade de fazê-lo, pois somos todos testemunhas de sua excepcional capacidade de trabalho e de integral dedicação, desde as primícias da juventude, aos ideais que abraçou e que se vêm consolidando com o passar dos anos, no sentido de uma real e fraternal comunidade luso-brasileira, entretecida nos laços de uma história comum e vocacionada para a realização de um humanismo cristão.

Apesar de ter procurado “desconhecer” o seu natalício, não pôde o Dr. Gomes da Costa evitar os incontáveis abraços e cumprimentos que recebeu de seus numerosíssimos amigos e companheiros, entre os quais, nós, operários da *Confluência*, prazerosamente nos incluímos. As homenagens tiveram fecho de honra com um jantar promovido pela Federação, em sua sede social nas Laranjeiras, servido, como sempre, pela comprovada competência de mestre Isidro. Na oportunidade, foi o Dr. Gomes da Costa saudado pelo seu grande amigo, Comendador Artur dos Santos Pereira. A professora e escritora D. Leda Chini, esposa do Dr. Edison Chini, atual Diretor do Liceu Literário Português, homenageou o aniversariante com um poema de sua autoria. Falaram ainda o jornalista Carlos Anastácio, o editor Francisco Landreza, em nome de *O Mundo Português*, e o Dr. Amadeu Pinto da Rocha, pelos organizadores do jantar. A seguir, o Dr. Antônio Gomes da Costa usou da palavra para agradecer as homenagens e o carinho de que estava sendo alvo. O seu discurso, de grande conteúdo humano, apesar da discricção com que o compôs, ou talvez por isso mesmo, tornou-se notável documento de uma vida voltada incansavelmente para a busca do bem comum.

COLABORADORES DESTE NÚMERO

ANTÔNIO GERALDO DA CUNHA. Lexicógrafo e pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa. Autor de vários dicionários histórico-etimológicos, vocabulários e índices de vocabulários.

ANTÔNIO GOMES DA COSTA. Presidente da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras e Presidente do Real Gabinete Português de Leitura.

EVANILDO BECHARA. Professor Titular nos cursos de graduação e pós-graduação dos Institutos de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Federal Fluminense. Professor *Emérito* pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

GLADSTONE CHAVES DE MELO. Professor Titular aposentado de Língua Portuguesa da Faculdade de Letras da UFRJ, do Instituto de Letras da UFF e da Faculdade de Letras da PUC-RJ. Doutor *honoris causa* pela Universidade de Coimbra; professor visitante da Universidade de Coimbra e da Universidade de Tübingen (Alemanha). Autor de vários livros sobre Lingüística, Filologia e Estilística da Língua Portuguesa.

HEITOR MEGALE. Doutor em Letras, professor da área de Filologia e Língua Portuguesa nos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade de São Paulo e dos mais representativos pesquisadores da História da língua no período arcaico. Autor de livros e artigos de sua especialidade.

MAXIMIANO DE CARVALHO E SILVA. Professor Titular aposentado de Filologia (Crítica Textual) do Instituto de Letras da UFF. Ex-diretor do Instituto de Letras da UFF e do Centro de Pesquisa da Fundação Casa de Rui Barbosa. Membro da Academia Brasileira de Filologia e do Círculo-Lingüístico do Rio de Janeiro. Autor de várias obras de sua especialidade.

RICARDO CAVALIERE. Professor Assistente de Língua Portuguesa da Universidade Federal Fluminense. Doutorando em Língua portuguesa na UFRJ.

SÍLVIO ELIA. Professor nos cursos de pós-graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense. Antigo Catedrático de Latim no Colégio Pedro II e Titular de Lingüística da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

VALTER KEHDI. Doutor em Letras, professor da área de Filologia e Língua Portuguesa nos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade de São Paulo. Licenciado em Lingüística Geral pela Université de Provence, autor de livros e artigos de sua especialidade.